



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Lélio Rodrigo Magalhães Senna

**“Educar o público, adoçar os costumes”: a escrita de uma história para
forma(t)ar o povo polido e comercial (Visconde de Cairu, 1826–1830)**

Rio de Janeiro

2021

Lélio Rodrigo Magalhães Senna

“Educar o público, adoçar os costumes”: A escrita de uma história para forma(t)ar o povo polido e comercial (Visconde de Cairu, 1826–1830).

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S478 Senna, Lélío Rodrigo Magalhães.
“Educar o público, adoçar os costumes”: A escrita de uma história para
forma(t)ar o povo polido e comercial (Visconde de Cairu, 1826–1830) / Lélío
Rodrigo Magalhães Senna. – 2021.
96 f.

Orientador: José Gonçalves Gondra
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Visconde de Cairú – Teses. 3. História – Teses. I.
Gondra, José Gonçalves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade
de Educação. III. Título.

es CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lélio Rodrigo Magalhães Senna

“Educar o público, adoçar os costumes”: A escrita de uma história para forma(t)ar o povo polido e comercial (Visconde de Cairu, 1826–1830)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra (Orientador)

Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a . Sônia de Oliveira Camara

Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a. Vera Lucia Nogueira

Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho ao prof. Dr. José Gonçalves Gondra e todo grupo de pesquisa do NEPHE pela paciência e dedicação na minha orientação; aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPed) que auxiliaram, apoiaram e inspiraram nesta caminhada acadêmica e ao Prof. Dr. Luiz Antônio Gomes Senna, pelo incentivo aos estudos. Ao aos meus familiares e, por fim, a minha esposa Mônica Ludgero de Pinho Senna por que, sem ela, nada disso seria possível.

RESUMO

SENNA, Lélío Rodrigo Magalhães. **“Educar o público, adoçar os costumes”**: a escrita de uma história para forma(t)ar o povo polido e comercial (Visconde de Cairú, 1826–1830). 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Com a proximidade do bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022) se inicia, por intermédio de meios sociais, acadêmicos e políticos; entre outros, esforços destinados a rememorar e ressignificar este evento. Ao acreditar na existência de uma conexão importante entre o processo de emancipação que culminou com a Independência do Brasil, em 1822, e as medidas destinadas a forma(t)ar as populações que aqui residiam, esta pesquisa procura pensar no modo como este processo foi abordado e apresentado às futuras gerações por meio dos modos de se fazer história e o seus usos como ferramenta de legitimação do poder estabelecido. Nesta chave, buscamos analisar a trajetória de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, homem letrado, com diversas publicações sobre variados assuntos e, principalmente, por estar ligado nos trâmites da administração pública desde a vinda da Família Imperial ao Brasil em 1808 até sua morte em 1835 e por ser figura íntima dos imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II durante este o período. O objetivo desta pesquisa foi analisar a construção de uma nação polida e comercial que utilizou a escrita da história como instrumento para tal fim. Posteriormente, abordamos o debate relativo à historiografia existente sobre o Brasil naquele período e, por fim, analisamos a obra *História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil*, buscando identificar as intenções nela contidas e como pretendia, por intermédio da escrita da história concretizar seu projeto de nação polida e comercial para o Brasil. Podemos identificar como um dos resultados do livro, a preocupação do autor em legitimar a Independência do Brasil perante o público interno e externo, exaltando a figura do Imperador, da monarquia constitucional, bem como destacar os princípios que conduziram e converteriam a nova nação em uma sociedade polida e comercial. Concluimos que a produção de uma literatura nacional, de caráter histórico, vem revestida de uma dimensão formativa. Formação na qual a oferta pública de uma história-verdade seria condição para adoçar os costumes e educar os súditos. Ao fundir certa representação do Estado, com religião e com a narrativa histórica sustentada em documentação e na historiografia disponível, o sujeito da narrativa da história geral do Brasil faz ressaltar as dimensões moral e política desse que, segundo o narrador, deveria ser visto como um saber imparcial, posto que regido e submetido à economia da verdade.

Palavras-chave: Visconde de Cairú. História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil. História da Educação.

ABSTRACT

SENNA, Lélío Rodrigo Magalhães. **“Educating the public, sweetening customs”**: the writing of a history to form(t)ar the polite and commercial people (Viscount of Cairu, 1826-1830). 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

As the bicentennial of Brazil's Independence (1822-2022) approaches, social, academic and political circles, among others, are making efforts to remember and give new meaning to this event. Believing that there is an important connection between the emancipation process that culminated with Brazil's independence in 1822 and the measures intended to form(t)ar the populations that resided here, this research seeks to think about how this process was approached and presented to future generations through the ways of making history and its uses as a tool to legitimize the established power. In this key, we seek to analyze the trajectory of José da Silva Lisboa, the Viscount of Cairu, a literate man, with several renowned publications on various subjects and, mainly, because he was closely linked to the emperors' figures and had an effective participation in the public administration procedures of the period. The objective of this research was to analyze the creation of a polished and commercial nation building that used the writing of history as an instrument to that end. Subsequently, we approached the debate concerning the historiography of nations in that period and, finally, we analyzed the work *História dos Principais Sucessos Políticos do Brasil* (History of the Main Political Successes of Brazil), seeking to identify the intentions contained therein and how intended, through the writing of history, to realize his project of a polished and commercial nation for Brazil. We can identify as one of the results of the book, the concern to legitimize Brazil's independence before the internal and external public, exalting the figure of the Emperor, the constitutional monarchy, as well as highlighting the principles that would conduct and convert the new nation into a polished and commercial society. We conclude that the production of a national literature, of a historical character, is coated with a formative dimension. A formation in which the public offering of a history-truth would be a condition to sweeten the customs and educate the subjects. By fusing a certain representation of the State with religion and with the historical narrative supported by documentation and available historiography, the subject of the narrative of the general history of Brazil brings out the moral and political dimensions of what, according to the narrator, should be seen as an impartial knowledge, since it is ruled and submitted to the economy of truth.

Keywords: Visconde de Cairu. History of the Main Political Successes of Brazil. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do livro Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha, publicado em 1811.....	20
Figura 2 - Periódico O Conciliador.....	30
Figura 3 - Constituinte de 1823 retratada em óleo sobre tela.	32
Figura 4 - Capa do livro <i>Constituição Moral e Deveres do Cidadão</i> (1824).	33
Figura 5 - Capa do livro <i>Historia do Brasil</i>	40
Figura 6 - Capa da primeira edição em português da <i>História do Brasil</i> de Robert Shouthey.....	41
Figura 7 - Capa do livro <i>Du Brésil</i>	43
Figura 8 - Capa do livro <i>L'Empire du Brésil</i>	46
Figura 9 - Capa do livro <i>Brésil</i>	47
Figura 10 - Capa do livro <i>Memória da Vida Pública do Lord Wellington</i> (1815).	53
Figura 11 - Capa do livro <i>Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo d'El Rei, Nosso Senhor, D. João VI</i> (1818).....	55
Figura 12 - Capa do livro <i>A História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil</i> , publicado em 1826.....	56
Figura 13 - Trecho Saint-Hilaire	58
Figura 14 - Pedido oficial de D. Pedro I para Cairu escrever a “ <i>História Oficial do Brasil</i> ”.....	61
Figura 15 - Contracapa do livro <i>HPSP</i>	69
Figura 16 - Capa do livro <i>Cultura e Opulência do Brasil</i>	73
Figura 17 - Capa do livro <i>História de Portugal</i>	74
Figura 18 - Capa do livro <i>Corografia Brazilica</i>	77
Figura 19 - Periódico <i>O Patriota</i>	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bases Pesquisadas	12
Quadro 2 - Equipamentos criados por Dom João	26
Quadro 3 - Novas Repúblicas da América	81

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	TRAÇOS DA TRAJETÓRIA DE CAIRÚ	16
1.1	Cairu: Infância no Brasil e estudos em Portugal	17
1.2	Cairu de volta à Bahia até a vinda da Família Real em 1808	19
1.3	Cairu e sua tendência ao liberalismo econômico	22
1.4	A chegada da Família em 1808	24
1.5	Cairu e seu papel como Censor Régio	27
1.6	Cairu após a saída da Família Imperial do Brasil	29
1.7	A preocupação de Cairu com a Instrução Pública	32
2	CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO BRASIL	35
2.1	A historiografia em debate	36
2.1.1	<u>A escrita da história pós independência</u>	38
2.1.2	<u>Autores da historiografia do Brasil – Robert Southey</u>	39
2.1.3	<u>Autores da historiografia do Brasil – De Pradt</u>	42
2.1.4	<u>Autores da historiografia do Brasil – Beaumelle</u>	45
2.1.5	<u>Autores da historiografia do Brasil – Ferdinand Denis</u>	47
2.2	Cairu e a escrita da independência.	49
2.2.1	<u>Memória da Vida Pública do Lord Wellington</u>	52
2.2.2	<u>Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo d’El Rei Nosso Senhor, D. João VI (1818)</u>	53
2.2.3	<u>História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil</u>	55
3	CAIRÚ E A HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS SUCESSOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO DO BRASIL (HPSP)	58
3.1	Cairu – Um historiador para a nação	59
3.2	Debates em torno da escrita do livro HPSP	62
3.3	O livro HPSP: materialidade e conteúdos	67
3.4	Sobre o planejamento do livro	70
3.5	A narração do legado colonial	72
3.6	A forma(t)ação de um povo polido e comercial	75
3.7	Adoçar os costumes e preparar a nação	81
3.8	Os objetivos de Cairu	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A proximidade do bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022) tem provocado o surgimento nos meios sociais, acadêmicos, políticos, entre outros, de esforços destinados a rememorar e ressignificar este evento. Ao acreditar na existência de uma conexão importante entre o processo de emancipação e as medidas destinadas a forma(t)ar as populações, esta pesquisa procura pensar no modo como o processo de Independência foi abordado e apresentado às futuras gerações e, com isso, contribuir com reflexões sobre o modo de se fazer história e o seus usos como ferramenta de legitimação do poder estabelecido.

Aqui escolhemos por escrever o termo forma(t)ar utilizando parênteses na letra “t” porque entendemos uma junção de sentidos entre as palavras “forma” que vem do sentido de configuração física característica dos seres e das coisas, como decorrência da estruturação das suas partes; e também do sentido da palavra “formatação” que vem do sentido de adaptação das características, da estrutura ou da aparência de um conjunto de dados a determinado padrão; ou seja, aqui entendemos que existe a intenção em se buscar a forma de como os sujeitos estão distribuídos na sociedade e a intenção em como organiza-los de uma maneira intencional dentro dos interesses de quem os governa.

Nesta chave, buscamos como exemplo destas medidas destinadas a forma(t)ar as populações analisar a trajetória¹ de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, autor dos três volumes do livro: *Introdução da História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, publicados entre os anos de 1826 e 1830. Entendemos aqui que a análise da trajetória de vida leva em consideração as questões de ordem prática, tais como a biográfica e a etnográfica do personagem pesquisado; ou seja, analisar, a construção do conhecimento social do tempo de vida social dos indivíduos pesquisados. Uma abordagem como esta visa reconhecer as inúmeras facetas destes processos construtivos.

Tendo como foco a análise do uso da escrita da história como ferramenta de legitimação do poder estabelecido, a pesquisa procurou investigar como a escrita dos três volumes da *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* (chamado a partir de agora por HPSP) escrita por Cairu, auxiliou neste processo.

¹ Noção de trajetória pode ser vista nos textos: Marieta de Moraes Ferreira; Janaina Amado. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV. Editora FGV. 2006. p. 183-191. Ver também: COSTA, Patrícia Claudia da. *Ilusão biográfica: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 51 – 71, set./dez. 2015.

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, nasceu em Salvador em 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 1835. Foi um dos personagens mais importantes na construção do Brasil independente devido a sua atuação na vida pública do período oitocentista. Defensor da centralização do poder nas mãos do monarca e da religião como base para a ordem social advogou pelo liberalismo econômico demonstrando um tipo de reformismo que expressava vigor da aclimação das ideias políticas e cosmopolitismo intelectual no Brasil daquele período.

Cairu buscou consolidar princípios relativos ao reformismo e ao liberalismo econômico para formação de uma nova ordem político social, sem abrir mão do absolutismo ilustrado e críticas ao liberalismo político, tudo isto marcado pelo cultivo de postulados da Igreja católica.

Segundo Kirschner (2009), o mesmo iniciou uma trajetória administrativa na monarquia lusa onde se destacaria pela lealdade à Coroa Portuguesa. Na capitania da Bahia exerceu os cargos de ouvidor, professor régio e deputado da Mesa da Inspeção da Agricultura e do Comércio. Em 1808, a convite do príncipe Dom João, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi nomeado diretor e censor da Imprensa Régia e deputado da Junta do Comércio. Durante o período da independência, atuou na imprensa, participou da Assembleia Constituinte em 1823 e foi senador do império de 1826 a 1835. Dentre as várias mercês que recebeu de Dom Pedro I, destacam-se o título de Barão em 1824 e o de Visconde, em 1826. Neste mesmo ano foi nomeado senador do Império por Dom Pedro I, função que exerceu até sua morte em 20 de agosto de 1835, dado a vitaliciedade do cargo de senador à época.

Ao longo de sua vida, Cairu produziu quantidade significativa de escritos das mais diversas naturezas. As interpretações contidas no livro de Kirschner (2009) sobre o Cairu, sua obra e sua atuação, mostram distintos posicionamentos diante de problemas políticos e econômicos da época em que vivia, ou seja, início do século XIX. Assim, questões que mobilizaram intelectuais brasileiros, como a industrialização nacional, o autoritarismo político e o papel do intelectual diante do Estado, encontraram em Cairu referência tanto para elogios exagerados quanto para críticas exacerbadas. Mas foi a fidelidade de Cairu ao Estado, tanto português, como brasileiro, que contribuíram para a construção da sua memória².

² A respeito da trajetória de José da Silva Lisboa, ver também Silva Lisboa (1839), Montenegro (2000), Rocha (2001), Faria Júnior (2008) e Bezerra (2009). A participação de Cairu na vida pública será abordada ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

Este conjunto de indícios permite compreender as múltiplas inserções de Cairu na vida pública, inclusive a de ser redator de uma história nacional encomendada pelo próprio Imperador Dom Pedro I, ponto desenvolvido ao longo desta pesquisa.

Sobre o processo de formação do Estado Nacional brasileiro, Cairu passa a ter maior relevância após a vinda da família Real para o Brasil em 1808, data que, inclusive, funciona como um marcador para se compreender aspectos da trajetória de Silva Lisboa, visto que, desde então, não cessou de prestar serviços à coroa portuguesa e, posteriormente, ao Império brasileiro. Seus textos, publicados em suportes diversos, estão voltados para a formação de condutas e valores para essa nova população que se constituía, além de estar imbuído de um caráter social voltado para a religião católica que, segundo o autor, era a fiadora da reprodução cultural à época.

Outro fator relevante e muito marcante em seus escritos era o intuito de articular a necessidade da centralização monárquica com a liberdade econômica. Era notório a sua preocupação ao ensinar a prudência política em um mundo envolto pelas consequências intelectuais relativas aos acontecimentos da Revolução Francesa de 1789. Cairu se preocupa em transmitir em seus escritos uma noção de povo refratária à revolução, mas não necessariamente contrária às mudanças.

Como dito anteriormente, apesar de Cairu possuir uma vasta produção bibliográfica em diversas áreas, o foco desta pesquisa são em seus escritos de caráter mais historiográfico; ou seja, este trabalho busca identificar os traços, coordenadas e compromissos, destinado a dispor de uma determinada história nacional para as futuras gerações.

Realizando a análise dos livros de caráter histórico escritos por Cairu, identificamos a preocupação do autor em legitimar a Independência do Brasil perante o público interno e externo, exaltando a figura do Imperador Dom Pedro I e do modelo governamental da monarquia constitucional, bem como também se preocupa em destacar os princípios que conduziram e converteriam a nova nação brasileira que se formava em uma sociedade polida e comercial que autor tanto almejava. Sobre os termos “polida e comercial”, estes serão abordados ao longo da pesquisa.

Outro objetivo desta pesquisa foi identificar a possibilidade de construção de uma nação polida e comercial proposta por Cairu, utilizando a escrita da história como instrumento para tal objetivo. Para isso, primeiramente, destacamos elementos da trajetória de Cairu e do contexto sócio econômico em que estava inserido. Posteriormente, buscamos trazer o debate a respeito dos processos de construção de uma historiografia sobre o Brasil naquele período

oitocentista e, por fim, analisamos o projeto de escrita da HPSP, buscando refletir acerca da escrita da história nacional que estava sendo construída à época.

Essa pesquisa buscou analisar como a História do Brasil estava sendo escrita na época e como foi apresentada às futuras gerações. Desta forma, elegendo a figura do Visconde de Cairu e a concepção de História expressa em seus livros, pretendemos colaborar para História da Educação visto que entendemos que a História nacional é parte integrante e fundamental no processo de educação e sua prática e ensinamento pode ser considerado um elemento base para a construção e formação da identidade de nação. Utilizamos como base de pesquisa principalmente os dados obtidos em arquivos disponíveis na internet³ principalmente nos sítios da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, biblioteca digital da Câmara dos Deputados, biblioteca do Senado Federal, Scientific Electronic Library Online – SCIELO, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), utilizando as palavras-chave: Cairu, Visconde de Cairu e José da Silva Lisboa. Esse levantamento pode ser melhor visualizado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Bases Pesquisadas

Bases Pesquisadas			
	Cairu	Visconde de Cairu	José da Silva Lisboa
Biblioteca Nacional (artigos)	14	13	19
Biblioteca Nacional (acervo digital)	52	3	33
Arquivo Nacional	7	5	1
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados	6	4	6
Biblioteca do Senado Federal	174	107	123
Scielo	6	2	3
Capes	17	8	15
Total	276	142	170

Fonte: Organizado pelo autor

Aqui cabe observação sobre a discrepância dos números encontrados na Biblioteca do Senado Federal. Isso ocorre devido aos termos utilizados como palavras-chave incluem notícias de jornais e também todos as atas de reuniões onde Cairu esteve presente.

Em sua grande maioria o que prevalece neste levantamento realizado são os estudos que exploram a face do economista Cairu, trabalhos que podemos destacar que tratam de aspectos

³ Este levantamento foi realizado junto às seguintes bases de dados: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, biblioteca digital da Câmara dos Deputados, biblioteca do Senado Federal, Scientific Electronic Library Online – SCIELO, banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

educativos de parte de sua produção, são os de Faria Júnior (2008), Paula (2016) e Gondra (2021).

Com base neste levantamento identificamos poucos trabalhos sobre o cunho historiográfico de Cairu e neste sentido também procuramos explorar as discussões e debates em torno da produção historiográfica de Cairu encontrados nestes estudos que poderão ser vistos mais à frente neste trabalho.

No que se refere à parte metodológica do trabalho, de acordo com Marc Bloch (2001): “é notório que numa sociedade, seja ela qual for, tudo se liga e se controla mutuamente, desde a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações das mais sutis às mais complexas, são causas que devem ser buscadas e interpretadas pelo historiador”. (2001, p.16.). Com isso, é possível realizar uma problematização das conjunturas políticas e sociais do período que possam ter vindo a influenciar e/ou afetar de algum modo à escrita dos livros de Cairu, especialmente o que foi constituído em eixo central deste trabalho para se pensar os protocolos empregados na escrita de uma história nacional.

Outro teórico analisado e utilizado como referência no trabalho foi Prost (2009). Para este autor: “a explicação histórica é sempre relacional, não sendo possível fazer história sem questionamentos”. Para ele: “os questionamentos não existem sem uma questão previamente argumentada e que tenha uma resposta possível”. Ainda segundo o mesmo: “é impossível dizer que uma coisa é sem dizer como ela é, e por este motivo se faz necessário a utilização de conceitos teóricos e definição de procedimentos metodológicos para se realizar uma pesquisa histórica”. Prost afirma que: “a história sempre recorre a fontes, e estas fontes podem ser traduzidas como documentos, sendo estes atribuídos no sentido mais amplo da palavra”. (2009, p.125) Estes dois autores também insistem sobre a necessidade de ampliar a noção de documento.

Outro autor fundamental para composição do quadro teórico-metodológico deste estudo corresponde às contribuições de Le Goff. Segundo este autor “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. (LE GOFF, 2013, p.18).

Ainda para Le Goff:

É a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto de dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que ainda menos “neutra” do que

a sua intervenção. O documento não é “inócuo”. É, antes de tudo, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O monumento é uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos monumentos. (LE GOFF, 2013, p.18).

Prost assinala que o documento não existiria sem a curiosidade do historiador. Este, por fim, não tem a possibilidade de exaurir sua totalidade, não é possível se fazer uma história total e, por este motivo, a história sempre poderá ser reescrita e ter (des)continuidades, permitindo somente ter a possibilidade de preencher lacunas (e fabricar ausências) do nosso conhecimento. Ainda segundo este autor:

A questão histórica é formulada pelo homem na sociedade em sua época e em seu lugar. Com isso é necessário para o historiador dois esforços: o primeiro em não cometer anacronismos, ou seja, não importar conceitos e/ou problemáticas atuais da pesquisa para época estudada, e, por último, ter cuidado com envolvimento pessoais às questões estudadas, ou seja, caso o historiador por algum motivo tenha qualquer tipo de envolvimento afetivo com a instituição, sujeito ou problemática analisada, é necessário se ater fundamentalmente às fontes e o que as mesmas lhe oferecem. (PROST, 2009, p. 147)

Ao procurar seguir esta linha de raciocínio, é a “trama” que permite compreender como se articulam os diferentes níveis de explicação. É esta trama, essa espécie de rede cuja estrutura é formada por elementos que se cruzam e se interligam, que pode unir acontecimentos em um conjunto inteligível, oferecendo legibilidade e visibilidade à explicação, dando sentido à história. A trama não consiste na descrição de uma lista de fatos, mas no encadeamento de argumentos, que possam ser demonstráveis e utilizados como elementos de prova, de modo a atender aspectos das coordenadas da pesquisa histórica. É desta maneira, pois, na linha do que argumentam esses autores que se produz um discurso historiográfico.

Outro conceito importante para este tipo de entendimento consiste em considerar o conceito de “jogos de escalas”, a partir das postulações de Revel quando afirma que:

O local e o global se encontram entrelaçados, considerando que [...] variar o objetivo não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama [...]. O autor assinala que na experiência da microanálise: [...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se insere em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global (REVEL, 1998)⁴.

Desta maneira, a pesquisa pretende utilizar a variação de escalas, de modo a estabelecer uma “trama” verossímil para analisar as relações sociais, doutrinárias e institucionais nas quais

⁴ REVEL, J. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Cairu se encontrava inscrito. É neste sentido que a pesquisa procura contextualizar o período analisado, localizar e problematizar as fontes associadas à vida do sujeito em questão, bem como os autores que Cairu utilizou para escrever o livro HPSP.

No que se refere à análise do como se concebe e se trabalha o conhecimento histórico à época, a pesquisa buscou se apoiar nos conceitos propostos por Chartier (1990), que integra a vertente da história cultural, buscando trabalhar com os conceitos de história das práticas e das representações. Para o autor “a história não é uma cópia do passado; a história deixa vestígios que indicam as apropriações que os sujeitos fizeram dos objetos culturais que lhes foram disponibilizados”. Analisar estes vestígios é tarefa fundamental do historiador e é neste sentido que a pesquisa propõe uma análise abrangente a respeito do processo de elaboração de escritas relativas à história nacional, levando em consideração o estoque de modelos disponíveis, os pertencimentos dos sujeitos envolvidos e as negociações que tiveram que realizar para contemplar determinadas orientações, dando ênfase na trajetória destes participantes e das negociações nas inclusões e exclusões de determinadas abordagens e conteúdos.

No nosso entendimento, Cairu procurou construir um projeto de nação tendo como principal pilar a educação, onde o mesmo enxergava ser ferramenta fundamental para construção de uma sociedade moralmente polida e comercialmente liberal. O propósito nesta investigação consistiu em promover uma análise de fração dos textos de caráter historiográfico, de modo a tornar possível compreender a relação ou relações entre o programa de formação das populações e condução da nova nação.

Ao considerar estes objetivos gerais, desenvolvemos a dissertação em torno de três capítulos como se segue:

O Capítulo 1 apresenta traços relevantes da trajetória de José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, buscando narrar a sua formação intelectual, e, com isso, demonstrar através das suas articulações políticas e pessoais a sua preocupação em relação ao seu interesse na forma(t)ação do povo polido e comercial.

O capítulo 2 contempla o debate relativo à historiografia realizada sobre e pelo Brasil naquele período. Por fim, no capítulo 3, procura-se compreender o lugar, o momento e a função do livro HPSP, buscando identificar, em seus escritos, os pilares do ideário a que Cairu aderiu para a conformação de um projeto para a sociedade brasileira recém tornada independente. Na parte conclusiva, procuramos promover uma síntese da pesquisa em torno do projeto de nação para a sociedade brasileira presente na obra HPSP.

1 TRAÇOS DA TRAJETÓRIA DE CAIRÚ

Esse capítulo tem como objetivo apresentar José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, buscando narrar aspectos centrais de sua trajetória intelectual e, com isso, demonstrar, por meio das suas articulações políticas e pessoais, as preocupações em relação ao seu interesse na forma(t)ação do povo polido e comercial.

No ideário de Cairu um povo polido e comercial partia da ideia do humanismo comercial que surgiu como horizonte explicativo do grau de desenvolvimento civilizacional das nações a partir de finais do século XVIII através das colocações do escritor John Pocock. Dentro desse vocabulário, o comércio era tido como elemento central para promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras através da intensificação do contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas. Segundo Varella (2013) que produziu um trabalho sobre o tema⁵:

Esta linguagem do humanismo comercial é definida por John Pocock⁶ como a junção dos conceitos de virtude e comércio, os quais compunham vocabulários políticos opostos antes do século XVIII, no intuito de formar uma nova linguagem em que a esfera do social adquiriu centralidade. Nesse sentido, o desenvolvimento das virtudes desse novo homem social deveria ser dado justamente no contato com pessoas e coisas propiciado pelo comércio. (VARELLA, p.479. 2013).

Ainda segundo Varella (2013):

Nesse tipo de sociedade comercial, a virtude foi redefinida como prática e refinamento das maneiras e o homem especulativo "não devia ser escravo de suas paixões, ele tinha de moderá-las, convertendo-as em opinião, experiência e interesse", em um sistema de laços sociais que reforçavam esses elementos. (VARELLA, p.480. 2013).

Neste sentido podemos considerar a centralidade do comércio como fator de expansão cultural e possibilidade de refinamento das paixões, dado por meio do contato com as pessoas e coisas, são aspectos do vocabulário do humanismo comercial, de fins do século XVIII, extremamente relevantes para entender o horizonte linguístico disponível para Cairu na época em que escrevia a HPSP.

Ainda seguindo esta linha de raciocínio, segundo March Bloch (2001):

“é notório que numa sociedade, seja ela qual for, tudo se liga e se controlam mutuamente, desde a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações das mais sutis as mais complexas, são causas que devem ser buscadas e interpretadas pelo historiador”. (BLOCH, p.16. 2001).

⁵ VARELLA, Flávia Florentino. O comércio civiliza, Portugal oprime: a História do Brasil de John Armitage e a linguagem do humanismo comercial. *Varia Historia* [online]. 2013, v. 29, n. 50 [Acessado 5 Fevereiro 2022], pp. 477-490. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000200006>>. Epub 04 Out 2013. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000200006>.

⁶ POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP 2003, p.91

Dessa maneira, podemos perceber como as ações de Cairu o levaram a defender o livre comércio e a educação como pilar para forma(t)ar uma nova nação polida e comercial que surgia. Ao analisar sua biografia é possível verificar as condições e intenções que o mesmo possuía e sua articulação com seus pares e com agentes, instituições e saberes em circulação na sociedade.

Também buscamos utilizar as proposições de (PROST, 2007; REVEL, 1998) sobre “variação de escalas” para estabelecer uma “*trama*” verossímil de análise das relações sociais, doutrinárias e institucionais que Cairu possuía junto à administração pública da época e os sujeitos que dela participavam. É, neste sentido, que a pesquisa procura contextualizar o período analisado, identificar as suas redes de relacionamento e a sua posição perante a sociedade e seu local de fala.

1.1 Cairu: Infância no Brasil e estudos em Portugal

Sobre os dados biográficos que obtivemos, estes foram baseados na memória escrita por seu filho, o conselheiro Bento da Silva Lisboa, e lida na sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 24 de agosto de 1839 em homenagem a seu pai⁷.

De acordo com esta biografia, José da Silva Lisboa nasceu na cidade da Bahia, no dia 16 de julho de 1756. Um dos cinco filhos do casal Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia, e Henrique da Silva Lisboa, um arquiteto natural da cidade de Lisboa, que se mudou para Bahia, então capital da colônia, por volta da segunda metade do século XVIII. Henrique se mostrava como um católico fervoroso e bastante ativo na sociedade local, também demonstrava bastante zelo pela educação de seus filhos e por este motivo matriculou Cairu no convento dos frades Carmelitas da cidade da Bahia em 1765, onde o mesmo estudou filosofia racional e moral, se demonstrando como um aluno exemplar. Por este motivo, logo aos doze anos, os freis carmelitas indicaram a Henrique Lisboa que o menino fosse completar seus estudos em Portugal e o mesmo, obediente a ordem católica, assim o fez. Em Lisboa, Cairu se dedicou aos estudos da Retórica com o professor Pedro José da Fonseca⁸ e também a outros cursos preparatórios necessários para o ingresso na Faculdade de Coimbra.

⁷ LISBOA, Bento da Silva. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 3ª edição, Tomo I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1839.

⁸ Sobre Pedro José da Fonseca ver o trabalho: DURAN, Maria Renata da Cruz. Retórica e eloquência no Rio de Janeiro: 1759-1834 / Maria Renata da Cruz Duran. – Franca: UNESP, 2009.

Em 1774 matriculou-se na Universidade portuguesa seguindo os cursos de Direito e de Filosofia. Devido a sua dedicação e inteligência aos estudos tornou-se autoridade em grego e hebraico e mesmo antes de sua formatura já havia se inscrito em concurso para provimento das cadeiras daquelas línguas, o que se concretizou logo após sua formatura assumindo o cargo de Professor substituto no Real Colégio de Artes, onde lecionou as disciplinas.

Em 8 de junho de 1779, apresentou-se para os seus exames finais em sessão presidida pelo então Reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Conde de Arganil, após as arguições necessárias, recebeu o título de bacharel em filosofia e, um mês depois, o de bacharel em Cânones⁹.

Em um trecho descrito no periódico *Sentinela da Liberdade*, escrito por Cipriano Barata (1762-1838)¹⁰, adversário político declarado de Cairu e contemporâneo do mesmo em Coimbra, Barata descreve como o jovem se apresentava: “E, com efeito eu conheci como as palmas das minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um visconde, que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos, e chapéu casquete e às vezes de veste de ganga rota e chinelos” (SENTINELA DA LIBERDADE 1831, p. 221-222).

Segundo De Paula (2016) isso era bem comum a brasileiros que se aventuravam além-mar para obter estudos e, com isso, retornar para a Colônia com certo grau de prestígio e possibilidade de ascensão social e financeira. Um dos principais “alvos” destes brasileiros recém-formados retornados à Colônia era o emprego no serviço público, que oferecia algum prestígio perante os locais e um mínimo de estabilidade monetária.

Além desses elementos que apontam para a dificuldade financeira que Cairu teve em se manter em Coimbra e custear seus estudos, outra dificuldade também se deu pelo fato de que contemporaneamente a seus estudos, um dos seus irmãos, Antônio da Silva Lisboa, também estudava na referida Universidade e também se formava em Cânones no intuito de se tornar padre, desejo de seu pai Henrique. Logo após seu irmão conquistar seu bacharelado em Cânones, em viagem de retorno para o Brasil, o mesmo veio a falecer. Com isso, Henrique enviou carta para Cairu pedindo para que ele substituísse o cargo que o irmão ocuparia como padre. Não concordando com isso, e decidido que não possuía vocação sacerdotal, foi contra a vontade paterna e se negou a atender ao pedido do pai. Como consequência de sua escolha, teve

⁹ O título de bacharel em Cânones consistia nos estudos das leis da Coroa e da Igreja.

¹⁰ Sobre Cipriano Barata ver as seguintes obras: LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários. Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001; SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 664p.

sua mesada revogada e por isso passou a se sustentar exclusivamente com os proventos de professor¹¹.

1.2 Cairu de volta à Bahia até a vinda da Família Real em 1808

Ao retornar ao Brasil após a conclusão de seus estudos, atuou como advogado e, logo em seguida, em 1780, foi nomeado para o cargo de Juiz Ordinário da Capitania de Ilhéus. Porém sua carreira jurídica foi breve, tendo em vista que, no dia 29 de novembro de 1782, foi nomeado Professor de Filosofia Racional em Salvador, em substituição ao antigo Professor Manoel de Almeida Maciel. Na ocasião, também foi criada a Cadeira de Língua Grega, na qual atuou por cinco anos como Professor Substituto, após ter sido nomeado em 4 de junho de 1783.

Segundo De Paula (2016), além do exercício da magistratura, também se dedicou à pesquisa de ciências naturais e ao direito. Como pesquisador, manteve relações, através de correspondências, com outros professores da Universidade de Coimbra e da Real Academia das Ciências de Lisboa, principalmente com Domingos Vandelli¹² (1735-1816) seu antigo professor de filosofia em Coimbra. Vandelli já havia recomendado Cairu para as autoridades baianas para o cargo de correspondente de coleta, descrição e preparação de exemplares da fauna e da flora da Colônia para exposição no Museu da Universidade de Coimbra.

Durante este período da sua vida no Brasil, Cairu, realizou algumas viagens à Europa, parecendo ter bom trâmite entre a nobreza e a corte administrativa portuguesa. Em uma dessas ocasiões, teve a oportunidade de ser recebido por importantes membros do governo português, tendo sido convidado a participar da festa de aniversário da Rainha, cerimônia na qual proclamou uma oração em homenagem a ela¹³. Deste modo, é possível sugerir que Cairu

¹¹ Sobre a insuficiência financeira de Cairu durante seu período de estudos em Portugal não pudemos identificar o quantitativo exato de quanto recebia por mês e se isto era ou não suficiente para seu sustento, nem ao menos o que seus honorários representavam em poder de compra à época, visto que este também não era um objetivo desta pesquisa. Desta maneira não nos é possível conferir estas informações contidas nos textos de: PAULA, Dalvit Greiner de. *Escola Brasileira: O projeto de educação moral para a mocidade brasileira em José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835)*. 2016. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016; e MIRANDA, Nair. *Grandes Figuras: Visconde de Cairú, economista e patrono do comércio*. nº12. Editora Brasil América. Rio de Janeiro, 1959.

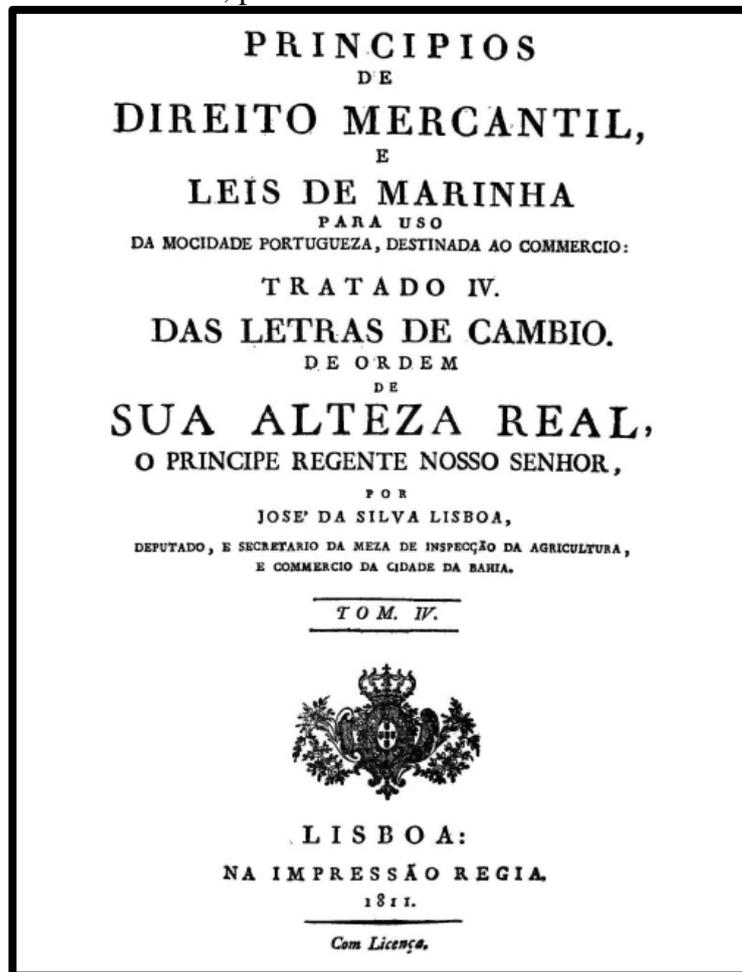
¹² Domenico Agostino Vandelli nasceu em Pádua em 1735 e faleceu em Lisboa em 1816. Foi um naturalista italiano, com trabalhos fundamentais para o desenvolvimento da história natural e da química em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Ele foi um dos fundadores e primeiro diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Foi membro da Maçonaria, comendador da Ordem de Cristo e deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação de Portugal. Ver mais em www.uc.pt (consultado em 09/08/2021).

¹³ Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Volume III. Eduardo de Castro e Almeida. Doc. 12.107

possuía algum grau de prestígio entre os personagens envolvidos nas tomadas de decisões da Corte portuguesa.

Em sua última viagem à corte portuguesa, antes da vinda da família Real para o Brasil, Cairu tinha a finalidade de pedir o júbilo de seu cargo e de levar ao então príncipe regente D. João a Obra: *Direito Mercantil e Leis de Marinha*, afirmando ser um trabalho de extrema originalidade para época e que posteriormente, por muito tempo, serviu como o Código Comercial brasileiro.

Figura 1 - Capa do livro *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha*, publicado em 1811.



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5313>

Nesta obra, Cairu dividiu seu trabalho em oito partes. A primeira tratava do seguro marítimo, sua formação, dissolução e execução; a segunda tratava do câmbio marítimo ou contrato de dinheiro a risco; a terceira das avarias; a quarta das letras de câmbio, promissórias, bancos do comércio e etc.; a quinta dos contratos e das causas mercantis, obrigações, direitos e privilégios dos negociantes; a sexta a polícia dos portos e da alfândega; a sétima dos juízes, tribunais de comércio, consulados, jurisdição e deveres dos cônsules e, por fim, a oitava parte

aborda a economia política. Esta última parte, contudo, não foi publicada, vindo a ser parte de outro livro escrito por ele, *Princípios da Economia Política*, publicado em 1804, no qual o autor já demonstrava o diálogo com a produção intelectual de Adam Smith, assunto que abordaremos adiante.

De volta ao Brasil, em 1794, Cairu ocupou o cargo de Deputado e Secretário de Mesa da Inspeção da Cidade da Bahia, cargo que só foi efetivado em 23 de julho de 1798. Este cargo tratava da fiscalização da arrecadação dos Reis Direitos e da remessa dos fardos da Real Demanda, além de deliberar sobre assuntos que envolviam o melhoramento da agricultura, principalmente no que se tratava das culturas e produção de açúcar, tabaco e farinha, colocando-se enfaticamente contrário às tendências das monoculturas vigentes à época. Também tratava da coleta de espécies para vistorias e relatórios sobre minério.

A Mesa da Inspeção sempre gerou atritos com os homens de negócios da Bahia ligados principalmente ao setor da agricultura que tinham seus interesses por ela limitados. Eles reclamavam, sobretudo, do elevado preço das taxas de armazenagem, dos fretes e dos valores cobrados de impostos.

Antes mesmo de assumir o cargo, já havia abordado a situação econômica da Bahia. Em carta enviada a Domingos Vandelli no ano de 1781, Cairu afirmava:

A agricultura da Bahia, ainda que não esteja nem ao grau de perfeição, nem da extensão, de que é suscetível, contudo está em um pé muito vantajoso e superior a todas as outras cidades marítimas do Brasil... Dois são os gêneros preciosos, que fazem a base sólida do comércio da Bahia e lhe constitui para sempre um fundo de riqueza natural, renovada a inexaurível, a saber o açúcar e o tabaco. O tabaco constitui o segundo ramo da agricultura da Bahia, que serve vantajosamente ao comércio. Distinguem-se três qualidades de tabaco, o de primeira e segunda folha e o de refugo. Aquelas três qualidades são taxadas por uma Mesa, a que chamam da Inspeção, composta de deputados, parte lavradores, parte negociantes. Aquela taxa nem sempre é feita à boa fé e com conhecimento de causa. Às vezes por fraude se danificam os lavradores ou se beneficiam, à proporção de que o interesse do Inspetor taxante ou do subalterno, e que nele se confie, exige a ruína ou vantagem do dito lavrador. As artes na Bahia se reduzem aos ofícios mecânicos de pura necessidade. Não há aqui manufatura alguma, a não se querer contar como tal a construção de 3 e 4 navios, que regularmente todos os anos aqui se fazem e uma boa fábrica de grossa louça. O comércio da Bahia é amplo e variado, tanto o interior, como o exterior. É uma coisa bela ver aportar aos cais da Bahia mais de 40 embarcações pequenas cada dia, carregadas de víveres e de tudo o necessário para o uso da cidade. O comércio de exportação é muito importante. A Bahia fornece mais carga aos seus navios, do que nenhuma outra cidade do Brasil. A sua carga principal é açúcar, o tabaco, couros em cabelo, sola, madeiras de todo o gênero para construção e carpintaria, aguardente, melão. É engrossada esta carga com um pouco de arroz, farinha de pão, coquilha, algodão, louça de barro, piaçava para antarras, cocos, ipecacuanha, baunilha, quití, etc.¹⁴

¹⁴ Coleção Wanderley Pinho - Carta de Cairu a Vandelli – 1781 – IHGB.

Na carta, podemos verificar que criticava a Mesa de Inspeção, principalmente pelo fato de ser composta por negociantes e fazendeiros e não por fiscais isentos, sem interesses particulares envolvidos. Devido à corrupção e o uso da coisa pública para favorecimento próprio, o órgão não conseguia ter condições e nem exercer a sua função, que era o desenvolvimento da agricultura local.

Este foi o cenário com que se deparou ao ingressar no cargo de Secretário e Deputado da Mesa de Inspeção da Bahia. Durante todo o período que esteve à frente da instituição, propôs uma profunda reforma administrativa no órgão, contrariando os interesses daqueles que lá permaneciam, porém não obteve êxito neste projeto. Sua participação como membro da Mesa terminou com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, quando foi criada a Cadeira de Economia Política na Corte do Rio de Janeiro e oferecida para o mesmo.

Concedo Licença a José da Silva Lisboa, Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção desta Cidade, para que indiferente de outro qualquer despacho possa seguir viagem para o Rio de Janeiro, para onde vai destinado por Sua Alteza Real para o Ensino de Ciência Econômica, por Decreto de 23 do corrente. Como me foi participado pelo Régio Offício de mesma data. Bahia, 24 de fevereiro de 1808.¹⁵

1.3 Cairu e sua tendência ao liberalismo econômico

Foi durante o período que trabalhou na Mesa de Inspeção da Bahia que Cairu começou a escrever sobre o que poderia afetar a economia da região, principalmente pelo fato de ter sido privilegiado por poder estudar em uma Europa onde se iniciavam os novos métodos de investigação científica e a própria ciência se consolidava em bases mais sólidas de pesquisa e organização.

Em contrapartida, a nova “revolução” científica encontrava barreiras nos métodos jesuíticos de ensino ainda em voga na Universidade de Coimbra. Na visão destes, bastava para os portugueses serem bons cristãos e obedientes à doutrina católica. Somente com a reforma pombalina¹⁶ este cenário veio a mudar.

¹⁵ Na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o código C217,9 documento 13.

¹⁶ Durante a segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa sofreu a influência dos princípios iluministas com a chegada de Sebastião José de Carvalho aos quadros ministeriais do governo de Dom José I. Mais conhecido como Marquês de Pombal, este teve como grande preocupação modernizar a administração pública de seu país e ampliar ao máximo os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira. A chegada do Marquês de Pombal pode ser compreendida como uma consequência dos problemas econômicos vividos por Portugal na época. Nessa época, os portugueses sofriam com a dependência econômica em relação à Inglaterra, a perda de áreas coloniais e a queda da exploração aurífera no Brasil. Buscando ampliar os lucros retirados da exploração colonial em terras brasileiras, Pombal resolveu instituir a cobrança anual de 1500 quilos de ouro. Além disso, ele resolveu tirar algumas atribuições do Conselho Ultramarino e acabou com as capitânicas hereditárias que seriam, a partir de então, administradas diretamente pelo governo português. Outra importante medida foi a criação de várias companhias de

O jovem baiano ingressou na Universidade de Coimbra no período que coincidiu com a reforma pombalina na referida instituição. Essa reforma criou o curso de Filosofia Experimental no ano de 1772, sendo formada a nova Faculdade de Filosofia com quatro cadeiras: Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física Experimental e Química Teórica e Prática.

Novos métodos e novos conceitos começaram a ser difundidos dentro da instituição como, por exemplo, o liberalismo proposto por Locke. Segundo o filósofo e ideólogo do liberalismo inglês, o objetivo do Estado era garantir a liberdade e a segurança de seus membros e o verdadeiro fundamento da propriedade era o trabalho. Assim, no pensamento de Locke encontramos as bases do liberalismo que Adam Smith iria pregar, e seu discípulo brasileiro viria posteriormente a veicular na sua terra natal.

Outro autor admirado pelo jovem estudante brasileiro foi Edmund Burke¹⁷, prova disto foi que o citou várias vezes em seus livros e escritos. Para o homem da Bahia, os escritos de Burke serviram de base e auxiliaram, por muitas vezes, o impedimento da difusão dos ideais propagados pela Revolução Francesa que, segundo ele, serviram para disseminar o terror e o ódio por toda a Europa.

Em 1804, Cairu publica o livro *Os princípios de Economia Política*, em que comentava, com entusiasmo, as teorias de Adam Smith, contidas no trabalho *A Riqueza das Nações*¹⁸ principalmente as que discorrem sobre a liberdade de comércio, indústria e navegação, além da abolição do antigo sistema colonial. Segundo De Paula (2016) este livro fora um presente

comércio incumbidas de dar maior fluxo às transações comerciais entre a colônia e a metrópole. No plano interno, Marquês de Pombal instituiu uma reforma que desagradou muitos daqueles que viviam das regalias oferecidas pela Coroa Portuguesa. O chamado Erário Régio tinha como papel controlar os gastos do corpo de funcionários reais e, principalmente, reduzir os seus gastos. Outra importante medida foi incentivar o desenvolvimento de uma indústria nacional com pretensões de diminuir a dependência econômica do país. Outra importante medida trazida com a administração de Pombal foi a expulsão dos jesuítas do Brasil. Essa medida foi tomada com o objetivo de dar fim às contendas envolvendo os colonos e os jesuítas. O conflito se desenvolveu em torno da questão da exploração da mão-de-obra indígena. A falta de escravos negros fazia com que muitos colonos quisessem apresar e escravizar as populações indígenas. Os jesuítas se opunham a tal prática, muitas vezes apoiando os índios contra os colonos. Vendo os prejuízos trazidos com essa situação, Pombal expulsou os jesuítas e instituiu o fim da escravidão indígena. As terras que foram tomadas dos integrantes da Ordem de Jesus foram utilizadas como zonas de exploração econômica através da venda em leilão ou da doação das mesmas para outros colonos. Com relação aos índios, Pombal pretendia utilizá-los como força de trabalho na colonização de outras terras do território. Mesmo pretendendo trazer diversas melhorias para a Coroa, Pombal não conseguiu manter-se no cargo após a morte de Dom José I, em 1777. Seus opositores o acusam de autoritarismo e de trair os interesses do governo português.

¹⁷ Edmund Burke, advogado, filósofo e teórico político irlandês, teve como destaque a crítica que formulou à Revolução Francesa na sua obra: *Reflexões sobre a revolução na França*, com sua primeira edição lançada em novembro de 1790.

¹⁸ Adam Smith, considerado como o pai da economia moderna e do liberalismo econômico, tem como principal obra: *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, com sua primeira edição lançada em março de 1776 e que até hoje é utilizada como referência para estudos econômicos. (ARAUJO, 2010).

recebido do amigo dicionarista Antônio de Morais e Silva (1755-1824)¹⁹. A adesão do autor ao liberalismo econômico parece ter sido quase que imediata, fazendo com que se tornasse “o mais conhecido propagandista brasileiro do século XIX da obra de Adam Smith”. (ROCHA, 2001, p. 12).

1.4 A chegada da Família em 1808

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, este evento teve início em 1807, quando as tropas napoleônicas ameaçaram invadir Portugal. Diante desta ameaça, o Príncipe Regente D. João decidiu refugiar-se no Brasil em companhia de toda a sua Corte. O Regente ordenou que imediatamente se carregassem os 16 navios prontos para zarpar com todo o numerário que fosse possível reunir, juntamente com o tesouro da Coroa que continha objetos de arte, livros raros entre outras preciosidades, sendo que algumas destas permanecem no Brasil até os dias atuais.

A recepção da chegada da Família Real ao Brasil ocorreu em 22 de janeiro de 1808 e ficou sob responsabilidade do Conde da Ponte, Capitão-General da Capitania da Bahia, que procurou rodear-se de hábeis auxiliares, entre os quais Cairu era um deles, visto que já possuía certo grau de intimidade e proximidade com a corte portuguesa, principalmente junto ao Ministro Dom Fernando José de Portugal, que já havia sido governador da província da Bahia e que, posteriormente, se tornaria o Marquês de Aguiar.

Aproveitando-se desta oportunidade de aproximação junto a D. Fernando, o baiano formado em Coimbra, ressaltou a necessidade da abertura dos portos brasileiros às Nações Amigas de Portugal, Os argumentos foram tão poderosos que o Ministro concordou em levar

¹⁹ Filólogo brasileiro nascido no Rio de Janeiro, RJ, autor de: O Dicionário da língua portuguesa, o primeiro elaborado por um brasileiro e, contendo a definição de cerca de 180.000 palavras e expressões, o maior de sua época. Para estudar direito foi para Coimbra em 1774, porém teve de fugir para a Inglaterra, após ser denunciado à Inquisição por negar os fundamentos da religião católica. Trabalhando como secretário do embaixador português, iniciou estudos de literatura e participou da tradução para o inglês da obra: História de Portugal, publicada em três volumes em 1788. Paralelamente desenvolveu as anotações e os estudos para a realização do seu dicionário, cuja primeira edição foi publicada pelos livreiros Borel & Companhia em 1789. Com o sucesso de público e financeiro do dicionário e um indulto, voltou a Lisboa, onde se casou com a filha de um oficial do Exército em 1794. Voltou para o Brasil, e foi nomeado juiz de fora na Bahia. Mudando-se depois para Pernambuco, comprou o engenho Muribeca e passou a se dedicar à agricultura, e obteve excelentes resultados com técnicas agrícolas modernas que implantou em sua propriedade, sem abandonar a escrita. Publicou Epítome da gramática da língua portuguesa em 1806, e uma Gramática portuguesa em 1824. Apesar dos permanentes problemas com a Inquisição, foi condecorado com a Ordem de Cristo em 1808 e aclamado membro do governo revolucionário em 1817. A terceira edição do Dicionário foi publicada um ano após sua morte, em Recife. Ver mais em: <https://web.archive.org/web/20160303222910/http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AntoMSil.html>. (consultado em 09/08/2021). De onde extraiu as informações???

uma representação de pessoas à presença do Príncipe para expor o assunto. Em 28 de janeiro, D. João aceitou as sugestões de Cairu e redigiu a carta de abertura dos portos:

DECRETO DE 11 DE JUNHO DE 1808. Marca os direitos das mercadorias entradas nas Alfandegas do Brazil e das reexportadas. Sendo conveniente ao bem publico remover todos os embaraços que possam tolher o livre giro e a circulação do commercio: e tendo consideração ao estado de abatimento, em que de presente se acha o nacional, interrompido pelos conhecidos estorvos e actuaes circumstancias da Europa: desejando anima-lo e promove-lo em beneficio da causa publica pelos proveitos, que lhe resultam de se aumentarem os cabedades da Nação por meio de maior numero de trocas e transacções mercantis, e de se enriquecerem os meus heis vassallos que se dão a este ramo de prosperidade publica o que muito pretendo favorecer como uma das classes uteis do Estado: e querendo outrossim augmentar a navegação para que prospere a marinha mercantil, e com ella a, de guerra, necessaria para a, defesa dos meus Estados e Domínios: sou servido ordenar que todas as fazendas e mercadorias que forem proprias dos meus vassallos, e por sua conta carregadas em embarcações nacionaes, o entrarem nas Alfandegas do Brazil, paguem de direito por entrada dezesseis por cento somente; e os gêneros que se denominam molhados paguem menos a terça parte do que se acha estabelecido, derogada nesta parte a disposição da Carta Régia de 28 de Janeiro passado, ficando em seu vigor em tudo o mais: e que todas as mercadorias que os meus vassallos assim importarem para as reexportar para Reinos e Domínios Estrangeiros, declarando-o por esta maneira, nas Alfandegas, paguem quatro por cento somente de baldeação, passando-as depois para embarcações nacionaes ou estrangeiras, que se destinarem a portos estrangeiros; o que com tudo só terá logar nas Alfandegas desta Côrte, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará; e nellas haverá a maior fiscalização. E acontecendo fazer-se alguma tomadia de fazendas desviadas daquelle destino, serão apprehendidas e julgadas com outro tanto do seu valor a bem do denunciante e dos que as apprehenderem na fórma do Alvará de 5 de Janeiro de 1785. O Presidente do meu Real Erario o tenha assim entendido e mande expedir as ordens necessárias. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1808. Com a rubrica, do Príncipe Regente Nosso Senhor.

A determinação assinada por D. João provocou protestos dos comerciantes portugueses estabelecidos no Brasil chamados à época de reinóis. A liberalização dos portos ao comércio exterior consequentemente acabou com o monopólio de produtos agrícolas como o açúcar e o tabaco, fazendo com que, a partir daquele momento, comerciantes estrangeiros se estabelecessem ao lado de portugueses e brasileiros, disputando o mesmo mercado.

De acordo com Miranda (1959), os reinóis fizeram de tudo para anular o decreto de abertura dos portos, porém não tiveram nenhum efeito. Sabedores que havia sido Cairu que tinha proposto a abertura dos portos ao príncipe regente, estes comerciantes direcionaram sua ira para o baiano ilustrado, acusando-o de toda a sorte possível, inclusive de traição, com punição de pena capital. Resoluto, o mesmo refutou todas as acusações e por esta ocasião escreveu mais um trabalho: *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, publicada em 1808, no qual colocava em destaque o exemplo que os Estados Unidos da América deram ao mundo com o livre comércio, curando os males que sua longa guerra de independência havia gerado.

A postura perante as acusações que sofria, sua desenvoltura na escrita e conhecimentos técnicos sobre economia impressionaram o Príncipe Regente que o convidou para acompanhá-

lo ao Rio de Janeiro na transferência da Corte para aquela cidade, o que se deu em 7 de março de 1808. Cairu ocuparia o cargo de professor da aula régia de Economia Política, a ser ministrada na nova sede da Coroa portuguesa, fazendo com que o mesmo se transferisse para o centro do poder político.

Consideramos que estes dois episódios; a Abertura dos Portos e principalmente a criação da Cadeira de Economia no Rio de Janeiro como uma mercê²⁰ para Cairu, possibilitam sugerir o forte estreitamento das relações de trabalho e de proximidade entre o letrado baiano e o príncipe-regente Dom João.

Com a chegada da Família Real ao Brasil e a aproximação de Cairu da mesma, é possível afirmar que Cairu passa a possuir maior relevância entre os intelectuais do cenário nacional, principalmente por ter seu pensamento ligado ao liberalismo econômico e a defesa das tradições imperiais naquele momento.

A chegada da Família Real ao Rio de Janeiro se constitui em um acontecimento que impulsionou o desenvolvimento das ciências, da cultura e das artes no Brasil. A chegada da família e de um contingente numeroso terminou por acelerar a modernização de alguns aspectos da região e dotar a cidade de equipamentos necessários para manutenção do que se tornaria posteriormente a capital do Império. Abaixo segue uma tabela contendo alguns dos principais equipamentos e iniciativas tomadas por D. João:

Quadro 2 - Equipamentos criados por Dom João

Equipamento	Data de Fundação	Local
Arquivo Central do RJ	7 de abril de 1808	Rio de Janeiro
Academia Real da Marinha	5 de maio de 1808	Rio de Janeiro
Academia Médico-Cirúrgica da Bahia	1808	Bahia
Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do RJ	1808	Rio de Janeiro
Impressão Régia	13 de maio de 1808	Rio de Janeiro
Fábrica de Pólvora	13 de maio de 1808	Rio de Janeiro
Jardim Botânico	13 de junho de 1808	Rio de Janeiro
Academia Real Militar	4 de dezembro de 1810	Rio de Janeiro
Biblioteca Nacional	29 de outubro de 1810	Rio de Janeiro
Aula de Comércio	15 de julho de 1809	Rio de Janeiro
Biblioteca da Academia Real da Marinha	1 de abril de 1812	Rio de Janeiro
Decreto a favor dos professores das Escolas de Primeiras Letras	27 de outubro de 1823	Rio de Janeiro
Biblioteca Real	1814	Rio de Janeiro
Academia de Belas Artes	12 de agosto de 1816	Rio de Janeiro
Museu Real	6 de junho de 1818	Rio de Janeiro

Fonte: Quadro organizado pelo autor

²⁰ Segundo o dicionário Online da língua portuguesa o termo Mercê caracteriza-se a ação de ser nomeado para um cargo público em retribuição por um serviço ou trabalho prestado, tratando-se de uma graça, favor ou benefício. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/merce/>. Acessado em 16/09/2021.

1.5 Cairu e seu papel como Censor Régio

Procuramos destacar a criação da Imprensa Régia neste momento, por esta instituição está intrinsecamente ligada às funções que o letrado baiano assumiria dali em diante. A função da Imprensa Régia a princípio era atender às necessidades de impressão no Brasil. Por meio dela seriam impressas toda a legislação e os papéis diplomáticos provenientes de qualquer repartição governamental, conforme decreto descrito abaixo:

Tendo-me constado que os prelos, que se acham nesta Capital, eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva interinamente de Imprensa Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras, ficando interinamente pertencendo seu governo e administração à mesma secretaria. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente, Nosso Senhor.

Porém, segundo De Paula (2016), é possível sugerir que existiam outros interesses envolvidos no pedido de criação da Imprensa Régia. Um deles poderia estar associado ao objetivo de conferir lucro, igual a qualquer outro tipo de negócio, tendo como principal cliente o próprio reino, que necessitava exaustivamente de folhas impressas para publicitar seus atos. Outro objetivo se articula ao controle do que deveria ou não ser impresso. Era necessário para a população da Colônia, fazer chegar e “promover as luzes e conhecimentos úteis que tanto deseja favorecer o grande e pio soberano e autorizar e imprimir tudo o que seja útil publicar para instrução do povo” (BRASIL, 1808, p.17).

Ainda segundo De Paula (2016), paralelamente a isto, também tinha o caráter da censura, de controlar o que se imprimia, visto que era função da Imprensa Régia: “examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, o governo e bons costumes”. (BRASIL, 1808, p. 17). O grande temor do reino àquela época era que se chegasse à Colônia as doutrinas francesas ou mesmo do processo de independência na América, sobretudo a revolução do Haiti e a situação dos Estados Unidos, o que abalaria a autoridade do trono e do altar na condução da população.

Para auxiliar neste processo de censura, o letrado baiano, em 1814, foi oficialmente nomeado para o cargo de Censor Régio, que já exercia desde 1808, conforme demonstra o decreto do dia 10 de outubro de 1814:

Hei por bem aprovar e nomear para Censor Régio a José da Silva Lisboa, Deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil, para exercitar o seu Ministério com outro título mais que o desta Provisão que passará pela Chancelaria sem direitos novos, ou velhos ²¹.

Outro decreto, o de 27 de setembro de 1808, estabeleceu um corpo de censores:

aprova a nomeação dos Censores Régios, sendo eles: O Padre Mestre Frei Antônio de Arrabida²²; o Padre Mestre João Manzoni²³; Luiz José de Carvalho e Mello²⁴, do meu Conselho e Corregedor do Crime da Côrte e Casa; e José da Silva Lisboa, Deputado da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil. (BRASIL, 1808, p. 144).

Segundo De Paula (2016) estes censores²⁵ deveriam ser pessoas de comprovada e notória experiência, cabendo-lhes receber livros, revistas, jornais e correspondências oriundas principalmente da Europa e Estados Unidos. Isto fazia com que se mantivesse muito bem informado sobre as ideias e acontecimentos no resto do globo. Esta experiência fez com que “atuasse concomitantemente nas duas instâncias de censura pelas quais deveria passar uma publicação”. De acordo com (Barra 2012):

Esta condição e posição lhe conferiam uma enorme responsabilidade e poder passando, naquele momento, a ser uma das principais pessoas de confiança do

²¹ Na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o código C217,9 documento 17.

²² Francisco Antônio de Arrábida nasceu em Lisboa em 1771 e faleceu no Rio de Janeiro em 1850. Foi um padre franciscano, botânico e professor de língua portuguesa. Aos quinze anos de idade entrou para o convento franciscano de São Pedro de Alcântara e após completar seu preparo foi nomeado professor e bibliotecário do convento de Mafra. Ali entrou em contato com o príncipe regente D. João, que admirou seu trabalho e o fez seu confessor e membro do seu conselho privado. Viajou para o Brasil com D. João, instalando-se no convento de Santo Antônio. Foi nomeado censor régio da Mesa do Desembargo do Paço em 27 de setembro de 1808 e atuou como tutor dos príncipes D. Pedro e D. Miguel. Depois da volta da família real para Portugal, D. Pedro designou-o seu conselheiro e, proclamada a independência em 1822, participou da organização da cerimônia de coroação do imperador e no mesmo ano foi nomeado bibliotecário imperial, sendo o primeiro chefe da Biblioteca Imperial e Pública da Corte. Foi tutor dos filhos de D. Pedro, e em 1827, por indicação régia, foi nomeado bispo de Anemúria e coadjutor do capelão-mor. Recebeu do imperador a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa e foi o ministrante da crisma do jovem príncipe D. Pedro II. Em 1831 pediu demissão do cargo de bibliotecário, e em 1836 recebeu uma pensão do governo. Por ocasião da criação do Colégio Pedro II, foi nomeado seu primeiro reitor em 5 de fevereiro de 1838, mas devido a problemas de saúde renunciou menos de um ano depois. Retornou à corte como assistente na coroação de D. Pedro II, pelo que recebeu a comenda da Ordem de Cristo, e em fevereiro de 1842 foi nomeado conselheiro de Estado. Foi destituído três anos depois e passou seus últimos anos de vida em dificuldades financeiras. Ver mais em: CARVALHO, José Maurício. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007. ISBN 9788535909692.

²³ Sobre o Padre Mestre João Manzoni não foi possível localizar fontes suficientes. Salvo que o mesmo foi Confessor da Infanta D. Marianna, tia de D. João. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-27-9-1808.htm. Consultado em 16/09/2021.

²⁴ Formou-se em direito, na Universidade de Coimbra, foi magistrado no Rio de Janeiro, deputado à Constituinte de 1823. Também foi ministro no 3º gabinete do Império (1823 a 1825). Escreveu os estatutos que organizavam os cursos jurídicos do Brasil, na sua criação. Foi escolhido senador na 1ª legislatura, em 1826, sem ter vindo a exercer o cargo, tendo falecido logo após a escolha. Luís José de Carvalho e Melo era dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, além de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

²⁵ Sobre os censores régios ver <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/152-censores-regios>. Consultado em 24/07/2021.

príncipe, papel do qual Cairu procurou se enquadrar exatamente neste perfil: um zelador da paz e concórdia (BARRA, 2012, p. 146).

Vale ressaltar também que a Imprensa Régia era o único prelo oficial do reino à época, ficando o censor baiano responsável pelo controle e pelo aceite ou não do material que deveria ser impresso. Era o início da liberação das tipografias no Brasil, porém estas deveriam ter o controle do Rei.

Contudo, após a revolução portuguesa de 1820, as cortes constituintes de Lisboa afirmavam que a liberdade de imprensa era a irmã gêmea da liberdade civil e política. Com este argumento, no dia 2 de março do ano de 1821, foi expedido um decreto que suspendia a censura prévia.

Fazendo-se dignas da Minha Real considera as reiteradas representações que pessoas douradas e zelosas do progresso da civilização e das letras têm feito subir à Minha Soberana Presença. Tanto sobre os embaraços, que a prévia censura dos escritos opunha à propagação da verdade, como sobre os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, moral, ou à pública tranquilidade; Hei por bem ordenar: Que, enquanto pela Constituição cometida às Cortes de Portugal se não acharem reguladas as formalidades, que devem preencher os livreiros e editores, fique suspensa a prévia censura que pela atual Legislação se exigia para a impressão dos escritos que se intente publicar.²⁶

Aqui é importante ressaltar que a partir de 16 de dezembro de 1815, com a mudança do Brasil do estado de Colônia para sede do Reino Unido, as relações políticas entre sociedade e Estado tiveram que ser reajustadas e as tensões entre Portugal e Brasil aumentaram. A preocupação de Cairu parecer ser agora outra. O mesmo estava mais inclinado na form(t)ação de valores e costumes dessa nova nação que surgia e na busca de uma conciliação entre os dois territórios.

1.6 Cairu após a saída da Família Imperial do Brasil

Depois do retorno de D. João VI para Portugal, em 1821, e a consequente assunção de D. Pedro como príncipe regente do Brasil, o fiel servidor da coroa procurou atuar como panfletário e jornalista buscando defender a autoridade do Estado, centrada na figura do príncipe e, posteriormente, do Imperador. Atuação que manteve na condição de parlamentar; atuando como Constituinte, em 1823 e, como Senador, a partir de 1826.

Foi eleito como suplente pelo Estado da Bahia para participar dos trabalhos de elaboração da primeira Assembleia Nacional Constituinte²⁷. Contudo, não deixou, em nenhum

²⁶ BELLO, Oliveira. Imprensa Nacional 1808 – 1908 Apontamentos Históricos. Página 25. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.

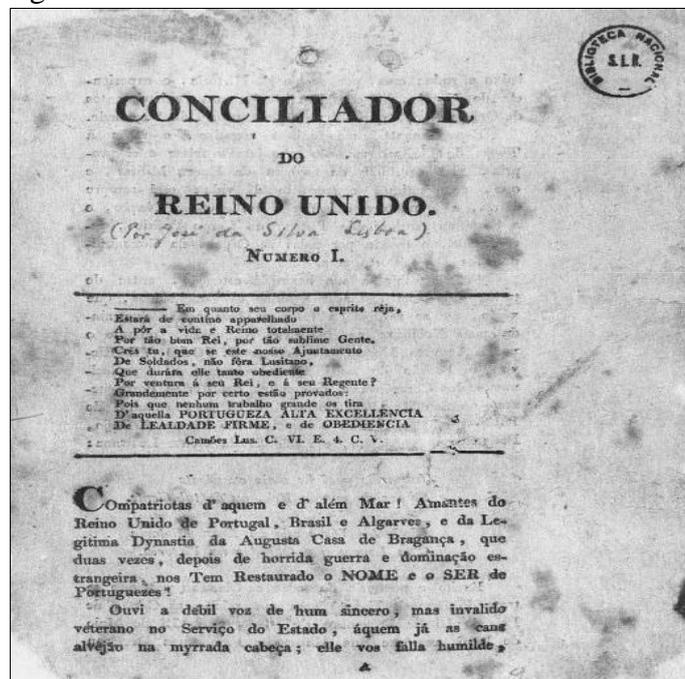
²⁷ O Senado foi instalado em 6 de maio de 1826, tendo tido como primeiro presidente o Marquês de Santo Amaro. Sua primeira sede foi o Palácio do Conde dos Arcos, que ficou conhecido como o “Paço do Senado”, localizado no Campo da Aclamação, atual Campo de Sant’Anna, no Rio de Janeiro. A história do Senado remonta ao próprio processo de Independência do Brasil: em 25 de março de 1824, foi outorgada a primeira

momento, de exercer a função de Inspetor dos Estabelecimentos Literários e foi exercendo esse ofício que participou da Comissão de Instrução Pública do Senado²⁸.

Não muito tempo depois do retorno de D. João VI a Portugal, ainda em 1821, as Cortes portuguesas intimam o então príncipe regente D. Pedro a regressar a Lisboa. Essa ordem de regresso criou uma agitação enorme no recém-criado Reino Unido. Uma parte da população acreditava que seria melhor a continuação do Império português com o príncipe regente fixado no Brasil e outra parte achava que já era tempo de se ter a independência definitiva.

Neste período, o letrado baiano funda jornais e publica panfletos sempre buscando promover a conciliação entre as duas nações. Não é por acaso que seu primeiro jornal possui o nome de *O Conciliador do Reino Unido* (1821).

Figura 2 - Periódico O Conciliador



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/41308>.
Consultado em 30/08/2021.

Constituição brasileira que vigorou até o advento da República, em 1889. Pela Constituição de 1824, os senadores eram vitalícios. Naquela ocasião, o número de senadores estava vinculado ao de deputados por província, devendo ser eleito um senador para cada dois deputados; entretanto, se uma província tivesse direito a apenas um deputado, era permitida a eleição de um senador. A partir de listas tríplices enviadas pelas províncias, o Imperador escolhia os que deveriam compor a Câmara do Senado. Além disso, os príncipes da Casa Imperial tinham direito a assento nesta Casa, tão logo completassem 25 anos. Por esse critério, a Princesa Isabel foi a primeira senadora do Brasil. A primeira composição do Senado, contou com membros da nobreza, da magistratura e do clero. Eram 50 senadores, sendo 23 barões, viscondes ou marqueses; nove juizes; sete membros da Igreja Católica; quatro do Exército; além de dois médicos, um advogado e quatro proprietários de terra. Sobre a elaboração da primeira Assembleia Nacional Constituinte ver os Annaes do Senado do Imperio do Brasil disponível em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1826/1826%20Livro%201.pdf. Consultado em 16/09/2021.

²⁸ Sobre a criação da Comissão de Instrução Pública do Senado ver o trabalho de Tirsia Regazzini Peres.

Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/105/3/01d06t03.pdf>. Consultado em 16/09/2021.

O Conciliador do Reino Unido foi lançado em 1º de março de 1821, no Rio de Janeiro²⁹, com 7 números e um total de 64 páginas. Inicia com uma epígrafe de Luís de Camões, mantida em todos os números. Este periódico é considerado como um panfleto conservador, voltado à questão da crise entre o Brasil colonial e a metrópole portuguesa no que tange ao período que culminaria com a independência do Brasil.

Este periódico defendia a permanência do príncipe regente D. Pedro I no Brasil, indo contra a recomendação de seu pai D. João VI, de que voltasse para Portugal. Defendia que D. Pedro se firmasse definitivamente como monarca no Brasil durante o processo de independência, porém não abria mão do tom “conciliador”, presente no próprio título do periódico, isto porque entendia que desta forma evitaria desgastes junto a Portugal e conseguiria, assim, um avanço mais rápido e ameno para as questões divergentes que abrangiam as duas nações.

Em nosso entendimento, a Independência do Brasil ocorrida em 7 de setembro de 1822, foi uma consequência de um processo que se iniciou em 1808 com a chegada da Família Real no Brasil e a abertura dos portos para todas as nações amigas, consolidando-se ainda mais em 1815 com a elevação do Brasil a sede do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Estes acontecimentos geraram um novo estado de espírito junto à população que aqui residia, trazendo consigo um sentimento de emancipação natural devido à rotina da qual já estavam inseridos. Contudo, ainda faltava à nova nação uma Constituição que consolidasse a própria independência política e mostrasse ao mundo que o Brasil era de verdade um país politicamente livre e senhor de seu destino.

Em 17 de abril de 1823, o então agora Imperador D. Pedro I convocou a primeira Assembleia Constituinte no intuito de se elaborar uma constituição que pudesse ordenar e perpetuar o Estado. Cairu foi eleito como representante da Bahia para participar deste processo. Sua posição era de se constituir uma monarquia constitucional amparada na ordem jurídica e que não se prestasse a interesses e privilégios pessoais. Também defendia que fosse aberta e receptiva ao livre comércio, baseada nos princípios da moral e da religião e que garantisse a liberdade dos cidadãos, atendendo assim os interesses da sociedade como um todo.

²⁹ O primeiro número foi publicado em 1º de março de 1821, pela Imprensa Régia. O último número foi publicado em 7 de abril de 1821. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700193&pesq=&pagfis=63>. Consultado em 16/09/2021. Para mais ver o trabalho de: LUSTOSA, Isabel. Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência, 1821- 1823. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Figura 3 - Constituinte de 1823 retratada em óleo sobre tela.



Fonte: Aventuras na História³⁰

A primeira sessão ocorreu em 3 de maio de 1823 e devido a inúmeros problemas e divergências de pensamentos acabou por ser dissolvida pelo Imperador, em 12 de novembro do mesmo ano. Neste dia as tropas marcharam rumo à Assembleia, a mando do Imperador, levando ao presidente da sessão um decreto no qual a dissolvia e, ao mesmo tempo, convocava uma nova, que deveria somente analisar o projeto de Constituição apresentado pelo próprio Imperador.

Cairu não participou da elaboração da Constituição outorgada, porém devido a sua rede de relacionamentos e a amizade e proximidade que tinha junto aos integrantes dessa comissão, parece ter influenciado na mesma, visto que as pessoas que participaram, em sua grande maioria, dialogavam diretamente com algumas das posições defendida por ele, desejando uma monarquia constitucional, centralizada na figura do monarca. A proposta da Constituição foi entregue em 11 de dezembro de 1823 e outorgada em 25 de março de 1824.

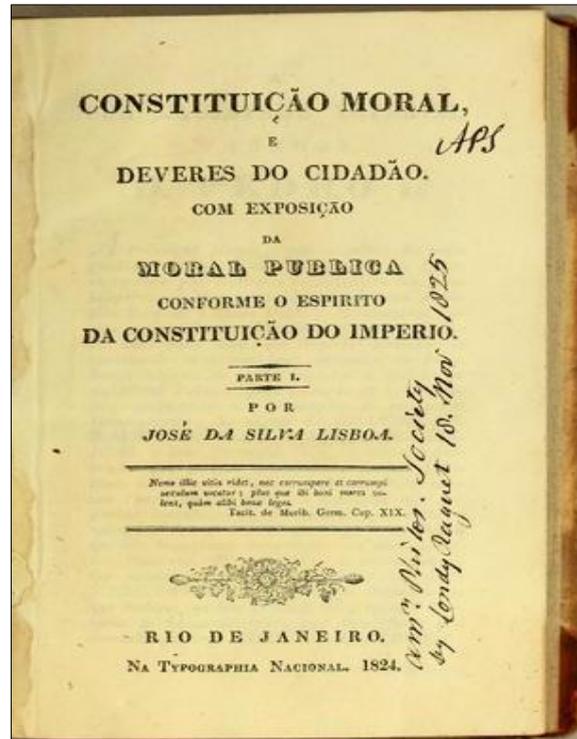
1.7 A preocupação de Cairu com a Instrução Pública

Afastado da tarefa de participar da constituinte, Cairu se dedicou ao cargo de Inspetor dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino, cargo criado pelo decreto de 26 de fevereiro de 1821, que tinha como uma de suas principais finalidades a promoção da instrução pública no Brasil. O mesmo acreditava que era através da promoção da instrução pública que se alcançaria a melhor forma de se obterem os apreciáveis bens da felicidade, poder e reputação

³⁰ Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/dom-pedro-i-noite-da-agonia-assembleia-constituente.phtml> Acesso em 22 de julho de 2021.

do Estado. (GONDRA, 2021)³¹. Para tanto se dedicou a escrever a sua: *Constituição Moral e Deveres do Cidadão* (1824)³².

Figura 4 - Capa do livro *Constituição Moral e Deveres do Cidadão* (1824).



Fonte: <https://archive.org/details/constituio00cair>. Consultado em 30/08/2021.

É nesta obra que podemos identificar os argumentos do autor em relação à moral e como entendia que deveria conduzir os hábitos e costumes da nação. Segundo Gondra, a obra:

Trata-se da questão da formação moral, orientada por um duplo balizamento; o ordenamento jurídico-político e os postulados da doutrina católica. Portanto, por meio deste material se faz presente a dimensão de homem público, ou de homem de letras, comprometido na defesa de um projeto comum para o Império brasileiro. (GONDRA, 2021, p.19).

Na primeira parte, este livro foi estruturado em tópicos nos quais o autor desdobra as reflexões a respeito da questão central, reconhecendo os interlocutores alinhados às suas posições, bem como aqueles que dela se afastam. Para tanto, o volume I contém 21 capítulos e, o segundo, 18³³.

³¹ GONDRA, José Gonçalves. *Em nome da "recta conducta", ajuda recíproca, honesta indústria e convívio pacífico: reflexões sobre instrução e educação moral (1824-1827)*. Revista História da Educação (Online), 2021, v. 25: e106107.

³² Obra disponível no site <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185611>. (Consultado em 12/08/2021).

³³ O volume I possui 182 páginas e o volume II possui 295 páginas na versão digitalizada, com que trabalhamos. De acordo com o Diário do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro de 1825, o volume I custava 800 réis.

É possível através desta análise verificar que os volumes dedicados à constituição moral e deveres do cidadão apresentam um acentuado tom doutrinário que chamam a atenção para a importância da existência de uma sólida base moral para o edifício político. Segundo Gondra:

Estes volumes foram publicados em um momento crítico, indicando o compromisso de Cairu com a erradicação de qualquer elemento considerado nocivo à ordem civil. Deste modo, o expediente consiste em traçar as bases morais do Império brasileiro como estratégia de combate à tormenta das revoluções. Trata-se de uma reação católica frente a um mundo contaminado pelo espírito revolucionário. (GONDRA, 2021, p.20).

Ainda segundo Gondra (2021), o letrado baiano procurou se basear na experiência da literatura inglesa, opondo-se a um conjunto de escritores franceses. Nestes dois volumes, o autor reforça a tese da religião de Estado, fazendo da história uma espécie de mestra da vida, fonte dos argumentos em favor da articulação e indivisibilidade entre ciência e revelação, condição para se atingir uma civilização mais elevada, cujo melhor exemplo, para o autor, poderia ser verificado na experiência da Grã-Bretanha.

Para Cairu, depois de outorgada a Constituição de 1824, era necessário se realizar no Brasil a associação entre ciência moral e teologia no intuito de formar os bons costumes, característica principal em todos os povos civilizados e que seria de extrema importância da construção do povo polido e comercial que tanto desejava.

Ao analisar os periódicos da época, podemos notar uma intenção de educar de forma conservadora e disciplinadora que visava moralizar as relações entre o mando e a obediência. Era desejo da “elite” do Primeiro Reinado um projeto de civilização que pudesse colocar a população dentro dos limites da lei e da força do Estado, e, para isso, a escola e principalmente o ensino praticado dentro dela eram fundamentais para produzir esse novo cidadão, capaz de conviver pacificamente em sociedade, o que tanto almejava Cairu.

Seguindo esta linha de raciocínio, na qual o ensino é considerado fundamental para produzir o cidadão polido e comercial, no segundo capítulo abordamos os debates sobre a historiografia produzida no Brasil naquele período para, com este expediente, podermos analisar melhor, a partir do capítulo três, a produção historiográfica de Cairu, dando ênfase ao HPSP, que procurou ser um orientador, uma espécie de guia para a sociedade da época, na medida em que se apresentava como instrumento científico, como ferramenta de instrução para as futuras gerações e de legitimação do poder vigente.

2 CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO BRASIL

No primeiro capítulo, apoiado na leitura da bibliografia mobilizada nesta pesquisa, procuramos destacar aspectos da trajetória de Cairu para que fosse possível compreender o surgimento do livro HPSP no contexto de uma sociedade conturbada e com várias possibilidades de formação em aberto.

Podemos identificar que se tratava de um homem ligado à figura do rei como autoridade soberana da nação e que seus atos e ensinamentos estiveram estreitamente ligados ao sentido de conservar e propagar as ideias destinadas à manutenção do trono perante uma sociedade que, naquele momento, buscava ampliar o leque de atores políticos e civis, onde se começava a ter novas possibilidades de organização do Estado e a ampliação da participação civil em decisões políticas, com vistas a suplantando as heranças da experiência colonial.

Tendo isso, aqui nos dedicamos a pensar sobre as leituras do passado colonial da América portuguesa e nas narrativas sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX. A busca por este entendimento remete, de imediato, ao contexto da crise dos impérios ibéricos e ao processo de formação dos Estados Nacionais americanos.

Segundo Pimenta (2015), a crescente valorização que o espaço americano vinha sofrendo no interior do Império português desde a vinda da Corte para o Brasil alimentou o sentimento de que a crise pela qual o Império passava podia ser superada. Porém, o que não se podia prever é que a valorização da história do Brasil acentuaria as diferenças entre metrópole e colônia. A produção de narrativas sobre o Brasil no período pré-independência, as quais salientam uma história do Brasil com traços específicos, pode ser considerada um dos motes do desenvolvimento e viabilização do projeto político da independência.

Segundo Araújo, os diagnósticos acerca da decadência do reino de Portugal no início do século XIX e o papel atribuído ao Brasil nessa conjuntura moldaram a experiência do tempo e a constituição das narrativas sobre o passado luso-brasileiro nesse período. A identidade americana passou a ser reformulada pelos trabalhos acadêmicos que tinham como uma das suas finalidades amenizar a crise em torno dos processos de independência, utilizando-se de uma escrita histórica filosófica que resolvesse o problema (ARAÚJO, 2008).

Como homem de seu tempo, inserido no processo de formação do Estado, principalmente por ser uma figura atrelada diretamente à administração pública, Cairu insere-se neste contexto quando publica a sua obra HPSP, buscando identificar em seus escritos os princípios para conformar um projeto de sociedade polida e comercial que tanto almejava.

2.1 A historiografia em debate:

No Brasil, atualmente, são constantes e cada vez mais aprimorados em meios acadêmicos os debates no campo da História da Historiografia, principalmente no que tange à escrita da história e a formação dos estados nacionais, dando ênfase para o debate sobre a revisão crítica dos modelos interpretativos, que antes consideravam que a escrita da história era fundamentalmente atrelada a um projeto de emancipação, formação, legitimação e desenvolvimento das nações.

Esse processo de revisão da historiografia começou no Brasil a partir da década de 1980, concidentemente com a redemocratização política e com o crescimento acelerado dos programas de pós-graduação em ciências humanas por todo país. Segundo Araújo:

No contexto brasileiro, passamos do que tenho chamado de ‘linguagem da ideologia’ para a “linguagem da invenção” como discurso predominante entre os historiadores, o que contribuiu para dissolver uma longa tradição de perguntar-se pela “modernidade” brasileira em favor de procedimentos descritivistas, concentrados em uma historiografia menos teórica e supostamente mais empírica. (ARAÚJO, 2012, p. 6).

Acreditamos que é possível produzir uma história capaz de explicar a emergência do desejo por história e por nação, onde o presente não é a única realidade e o passado não é meramente uma retrospectiva. Segundo Araújo,

O que as pesquisas mais recentes parecem demonstrar é que o IHGB e a escrita da história no século XIX não eram apenas, nem principalmente, fábricas de ideologias. Um olhar mais detido sobre o processo de formação do discurso histórico moderno revela movimentos intencionais e não-intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual. Esse movimento em direção a padrões modernos de autonomia não é capaz de esgotar a complexa diversidade da vida intelectual oitocentista, mas certamente foi um traço estruturante da maior relevância. Portanto, devemos compreender que os fenômenos e processos históricos que impulsionaram em direção à disciplinarização eram, ao mesmo tempo, os que possibilitaram e restringiam o novo padrão de autonomia em formação. Insisto na ideia de limite para não produzir a falsa imagem de um “projeto” sistematicamente perseguido, mas um movimento histórico que se configurou entre evento e estrutura. (ARAÚJO, 2012, p. 8).

A construção do discurso histórico moderno em busca de padrões de autonomia foi marcada por diferentes processos, muitas vezes contraditórios. Identificar as condições em que estes padrões emergiram é fundamental para compreensão do sentido e alcance das obras e também para conhecer os limites que a experiência de história proporciona nas sociedades que a demandaram e se constituíram a partir desses padrões.

Entre alguns destes processos de busca por autonomia, podemos destacar o que Araújo chamou de processo disciplinar. Para o autor é “uma categoria que aponta para fenômenos

complexos que fariam sentido para os sujeitos históricos nesses processos envolvidos”. (ARAÚJO, 2012, p. 16). O processo disciplinar deve ser entendido:

Como resumo de um longo percurso histórico que, do ponto de vista de sua realização, pode parecer linear e coerente, mas que nos diferentes momentos históricos é mais ambíguo. Da mesma forma, a hegemonização de um padrão não deve ser entendida como a simples substituição dos modelos concorrentes ou o seu desaparecimento. É mais prudente falar em acomodações competitivas em diferentes arranjos. (ARAÚJO, 2012, p. 17).

Pretendemos, com isso, compreender a existência e dinâmica desse regime de autonomia nos momentos de polêmicas e disputas discursivas em torno do lugar, função e limites que Cairu tinha quando começou e durante o processo de escrita da HPSP e, deste modo, demonstrar a permanência de um diálogo em torno da representação do passado colonial e do pós-independência política e, com estes debates, refletir a respeito do modo de produção e da diversidade da chamada historiografia moderna sem postular, como defendido por Araújo, que se trata de uma disciplina constituída, com regras bem definidas, mas de enunciados que integram o movimento de “acomodações competitivas” a respeito da escrita da história nacional.

Ao longo do século XVIII, em especial na segunda metade, o interesse pela história vai se ampliando nas sociedades até mesmo nas monarquias absolutas, como a portuguesa, por exemplo. Estes regimes precisavam produzir um discurso histórico legitimador que fosse além dos cânones do poder divino. Segundo Pimenta: “não por acaso a escrita da história e a economia política foram as grandes preocupações do reformismo no mundo luso-brasileiro”. (PIMENTA 2011, p. 33)

Com o desembarque da Corte portuguesa em solo brasileiro em 1808, era sabido pelos dirigentes do Império que seria necessário, a partir daquele momento, embasar seus argumentos teóricos e ideológicos perante aos anseios da população aqui residente, principalmente devido à proximidade da mesma com o corpo dirigente do aparato do Estado. Segundo Araújo:

Não era possível mais limitar o interesse e os auditórios, era necessário disputar as narrativas”. Para ele, a luta política, cada vez mais feita pela imprensa, confrontava interpretações históricas concorrentes. É nesse sentido que defende a possibilidade de ser falar no surgimento de uma historiografia joanina³⁴ no Brasil. (ARAÚJO, 2012, p. 22).

As interpretações históricas concorrentes às histórias dinásticas do Antigo Regime não possuíam o “carimbo” real ou de academias letradas, naquele momento, muito restritas a

³⁴ Sobre a historiografia Joanina ver o trabalho de GUIMARÃES. Lucia Maria Paschoal: https://drive.google.com/file/d/16QcuVWpXpbxn-F-6fX7F2vW_Wlue21jz/view. Consultado em 09/08/2021.

membros seletos. Então, o espaço de legitimação passou a ser cada vez mais plural. Autores como Cairu tentavam produzir a sensação de que o futuro da jovem nação estaria protegido e sob controle, desde que a figura do Imperador funcionasse como uma espécie de baluarte para a condução de um determinado projeto nacional. Estes autores tentavam legitimar que o passado ainda fazia sentido e que continha experiências que poderiam ser revitalizadas e dar significado ao presente³⁵.

Do ponto de vista estrutural, a chamada historiografia joanina permitiu àqueles que escreviam história na época realizarem trabalhos com sínteses mais amplas, mesmo levando em consideração a proximidade e adulação junto à autoridade real e ao projeto de Reino Unido. Estes textos, porém, permitiram uma maior visualização das diferenças existentes entre Brasil e Portugal na época.

2.1.1 A escrita da história pós independência

Desde a fundação da Tipografia Nacional, a partir de 1808, a imprensa brasileira em geral era acoplada ao Estado que controlava as informações e opiniões, sendo comandada por figuras como o Cairu. Com a independência, em 1822, se inicia uma nova situação política no país e, com isso, se tem uma ampliação do processo de liberdade de expressão da imprensa e se abre uma nova possibilidade de espaço de legitimação e autonomia, o que afeta diretamente as condições de escrita da história.

Naquela conjuntura, a necessidade e a vontade de fazer história eram crescentes nas populações e principalmente na consolidação das novas nações. A luta pelo reconhecimento da legitimidade da Independência do Brasil, externa e internamente, levou os governantes à busca por escritores estrangeiros capazes de produzir narrativas destinadas a imprimir legitimidade no plano nacional.

Do ponto de vista interno era necessário conhecer a história da pátria no intuito de se exercer o pleno direito da cidadania. Nas assembleias, os debates eram constantes e exigiam uma capacidade dos legisladores de modo que pudessem articular o processo histórico em defesa dos seus interesses como poderemos ver mais a frente.

Do ponto de vista externo, principalmente no mercado europeu, era um momento de grande demanda por escritos históricos sobre as novas nações que surgiam no mundo. Trabalhos

³⁵ Para uma visão das permanências dos valores do Antigo Regime ver o artigo de Neves, 2011, p. 248-249. O argumento principal é que a permanência desses valores também provocou efeitos não visados que ajudaram a corroer o arranjo joanino.

como os de Robert Shouthey, De Pradt, Beaumelle e Ferdinand Denis citados na obra HPSP por Cairu e que serão analisados mais a frente, além de abastecer o interesse comercial europeu e local, também serviam como novas formas de orientações políticas e legitimadoras do poder estabelecido e passaram a ser fundamentais para tomadas de decisões políticas, comerciais ou existenciais dessa população cada vez mais letrada.

2.1.2 Autores da historiografia do Brasil – Robert Southey

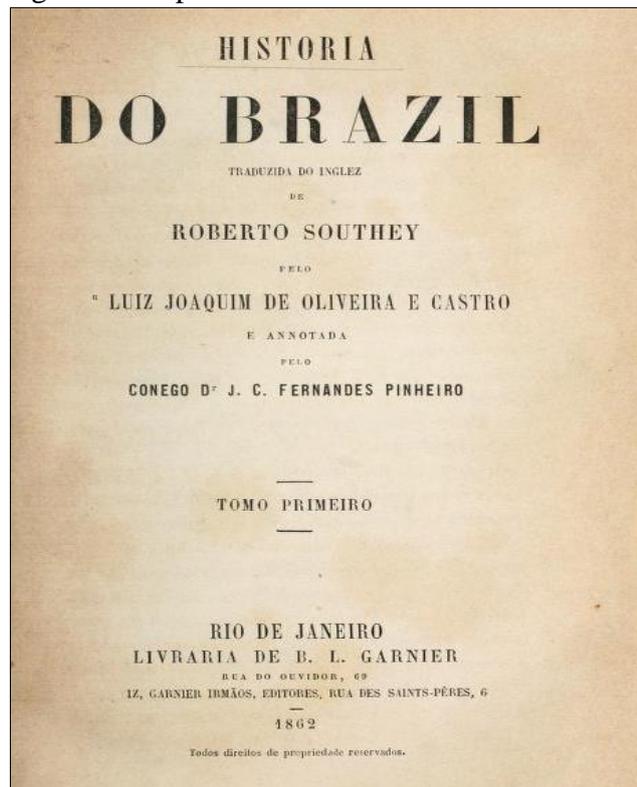
Ao darmos início a esta análise sobre orientações políticas e comerciais destes autores que escreveram sobre a história do Brasil, e que de certa forma consideramos que influenciaram a escrita de Cairu, principalmente devido aos debates apresentados em seu texto no HPSP, começamos por aquele que Cairu considerava como o mais relevante historiador sobre história do Brasil, o inglês Robert Southey e sua obra *História do Brasil* publicada entre 1810 e 1819, visto que ambos possuíam o mesmo ideal filosófico para solução da crise política existente entre colônia e metrópole.

Segundo Letícia Favoretto de Souza³⁶ Robert Southey foi um poeta e historiador inglês, que se tornou conhecido no Brasil, principalmente por sua obra: *História do Brasil*. Southey pretendia, por volta do ano de 1800, escrever uma obra sobre a História de Portugal e para isso formou ao longo do tempo uma biblioteca sobre o tema com cerca de 14.000 volumes, que atualmente se encontram no Museu Britânico. Alguns anos mais tarde, Southey mudou seu foco e deu início, em fevereiro de 1807, à obra *History of Brazil*, publicada em três volumes. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 07 de março de 1840 como sócio honorário, sendo sua obra traduzida e publicada em português no ano de 1862.

Tratando-se de uma obra elaborada na Inglaterra por “um poeta romântico marginalizado e profundamente imbuído dos valores da ideologia conservadora da contrarrevolução, como aponta Maria Odila Leite da Silva Dias em: *O fardo do homem branco, History of Brazil*³⁷ possibilitou que a história colonial brasileira fosse integrada pela primeira vez na civilização europeia moderna, dentro da perspectiva da superioridade das tradições e instituições europeias, que deveriam ser introduzidas nos trópicos.

³⁶ Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/robert-southey-o-olhar-ingles-na-historia-do-brasil/>. Acessado em 16/09/2021.

³⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O Fardo do homem branco: Southey historiador do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira, v. 344). Disponível em: https://www.academia.edu/43872620/O_FARDO_DO_HOMEM_BRANCO. Acesso em 16/09/2021.

Figura 5 - Capa do livro *Historia do Brasil*

Fonte: <https://archive.org/details/histriadobrazi01soutuoft>.
Consultado em 24/08/2021. Obs.: Não foi possível localizar
imagem da primeira edição publicada em 1810.

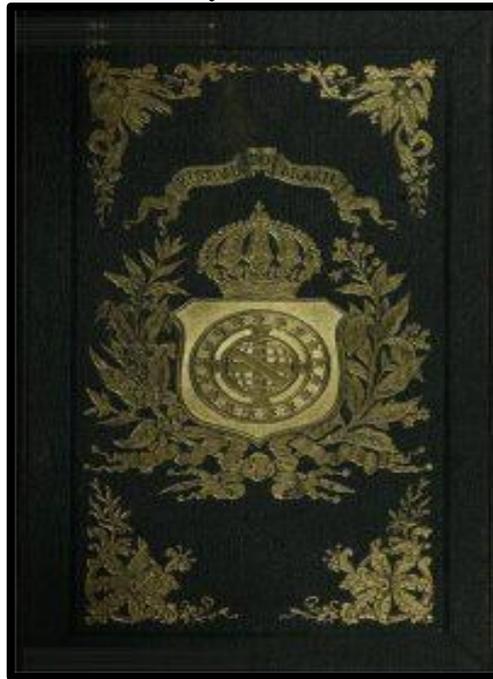
O livro *Historia do Brasil* de Robert Southey possui quarenta e quatro capítulos formando 2.327 páginas em três volumes na edição em inglês. Segundo Letícia Favoretto de Souza: “compõem o que alguns estudiosos consideram como a primeira história geral do Brasil”.

Quanto aos ingleses, de forma geral, Lilian Martins de Lima em sua obra: *Os ingleses e a história do Brasil (1809-1821)*³⁸ destaca que eles tinham interesses bem mais amplos do que a mera assinatura de tratados de aliança comercial e de amizade. A autora considera que a natureza, a cultura, o cotidiano das cidades brasileiras e a própria história do país mereceram a atenção dos escritores e, conseqüentemente, do público inglês no decorrer do século XIX. Os relatos de viagens, crônicas, entre outras publicações, foram de grande importância para os autores da época, que buscavam apresentar ao leitor inglês as informações mais acuradas sobre os principais eventos das terras brasileiras, oferecendo ao público a trajetória desde o descobrimento, com destaque para a presença holandesa, até o episódio da transmigração da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Segundo Letícia Favoretto de Souza:

³⁸ LIMA, Lílian Martins de. Os ingleses e a história do Brasil (1809-1821). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014.

A tradução para o português da primeira edição brasileira foi realizada por Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Fernandes Pinheiro e tem servido de base para edições posteriores. O exemplar presente no acervo da BBM³⁹ Possui a chamada encadernação imperial, ou seja, brasão dourado com as marcas imperiais, característica, segundo Rubens Borba de Moraes, do primeiro estilo brasileiro de encadernação.

Figura 6 - Capa da primeira edição em português da História do Brasil de Robert Shouthey.



Fonte: https://blog.bbm.usp.br/wp-content/uploads/2019/04/Capa_frente_pt.jpg.
Acessada em 16/09/2021.

O tradutor adicionou ao início do volume uma nota ao leitor, onde aponta a importância de se traduzir uma obra como a de Southey para o português:

O trabalho que ora verto para o idioma nacional passa por ser a melhor historia do Brazil: mas não disputo preferencias, fale ella por si mesma. Em todo o caso é um escrito importante para a história pátria, e como tal mui digno certamente de ser trasladado para a nossa língua. Não receio pois haver commettido empreza ingrata". (Historia do Brazil, vol. 1).

Sobre o conteúdo da obra segundo André Ramos (2013)⁴⁰, o projeto de Southey tinha a intenção de defender a unidade do Império português, assim como Cairu, porém devido ao grande número de diferenças encontradas entre o que Southey escreveu e a realidade do Brasil naquele momento, o livro se tornou mais como um instrumento de fortalecimento da identidade

³⁹ Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Consultado em 20/09/2021.

⁴⁰ RAMOS, André da Silva. Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

brasileira distinta da portuguesa. Segundo Ramos, o livro expressa uma ampla circulação de ideias, conceitos e pessoas, documentando as ambivalências da modernização do discurso histórico no começo do século XIX que, até pouco tempo atrás, era caracterizado pela historiografia como um modelo de importação de ideias sem nenhum crédito para o que era produzido no Brasil.

Ainda segundo Ramos esse projeto de integração do Império português chegou ao seu limite com a revolução constitucionalista do Porto em 1820⁴¹, que já parecia evidente desde 1808 com a vinda da Corte para o Brasil. A distância entre os territórios, a dificuldade de implantar um projeto de integração das periferias e as diferenças sociais entre os povos resultou no processo de nacionalização destes territórios, culminando na Independência do Brasil em 1822. (RAMOS, 2013). A partir daquele momento o Brasil seria obrigado a reconfigurar suas estruturas e elaborar novos projetos de construção e de forma(t)ação da nação brasileira.

Analisando o período; as narrativas sobre a América e principalmente aquelas dedicadas ao Brasil, estavam preocupadas em grande parte com a construção de prognósticos que tentavam solucionar os projetos de futuro a partir de um presente incerto e que estavam sendo construídas simultaneamente aos fatos ocorridos acerca da emancipação. Exemplos destes prognósticos são obras como a do Abade Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prohliac de Fourt de Pradt (1759-1837) no início do século XIX, citadas e combatidas por Cairu no HPSP, e que segundo Pimenta tornavam-se cada vez mais referência positiva para aqueles que acreditavam na possibilidade e na inevitabilidade da separação entre Portugal e Brasil (PIMENTA, 2010).

2.1.3 Autores da historiografia do Brasil – De Pradt

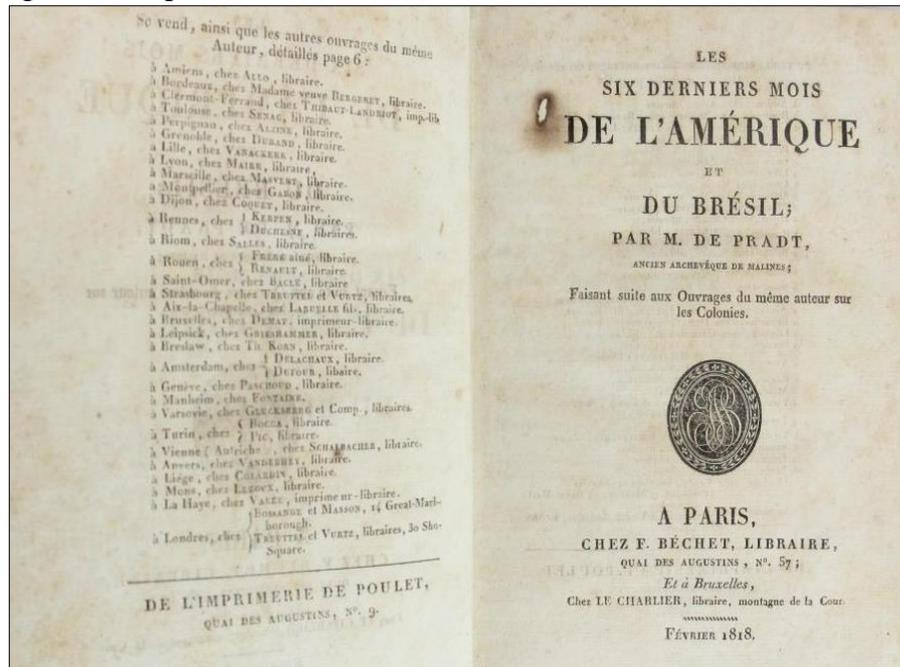
Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prohliac Dufour De Pradt (1759 – 1837) considerado pela historiografia como um dos precursores da Independência brasileira no campo das ideias, teve seus escritos traduzidos e difundidos no Brasil de forma mais destacada na transmissão oral, nos encontros pessoais e públicos, nas associações, nos papéis manuscritos ou em impressos avulsos, isto porque, como já dito anteriormente, os periódicos impressos ditos

⁴¹ A Revolução do Porto, também referida como Revolução Liberal do Porto, foi um movimento de cunho liberal que eclodiu a 24 de agosto de 1820 na cidade do Porto e teve repercussões tanto na História de Portugal quanto na História do Brasil. O movimento resultou no retorno (1821) da Corte Portuguesa, que se transferiu para o Brasil durante a Guerra Peninsular, e no fim do absolutismo em Portugal, com a ratificação e implementação da primeira Constituição portuguesa (1822). Ver mais em: RAMOS, Luís A. de Oliveira. História do Porto (3a. ed.). Porto: Porto Editora, 2000. 720p. ISBN 978-972-0-06276-5.

“oficiais” tinham o controle governamental e procuravam censurar os ideais “revolucionários” oriundos da França, principalmente no que tange a questão da independência. Segundo Morel⁴²:

nos catálogos da Livraria Plancher⁴³ No Rio de Janeiro, em 1827, encontravam-se à venda dois títulos escritos pelo abade De Pradt: *La France, l'émigration et les colons* e *L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823*, ambos de 1824. Este, vendido a 6 mil réis, trazia notícia dos últimos acontecimentos das transformações nos dois continentes, com destaque para a proclamação da Independência do Brasil. Ainda segundo Morel, o estabelecimento comercial de Plancher foi a principal livraria francesa e tipografia nos anos imediatos à Independência, na capital do Império americano. (MOREL, 2005, p.2).

Figura 7 - Capa do livro Du Brésil.



Fonte: https://www.google.com/search?q=de+le+l%C2%B4amerique+du+bresil+par+m.+de+pradt&tbm=isch&ved=2ahUKEwiimKen_fu10A8&bih=657&biw=1366#imgcr=UrVwOQ3lu1uVMM. Consultado em 30/08/2021.

De Pradt foi um escritor voltado para temas centrais daquela época de revoluções, mudanças e permanências. Era autor de referência nas discussões sobre o papel da Igreja católica naqueles tempos de crise; sobre constitucionalismo; sobre a política francesa e relações internacionais europeias, principalmente no que tange às relações entre colônias e metrópoles, mais especificamente, sobre a Independência do Brasil.

De Pradt, pregava uma solução acordada entre colônia e metrópole, ou seja, a emancipação deveria ser preparada em comum acordo entre os reinos europeus e seus territórios de outros continentes. Segundo Morel:

⁴² MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: István JANCSÓ. (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005, p. 617-626.

⁴³ Sobre a livraria Plancher ver o trabalho de: MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

o autor utiliza-se de metáfora biológica para entender relações históricas, numa perspectiva determinista e evolutiva, afirmava que as colônias, num processo de desenvolvimento semelhante ao dos seres humanos, teriam seu nascimento vinculado às mães-pátrias, em seguida começaram a amadurecer e, naturalmente, separar-se-iam dos pais: deveriam, portanto, obter autonomia de forma negociada. A questão levantada pelo autor era sobre a possibilidade de prever e encaminhar, por vias diversas, outros modelos de independências. (MOREL, 2005, p.3).

Para De Pradt seria preciso repensar os modelos de independência para evitar perda de vidas e prejuízos econômicos e políticos de ambos os lados, chegando mesmo a propor em 1817 a instalação de um Congresso Colonial que servisse como fórum de interlocução para as independências negociadas, ou seja, fazer transformações para evitar revoluções.

Estas propostas de De Pradt geraram reações negativas perante aos intelectuais ligados à administração pública brasileira da época. Hipólito da Costa⁴⁴ redator do *Correio Braziliense* foi o primeiro a transcrever para o português trechos do livro de De Pradt no periódico, para em seguida, discuti-los e criticá-los. Hipólito da Costa defendia o sistema político vigente e apontava a necessidade de reformas no sistema, enquanto De Pradt apontava a falência do sistema colonial. Porém cabe ressaltar que ambos, de qualquer modo, reconheciam a crise, mas com soluções diferentes para ela, o que comprova, entre outros aspectos, que já havia uma discussão sobre a separação entre Brasil e Portugal desde os primeiros anos de 1800, inclusive pela imprensa⁴⁵.

Após a Independência do Brasil em 1822, com a mudança de conjuntura política e o crescimento das tensões e conflitos entre Portugal e Brasil, a percepção sobre os escritos de De Pradt começou a mudar; os textos continuavam a circular nos espaços públicos de discussão, inclusive pela imprensa, ao lado dos protagonistas brasileiros que preparavam politicamente a separação do Brasil de Portugal. De Pradt começa a surgir como um dos patronos da Independência brasileira como exemplo de defensor do constitucionalismo e das modernas liberdades, contra a tirania e o despotismo. Posição que, segundo o testemunho de Armitage⁴⁶: “já estava consolidada nas conversas, reuniões e escritos não impressos ou não periódicos”. (ARMITAGE, 1965, p.13).

⁴⁴ Hipólito da Costa na época era editor do *Correio Braziliense*. Ver mais em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/SqyNHqYKqzVcvfnFVrScrjf/?lang=pt&format=pdf#:~:text=O%20abade%20e%20bar%C3%A3o%20Dominique,para%20a%20consci%C3%Aancia%20da%20C3%A9poca.> Consultado em 17/09/2021.

⁴⁵ Sobre os debates entre Hipólito da Costa e os escritos de De Pradt ver o texto: <https://www.scielo.br/j/alm/a/SqyNHqYKqzVcvfnFVrScrjf/?lang=pt&format=pdf#:~:text=O%20abade%20e%20bar%C3%A3o%20Dominique,para%20a%20consci%C3%Aancia%20da%20C3%A9poca.> Consultado em 17/09/2021.

⁴⁶ ARMITAGE, John. *História do Brasil*. 3ª ed. Org. de Eugênio Egas e Garcia Jr. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965 {1836}.

Em reação a este movimento, em 1825, Cairu, redigiu um folheto destinado exclusivamente a contestar De Pradt, mais especificamente seu trabalho sobre a Europa e as Américas de 1824⁴⁷. Vale aqui ressaltar que o autor já mantinha críticas contundentes ao trabalho de De Pradt, porém, neste momento, tratava-se do contexto pós-Independência seus ataques passaram a ser ainda mais duros contra as posições do abade em relação aos caminhos da nação que se construía. Como exemplo destes ataques, podemos ver no trecho:

Há obras litterarias de tão intolerável malignidade, coroada com falsa liberdade, que, em si nada valendo, adquirem importância pelo lugar em que se divulga, e pelo maléfico influxo à que se destinão, de excitar paixões, e facções populares, desacreditando os Governos Legítimos⁴⁸. Em seguida, Cairu define o cerne de sua contestação e censura De Pradt nos seguintes termos: “[a obra de De Pradt] é de péssima tendência, pela incendiária intimação do Liberalismo Democrático, e he com especialidade pelo machiavelico artifício, com que se narrão os sucessos do Brasil da Nova Ordem estabelecida, desluzindo o carácter do nosso Augusto Imperador⁴⁹. (CAIRU, 1825, p.7).

Para Cairu não se tratava mais de discutir a Independência do Brasil, mas os rumos que a nação independente deveria seguir. Não era mais a união com Portugal que estava em jogo, mas, sim, a defesa da nova ordem estabelecida. Neste sentido, procurava desconstruir os fundamentos da teoria da independência proposta por De Pradt afirmando: “indignos de atenção” no que se refere à política de D. Pedro I e à definição do Estado e da ordem nacional brasileira. “Escritor ao mesmo tempo indigno e respeitável, benemérito e maligno!⁵⁰”.

2.1.4 Autores da historiografia do Brasil – Beaumelle

Ainda seguindo nesta linha sobre autores estrangeiros que influenciaram a escrita de Cairu no que tange às questões filosóficas e de origem da nação brasileira, o autor busca trazer no HPSP críticas muito contundentes à outra obra que circulava e também era muito aceita à época. A *L'Empire du Brésil*⁵¹ de Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de la Beaumelle (1772- 1831).

⁴⁷ CAIRÚ, Barão de [José da Silva Lisboa]. *Contestação da historia e censura de Mr. de Pradt sobre successos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1825. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4213>. Acesso em: 17/09/2021.

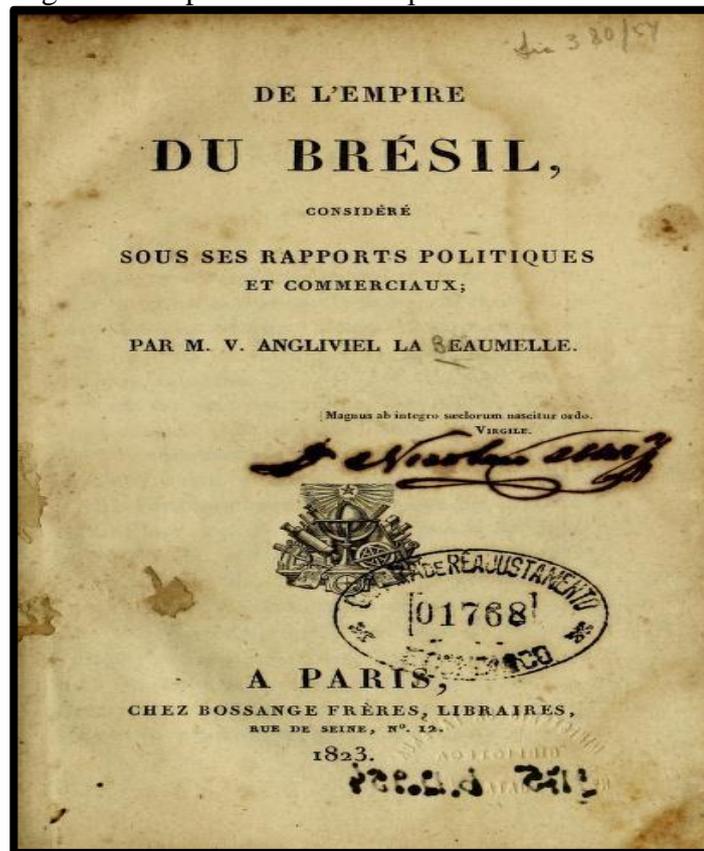
⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ BEAUMELLE, Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de la. *L'Empire du Brésil*. Paris: Bossange Frères, 1823.

Figura 8 - Capa do livro L'Empire du Brésil



Fonte: <https://archive.org/details/delempire1823beaum/page/n7/mode/2up>. Consultado em 30/08/2021.

Beaumelle em sua obra procurava discorrer sobre o crescimento das nações e a existência de forças antagônicas que confluem durante o processo de emancipação das mesmas e que por consequência acabam por dividi-las e torná-las independentes. Segundo Beaumelle, não seria fácil reconhecer todas as circunstâncias que tendem ao esfacelamento dos Estados, mas um dos mais significativos seria, evidentemente, seu afastamento em relação ao centro do império (BEAUMELLE 1823, p.4-5). Ainda segundo o autor:

As colônias são fracas, e esse sentimento de fraqueza as fazem aderir ao estado que as fundou. Pouco a pouco elas se expandem, e segue que o governo aí se torna mais difícil, e não tarda para as colônias perceberem que seu território é suscetível de ter fronteiras naturais e sua emancipação aparece então na primeira circunstância. É evidente que “a independência deve existir de fato antes de ser declarada”. Portanto, seria necessário ver na emancipação das colônias em relação a seus centros imperiais não atos de indivíduos mais ou menos louváveis com suas intenções puras, mas somente os fatos sociais desenvolvidos pela evolução sucessiva dos diferentes eventos que lhes preparou (BEUAMELLE, 1823, p. 9-10).

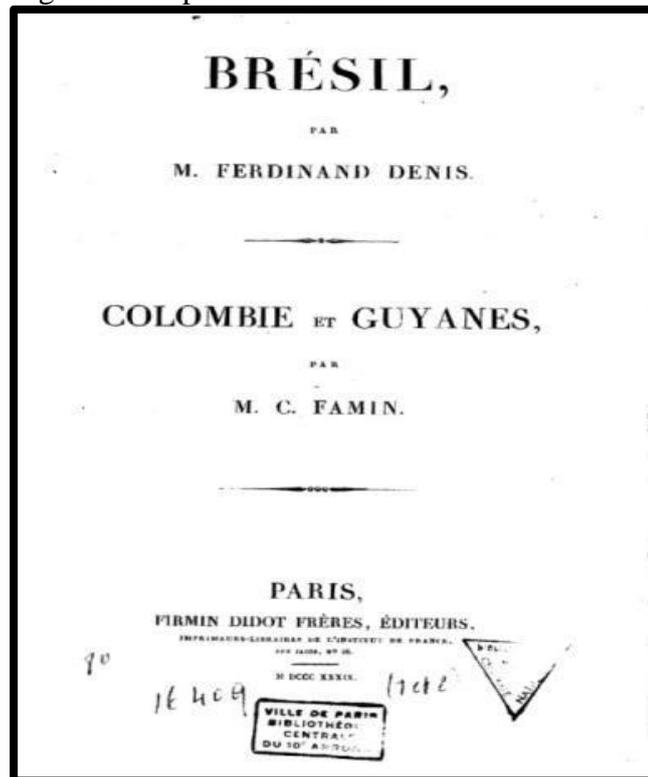
Para Beaumelle a independência do Brasil não foi vista como uma ruptura brusca perante a ordem estabelecida anteriormente; mas sim, um conjunto de eventos simultâneos e/ou correlacionados que há muito tempo já vinham sendo preparados, mesmo que sem o

conhecimento da causa da independência, ou seja, a independência seria algo “natural” de ordem da Providência.

2.1.5 Autores da historiografia do Brasil – Ferdinand Denis

Outro autor debatido por Cairu em seus escritos foi Ferdinand Denis (1798-1890), que se consagrou ao apresentar o Brasil aos franceses. Sua primeira obra é publicada no ano da proclamação da independência. Os seis volumes de *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume* (Paris: Nepveu, 1822) serão rapidamente condensados em um *Résumé de l'Histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'Histoire de la Guyane* (Paris: Lecointe & Durey, 1825), dessa vez tendo ele como único autor.

Figura 9 - Capa do livro Brésil



Fonte: https://www.google.com/search?q=bresil+m+ferdinand+denis&sxsrf=AOaemvJKxVo20JdG7tfigvsDzBgTF3WByA:1630333759138&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiOhtDEtjyAhVZqpUCHf3GDOkQ_AUoBHoECAEQBg&biw=1366&bih=657#imgrc=YNq7k4A-9GSuEM.
Consultado em 30/08/2021.

Segundo Ramos por seu desejo de reunir os “documentos que constituem a história”, Ferdinand Denis surge como o pai dos estudos brasileiros na França, o primeiro, por exemplo,

a assinar um artigo sobre o Brasil na então recente *Revue des Deux Mondes* (1831, tomo 2, sobre Saint-Hilaire). (RAMOS, 2013).

Como muitos dos seus livros foram escritos nos anos 20 do século XIX, ou seja, durante o processo de Independência do Brasil, Ferdinand Denis se mostra particularmente atento aos diferenciais brasileiros. Em sua obra, o autor tenta buscar a partir da era colonial, o surgimento da presença de sentimento nacional que, no seu entendimento vai dar início ao progressivo processo de emancipação da metrópole portuguesa. Denis estava preocupado em apontar questões econômicas, principalmente sobre relações internacionais entre Brasil e Inglaterra, que na visão do autor se beneficia por possuir acordos comerciais privilegiados.

Ferdinand Denis também está inserido num contexto onde a questão da autoria de trabalhos históricos se torna cada vez mais algo relevante e lucrativo para autores da época, principalmente no mercado europeu. Trabalhos coletivos por encomenda, mais comumente chamados de enciclopédias, contudo, não deixariam de existir, porém a importância dada às obras autorais era cada vez mais valorizada no mercado editorial e já tendia a se sobrepor ao valor dado às enciclopédias.

James Melton⁵² analisa que, na Inglaterra do século XVIII, a crescente indústria do livro garantiu a diversos autores de escritos sobre história certo tipo de independência financeira e *status* social nunca antes alcançado. Esta questão sobre autoria e a possível independência financeira oriunda destes escritos de história fez com que trabalhos financiados por Estados começassem a ser questionados e, em alguns casos, poderiam até ser evitados. Os autores que dependiam do esquema de “mecenato” começaram a desenvolver um discurso mais abrangente. Segundo Melton: estes autores desenvolveram uma visão transcendente de si mesmos como servidores do bem público, representantes da opinião pública. (MELTON, 2001, p. 43).

Segundo Medeiros, durante as negociações diplomáticas pelo reconhecimento da Independência, o governo brasileiro encomendou ao historiador francês uma história da Independência que demonstrasse sua legitimidade, o que resultou no relato intitulado: “A independência do império do Brasil apresentada aos monarcas europeus, publicada em 1824”. (MEDEIROS, 2008, p.17). Ainda segundo Medeiros: “Um ano antes, em 1823, os mesmos ministros também teriam contratado Angliviél de La Beaumelle para defender a causa brasileira, o que resultou na publicação de um relato da independência sob o título: *Do Império do Brasil*. (MEDEIROS, 2008, p. 19)”. Medeiros conclui: “as versões produzidas pelos franceses consolidaram a ideia de que a independência não teria sido resultado de uma

⁵² MELTON, James van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

revolução planejada, mas a única saída do Brasil frente à opressão e injustiça das Cortes”. (MEDEIROS, 2008, p. 21).

Naquela época não era fácil discernir quais os projetos de escrita de história do Brasil eram financiados pelo Estado daqueles que possuíam iniciativas próprias, no intuito de atender as demandas de mercado. O que podemos sugerir é que o interesse pela leitura de escritos sobre história era crescente e os métodos utilizados para a sua escrita eram cada vez mais amplos e buscavam se basear em modelos científicos de pesquisa e organização de documentos, se afastando cada vez mais de exemplos inertes e experiências empíricas. Estes “novos” autores de história precisavam educar também seus sentimentos para compreender o novo mundo histórico que estava em formação. Era preciso desenvolver novas cognições, como a empatia e a simpatia, de modo a compreenderem melhor a alteridade crescente dos indivíduos e das nações que demandam seus escritos.

2.2 Cairu e a escrita da independência.

Cairu se insere de fato neste contexto de escrita de narrativa da história para o Brasil em janeiro de 1825, quando Dom Pedro I o incumbe de escrever a HPSP, objeto de análise mais aprofundada no capítulo III desta dissertação. Este convite decorre das alianças pessoais entre o letrado baiano e o Imperador e do reconhecimento das competências técnicas do letrado baiano; o que poderia conferir legitimidade ao que escrevia e publicava. Há, contudo, as experiências prévias que, muito provavelmente, o credenciou como historiador desejado para elaborar certa narrativa para a história nacional.

As discussões em torno da escrita da história nacional e suas articulações com o poder e instituições legitimadoras deste tipo de narrativa ao longo do período entre a chegada da família Real ao Brasil (1808) até o fim do primeiro Reinado⁵³ em 1831 são constantes. A obra historiográfica de Cairu, que era mais conhecido no campo da economia, teve seu papel na formação da historiografia brasileira relegada a uma espécie de “segundo plano”, quando não completamente ignorado por historiadores que pesquisaram e escreveram sobre o processo de Independência do Brasil como podemos ver a seguir.

⁵³ O Primeiro Reinado foi o período da história do Brasil iniciado a partir da Independência do país, em 1822. Essa fase estendeu-se até 1831, quando o imperador D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.

No prefácio de *História da Independência do Brasil*⁵⁴, de Francisco Adolfo Varnhagen⁵⁵, apesar dos elogios feitos à obra de Cairu, o autor avalia a historiografia brasileira até então disponível, incluindo a HPSP, como sendo uma espécie de “balanço historiográfico”. Este reafirma o seu compromisso com a “História Verdade”, e que seu trabalho seria completamente diferente do que já havia sido produzido, distinguindo-se dos então “memorandos” engajados na defesa da causa do Brasil.. Ao discorrer sobre a HPSP, comenta:

Peca pela sua insuficiência e falta quase total de redação e de critério; e, mais que uma História, eram importantes apontamentos de decretos e discursos conhecidos e até impressos, próprios para serem depois, como foram, aproveitados e postos em estilo por mais corrente pena, e com muitas adições inteiramente inéditas o serão de novo por nós nesta História.⁵⁶

Para Varnhagen, apesar do mesmo considerar o trabalho de Cairu, afirma que faltaria a este autor a redação e o critério para reivindicar o título de historiador da Independência. Varnhagen, com este recurso, procura zelar pelo modo de se fazer história à época e definir uma espécie de modelo de crítica e decoro historiográfico que se tornaram marcas características na produção da historiografia brasileira⁵⁷.

Algum tempo depois, José Honório Rodrigues⁵⁸, em sua obra *Teoria da História do Brasil*, publicada em 1940, parece dar continuidade à metodologia de Varnhagen, buscando apresentar uma visão progressiva da historiografia no Brasil, e, mais uma vez, coloca a obra de Cairu como uma espécie de “pré-história”:

[A História dos Principais Sucessos Políticos] limita-se a distribuir a matéria coligida. Escreveu por incumbência de D. Pedro I, ‘a fim de perpetuar a memória dos sucessos do Brasil desde o dia de sua Independência’. [...] O plano, como logo se verifica, tinha excessivo caráter político-administrativo e, ademais, o autor se preocupava especialmente em que fossem dignamente transmitidos à posteridade pela história os feitos e fatos de caráter heroico⁵⁹.

⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos.

⁵⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Nasceu na Vila de Sorocaba em 1816 e faleceu em Viena em 1878. Foi um militar, diplomata e historiador brasileiro, um renovador da metodologia de pesquisa histórica e autor de vários estudos, onde se destaca a primeira grande obra de síntese sobre a história do Brasil: *História Geral do Brasil*, publicada em dois volumes entre 1854 e 1857. A respeito deste autor, cf. <http://www.usp.br/labteo/varnhagen/index.php> Acesso em 2 de novembro de 2021.

⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos.

⁵⁷ Sobre o zelo de Varnhagen em cultivar sua própria memória, ver Temístocles Cezar. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v.24, N.2, p.207-240, 2005.

⁵⁸ José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 1913 e faleceu na mesma cidade em 1987. Foi advogado, historiador e escritor. Notabilizou-se, sobretudo, pelas suas publicações acerca da história da historiografia brasileira.

⁵⁹ José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil: introdução e metodologia*, p. 130.

Rodrigues sugere, de certa forma, uma desqualificação da obra de Cairu, apontando principalmente a sua origem que derivou de uma encomenda e a preocupação memorialística em perpetuar para as futuras gerações os feitos do Imperador e de sua administração.

Os juízos atribuídos à obra de Cairu por estes autores confrontam diretamente com a compreensão que o próprio tinha de seu trabalho. Na introdução do primeiro volume do seu livro, publicada pela Imprensa Régia em 1825, um ano antes do lançamento do primeiro volume em 1826, deixou claro estar escrevendo uma história, e, mais precisamente, uma História Geral do Brasil.

Nesta introdução do HPSP, escrita por Cairu, o autor procura descrever detalhadamente os métodos escolhido por ele para escrever história, que consiste em recolher documentos oficiais, avalia-los, seleciona-los e relatar fatos e acontecimentos da história do Brasil dos quais se tinham notícia à época em que escrevia. Também se utilizou do testemunho pessoal dos quais presenciou, se resguardando dos segredos de Estado e também procurou realizar um debate com outras obras escritas sobre a história do Brasil, principalmente estrangeiras, deixando sua obra constantemente aberta para futuras inserções. No entanto, das dez partes projetadas para HPSP, descritas na introdução do primeiro volume, apenas duas foram realizadas: a primeira, dedicada ao “achamento⁶⁰” do Brasil e a décima parte dividida em dois volumes, que avançaria da Independência em diante. Todos estes métodos utilizados por Cairu em sua escrita e sobre os problemas decorrentes da escrita do HPSP serão mais debatidos no capítulo III deste trabalho.

O problema desses “juízos de valores” atribuídos à obra de Cairu por outros autores posteriores a ele, consiste na tendência a reconhecer e legitimar apenas um modelo historiográfico, via de regra correspondente às condições e concepções da ciência histórica, negando o título de historiografia a tudo aquilo que escapasse ou se afastasse dos postulados adotados que pudessem legitimar a escrita da história por eles definidos.

Para Araújo (2012)⁶¹, o trabalho de uma história da historiografia capaz de colaborar efetivamente para nosso conhecimento sobre o passado deve possuir a tarefa de constante reescrita da história, bem como o inevitável valor documental que se agrega às obras históricas do passado. Segundo este autor,

Devemos reler nossa historiografia não como quem busca a justificção para nossa própria ciência, mas procurando reconstruir os contextos específicos nos quais ela fazia sentido e atuava como força histórica”. (ARAÚJO, 2012, p. 7) Ainda segundo ele,⁶² “A partir desse deslocamento de foco, a História da Historiografia tem deixado

⁶⁰ Termo utilizado pelo próprio autor.

⁶¹ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2012.

⁶² Idem.

de ser uma atividade complementar e justificativa para se tornar um importante instrumento no conhecimento das transformações históricas. (ARAÚJO, 2012. p. 7).

Ao se levar em consideração o silenciamento da obra historiográfica de Cairu com relação a outros autores, procuramos analisar, ao longo deste trabalho, como este autor procura construir uma determinada compreensão da história pátria, empreendendo na HPSP uma interpretação geral da história sobre o Brasil, dialogando com a cadeia discursiva prévia que incidia sobre a história nacional.⁶³

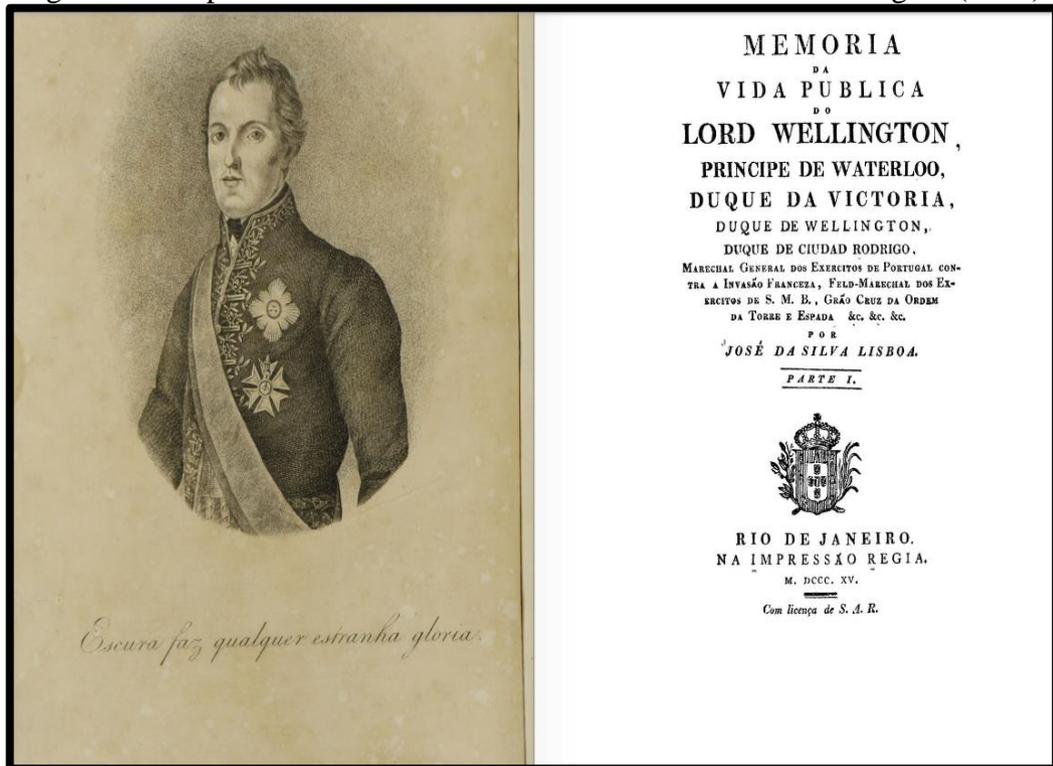
As principais obras de cunho historiográfico de Cairu correspondem aos livros: *Memória da Vida Pública do Lord Wellington* (1815), *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo de El-Rey nosso Senhor D. João VI* (1818) e *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, dedicada ao Senhor D. Pedro I* (1826 - 1830), sendo este último convertido em foco de nossa análise do capítulo III. Cada uma delas representa momentos distintos do discurso historiográfico do autor, bem como do processo de formação do Estado-Nacional brasileiro.

2.2.1 Memória da Vida Pública do Lord Wellington

No livro *Memória da Vida Pública do Lord Wellington* (1815), o autor se dedica à exaltação do Comandante das tropas luso-britânicas nas batalhas contra o exército de Napoleão. O irlandês Arthur Wellesley (1769 – 1852), 1º Duque de Wellington, consagrou-se como um célebre general britânico que suplantou Napoleão Bonaparte na Batalha de Waterloo em campanha de Gebhard Leberecht von Blücher. “Era necessário, então, conhecer a história do general e estadista britânico que tão bem havia desempenhado a condição de comandante do exército de Portugal” (LISBOA, 1815b, p. 1). Neste caso, promove uma crítica severa às políticas expansionistas do Império Napoleônico que desestabilizou todo o território europeu. Cairu conclui sua obra com uma exaltação ao modelo de Monarquia aristocrática anterior, tomada como a melhor forma de governo e busca dar ênfase ao livre comércio, sendo este o mais vantajoso dos exemplos doutrinários inglês. Para ele: “a antiguidade e a constância desse sistema proporcionaram aos ingleses sobrepujar-se frente às demais nações”. (LISBOA, 1815b, p. 85).

⁶³ Nesta dissertação utilizei o texto da primeira edição. Em 1963, Vianna publicou um primeiro esboço da Introdução, documento importante para entender a evolução do texto. Cf. Hélio VIANNA. *A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu*. Uma transcrição, comentada por Bruno Diniz, foi recentemente publicada no segundo número da revista *História da Historiografia*, março de 2009.

Figura 10 - Capa do livro *Memória da Vida Pública do Lord Wellington* (1815).



Fonte: Biblioteca Guita e José Mindlin⁶⁴

2.2.2 Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo d'El Rei Nosso Senhor, D. João VI (1818)

No livro *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo d'El Rei, Nosso Senhor, D. João VI* (1818), Cairu demonstra uma “inclinação” para as ideias reformistas liberais econômicas, oriundas da Inglaterra, país do qual retirava muitas das suas inspirações, fontes de pesquisa e princípios, com destaque para autores como Edmund Burke⁶⁵ e Adam Smith⁶⁶. Nesta obra, o autor enaltece a figura de Dom João VI como um monarca liberal, exaltando seu protagonismo na elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Ressalta também ter considerado como objetos da sua pesquisa, exclusivamente, o conjunto dos feitos considerados “úteis” ao Estado. O objetivo da obra consiste, portanto, em expor as principais realizações do governo de Dom João VI, desde o início de sua regência, em 1792, ainda em

⁶⁴ Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008621&bbm/4232#page/4/mode/2up>. Acesso em 21 de julho de 2021.

⁶⁵ Edmund Burke, advogado, filósofo e teórico político irlandês, teve como destaque a crítica que formulou à Revolução Francesa na sua obra: *Reflexões sobre a revolução na França*, com sua primeira edição lançada em novembro de 1790.

⁶⁶ Adam Smith, considerado como o pai da economia moderna e do liberalismo econômico, tem como principal livro: *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*, com sua primeira edição lançada em março de 1776 e que, até hoje, é utilizada como referência para estudos econômicos.

Portugal, até sua aclamação, no Brasil, como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em 1818. Segundo (Araújo, 2010)⁶⁷:

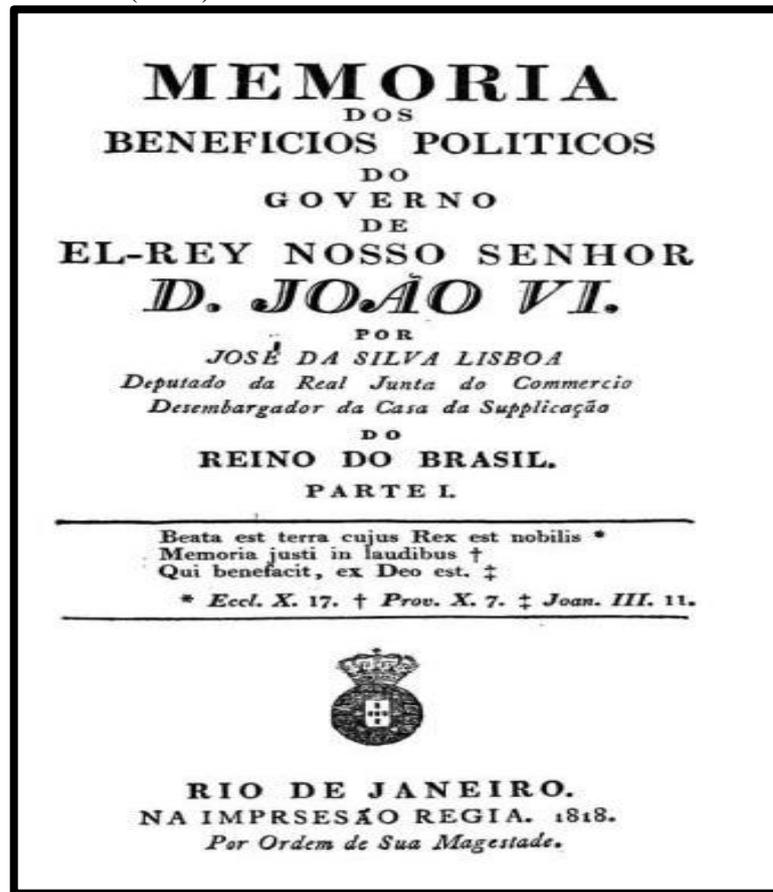
Essas Memórias representam um momento de tensão na produção historiográfica de Silva Lisboa. Aqui a noção de história ainda mantém fortes relações com os padrões de uma história dinástica, mas também apresenta características de uma macro narrativa ilustrada de inspiração clássica, profundamente complexificada por leituras tacitistas que conferiam novas funções à escrita da história, em que as antigas funções de guardião da memória, atribuídas à história desde o século anterior, passariam a conviver com a busca das leis racionais que deveriam, fundamentalmente, explicar os acontecimentos por meio de narrativas processuais, bem como promover a publicitação dos segredos de Estado e a ampliação de uma esfera pública bem informada”. (ARAÚJO, 2010. p. 83).

Era necessário para Cairu que a população nobilitasse a figura do Monarca, visto que havia recebido a graça divina para governar. A elaboração da referida obra ambicionava louvar os benefícios políticos de D. João VI para com o Brasil associados às práticas econômicas. O autor explicita que os alvarás concedidos em 1808 e 1809 propiciaram efetivos benefícios para o campo econômico. Entretanto, ainda que houvesse sido decretada a abertura dos portos estabelecendo o comércio com as demais nações amigas ou então conceder regalias aos inventores, deveria ter em mente que o Brasil dispunha de um passado no qual a exploração de recursos predominou por três séculos. A ordem estabelecida aqui, sendo assim, não seria extinta sumariamente. A indústria manufatureira seria instalada de forma gradativa, pois, de acordo com o autor, das origens das riquezas brasileiras, no caso a agricultura, não poderia ser retirada a mão-de-obra de forma inesperada (LISBOA, 1818, p. 104). Cairu apreciou o liberalismo e alegou que tratados de comércio não seriam necessários caso houvesse a legítima liberdade comercial. Contudo, tendo em vista a conjuntura naquela época, eram inevitáveis as restrições para impulsionar as atividades industriais. (LISBOA, 1818, p. 39).

Considerando o que é proposto por (ARAÚJO, 2010), a partir deste momento podemos considerar a primeira mudança na forma que Cairu procura escrever seus textos. Já é possível identificar uma adaptação do autor aos moldes de se fazer história praticada na Europa, tendo como objetivo uma legitimação do que escrevia, buscando se enquadrar em um modelo de cientificidade proposto por outros historiadores naquele período.

⁶⁷ ARAÚJO, Valdeí Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2012.

Figura 11 - Capa do livro *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo d'El Rei, Nosso Senhor, D. João VI* (1818).



Fonte: Biblioteca Guita e José Mindlin⁶⁸

2.2.3 História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil

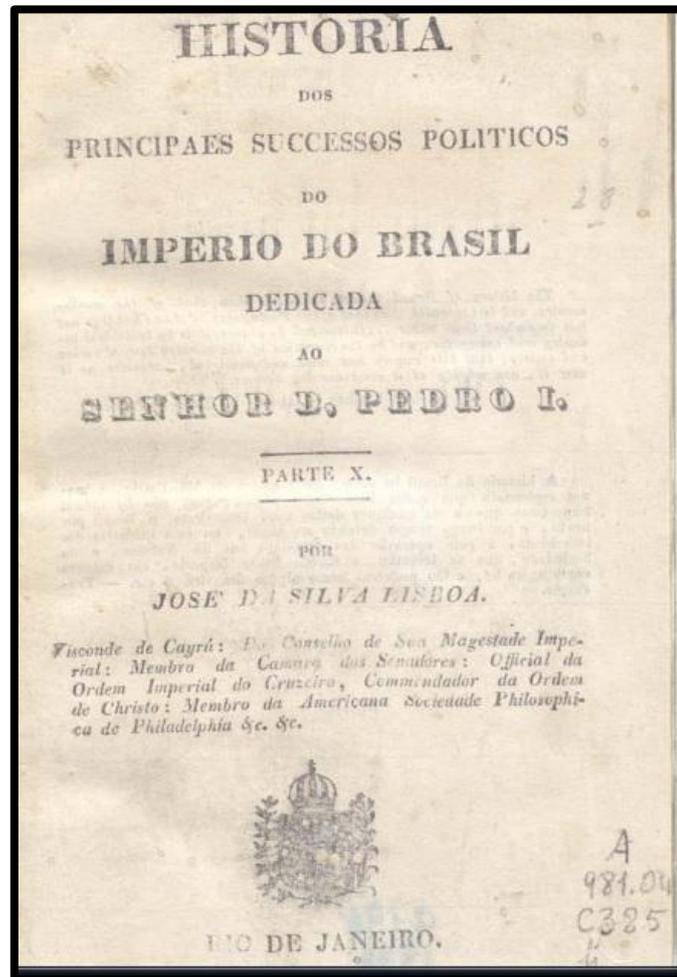
No livro *A História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, publicado em 1826, o autor já consolida um novo momento no seu discurso historiográfico⁶⁹. A partir de então, para ele, a escrita da história passa a ser caracterizada pela necessidade de comprovação documental, de revisão crítica da historiografia disponível e, principalmente, compreender a história como processo, tendo sido inspirado principalmente na corrente historiográfica inglesa e pela perspectiva de manutenção da ordem proposta pelo Positivismo⁷⁰ de Auguste Comte (1798-1857).

⁶⁸ Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008621&bbm/4232#page/4/mode/2up>. Acesso em 21 de julho de 2021.

⁶⁹ Sobre a mudança da estrutura de texto de Silva Lisboa, ver: (ARAÚJO, 2008).

⁷⁰ Segundo o Dicionário básico de filosofia (2001, p.217), o Positivismo significa: “Sistema filosófico formulado por Auguste Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as

Figura 12 - Capa do livro *A História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, publicado em 1826.



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>.
Consultado em 30/08/2021.

Para Cairu, a história passa a ser uma construção de uma visão orientada para a concepção de progresso, com destaque para setores, grupos e sujeitos que, na sua perspectiva, eram (ou deveriam ser) reconhecidos como construtores de um Império polido e comercial, condição fundamental para legitimar a história nacional que redige e publica.

No que se refere à obra *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, esta teve início como um projeto de iniciativa pessoal do próprio Cairu, cuja elaboração começara em 1821⁷¹. Em 1825, Dom Pedro I, por meio de um pedido oficial, fez deste projeto

ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas”.

⁷¹ Na introdução do primeiro volume do livro, Cairu esclarece que o projeto de escrita teve início em 26 de fevereiro de 1821 ao determinar que se remetesse documentos autênticos dos Governos das Províncias, para servirem como “seguros guias” para o trabalho que pretendia realizar. Este pedido está inserido no contexto

a “História Oficial do Brasil”. Este pedido foi realizado em um contexto político turbulento na capital do Império, sendo o fechamento da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, uma das maiores expressões das tensões do período. Estas, contudo, se prolongaram nas lutas pelo reconhecimento da Independência do Brasil, interna e externamente⁷².

Dispensado das funções administrativas que exercia no governo, então poderia se dedicar integralmente ao projeto. Esta “História Oficial do Brasil” serviria para o Imperador como um instrumento de legitimação do poder e peça estratégica no processo de construção do que deveria ser reconhecido como história pátria.

Posto isto, passamos a analisar como Cairu desempenhou a tarefa que lhe fora atribuída: de escrever uma “História Oficial do Brasil” conectada aos seus próprios interesses e daqueles que lhe atribuíram tal tarefa, e ainda em consonância com os protocolos de escrita que se impunham à época para tornar este um texto de caráter relevância para a forma(t)ação da população.

A HPSP passa a ser o objetivo da análise do terceiro capítulo, que consistem em aprofundar a compreensão do lugar, o momento e a função do livro para a recém independente nação brasileira.

da disputa do reconhecimento do Império do Brasil entre os compatriotas e o que o autor denomina como “demagogos” de Portugal.

⁷² O reconhecimento da Independência junto a Portugal, por exemplo, foi consolidado em 29 de agosto de 1825. A respeito das mediações no plano interno, ver o dossiê organizado por Pasche e Cury, 2020.

3 CAIRÚ E A HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS SUCESSOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO DO BRASIL (HPSP).

A partir de 1822, o processo de construção do Império do Brasil foi intensificado. Era necessário ir além do reconhecimento formal de outras nações através da assinatura dos tratados. Era necessário construir e consolidar instituições que pudessem legitimar a nova nação. Era preciso e fundamental constituir a noção do que é ser brasileiro perante a si mesmo como uma população homogênea e com vínculos sociais e culturais semelhantes e também perante ao resto do mundo.

Na imprensa, mesmo restrita, procurava-se atingir ao máximo de pessoas nas cidades; na Religião, Católica Apostólica Romana, ser um modelo da moral e costumes para a sociedade recém tornada independente; e, por fim, no ensino, e neste caso de análise a escrita de história, precisava ser inventada, como uma espécie de baluarte, marcado por um registro a ser conhecido e reproduzido por todos, no intuito de suprir e solidificar o vínculo social necessário para formação da população polida e comercial.

Figura 13 - Trecho Saint-Hilaire

Quando D. JOÃO VI, expulso de Portugal pelos franceses, procurou asilo na América, parte do sistema colonial teve que cair. Estabeleceram então no Rio de Janeiro tribunais de última instância; o Brasil foi aberto aos estrangeiros e foi enfim permitido aos seus habitantes o aproveitamento das riquezas que a natureza a cada passo lhes oferecia. Mas, não se foi muito longe; após esse esforço, pararam. Não se procurou estabelecer alguma uniformidade no novo reino, cuja existência vinha de ser proclamada; deixaram subsistir a desunião das províncias, e D. JOÃO VI era no Rio de Janeiro o soberano de uma multidão de pequenos Estados distintos. Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.

Fonte: Saint-Hilaire (1941)

É nesta chave que Saint-Hilaire formulou o diagnóstico de que *havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros*. Chave por meio da qual expõe a ausência de isomorfia entre a existência de um território e o pertencimento das gentes que o habitavam, indicando, igualmente, as exclusões relativas ao uso dos princípios da liberdade e da propriedade para regular direitos civis e políticos, sobretudo quando se considera o contingente dos escravizados e o universo feminino que não serão tratados neste trabalho.

Nos referindo agora mais propriamente ao livro HPSP, este integra, um projeto civilizacional planejado por Cairu, tendo como base o tripé: Fé, Liberdade e Ordem. Sendo

assim, essa parte da análise busca contribuir com reflexões a respeito da escrita da história nacional e suas articulações com o poder e instituições legitimadoras deste tipo de narrativa ao longo do primeiro reinado do Império Brasileiro (1822-1831). Deste modo, a análise do livro: *Introdução da História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), publicado em 1826, considerado pela historiografia atual como um dos primeiros historiadores brasileiros a escrever a história do Brasil⁷³, passa a ser fundamental para esse entendimento.

A partir deste estudo foi possível verificar os métodos empregados e as indicações do autor a respeito de como fazer história, contribuindo, assim, para o debate existente a respeito da historiografia do Brasil. Com isto, permite pensar a produção historiográfica brasileira dos oitocentos como um dos caminhos para a análise do processo de formação da nação brasileira, ou seja, dedicar ao texto de história o mesmo tipo de tratamento de outras fontes, seguindo os preceitos de estudar sua condição de produção, as razões de terem sido escritos, as interlocuções que são propostas, seus sentidos e suas finalidades.

3.1 Cairu – Um historiador para a nação

No livro *A História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, publicado em 1826, o narrador apresenta um novo momento no seu discurso historiográfico⁷⁴. A partir de então, para Cairu, a escrita da história passa a ser caracterizada pela necessidade de comprovação documental, de revisão crítica da historiografia disponível e, principalmente, compreender a história como processo, tendo sido inspirado principalmente na corrente historiografia inglesa e pela perspectiva de manutenção da ordem proposta pelo Positivismo⁷⁵ de Auguste Comte⁷⁶ (1798-1857). Nesta chave de leitura, o historiador deve pautar seu trabalho em reconhecer leis constantes e necessárias, portanto invariáveis que regem a sociedade e aplicá-las à investigação. A História passa a ser, então, uma construção evidenciada pelo que está contido nas fontes, a serem analisadas com extrema dose de rigor, consideradas como

⁷³ Dentre outros, consultar: (NEVES, 2011) Esta obra resultou do conjunto de textos do I Seminário Nacional de História da Historiografia, ocorrido em outubro de 2008, no IFCH/UERJ.

⁷⁴ Sobre a mudança da estrutura de texto de Silva Lisboa ver: (ARAÚJO, 2008).

⁷⁵ Segundo o Dicionário básico de filosofia (2001, p.217), o Positivismo significa: “Sistema filosófico formulado por Auguste Comte, tendo como núcleo sua teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenaram hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas”.

⁷⁶ Sobre mais referência sobre Auguste Comte ver: TRINDADE, H. O Positivismo. Teoria e prática. 3ª ed. Porto Alegre : UFRS. 2007.

reflexo fiel do passado, extirpadas de qualquer fator subjetivo. Para o autor, a história passa a ser uma construção de uma visão orientada para a concepção de progresso, com destaque para setores, grupos e sujeitos que, na sua perspectiva, eram (ou deveriam ser) reconhecidos como construtores de um Império polido e comercial, condição fundamental para legitimar a história nacional que redige e publica.

A importância desta obra pode ser evidenciada por uma gama de fatores. Dentre eles, considero o fato de ser o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil escrita por um brasileiro; de ter sido elaborada por um homem letrado e participante da administração pública da época; de ter sido encomendada pelo próprio Imperador e, por fim, por estar inserida no contexto de mudanças na produção historiográfica do período que, naquele momento, caminhava para a construção de uma “história moderna”, apoiada em documentação, elegendo figuras, datas, acontecimentos e símbolos para que o poder estabelecido pudesse ser reafirmado e reproduzido.

Como assinala Laville⁷⁷ (1999, p.126) “a história se baseava no emprego de uma narração factual seleta, elegendo grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, eventualmente, mitos fundadores”. Elza Nadai⁷⁸ também apresenta uma formulação importante ao chamar atenção para o fato de que, no Brasil:

O ensino de história nasceu sob a égide da elaboração dos agentes responsáveis por formar a nação, arquitetando um passado habilitado a homogeneizar e unificar as ações humanas na constituição de uma cultura nacional. Pelo curso natural do destino, caberia à elite conduzir os rumos da nação em processo de validação. (Nadai, 1993, p. 24-25).

Dada a relação de Cairu com o Estado e a Igreja Católica, era imprescindível instaurar uma moral e uma civilidade de cunho religioso católico na sociedade brasileira⁷⁹. Exemplo disso assenta-se no fato de que as discussões sobre a definição e a organização dos currículos de história da época contemporânea ao autor incluíam “*história sagrada*” e “*história patricia*” (Bittencourt, 2004) e (Fonseca, 2003). Era uma fase de transição da “história clássica” para a “história moderna” que preconizava a aprendizagem da leitura por intermédio de temas articulados a um senso moral e cívico, com um dever filial para com a pátria e seus governantes, como pode ser percebido no trecho abaixo:

⁷⁷ LAVILLE, C. 1999. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. Revista Brasileira de História. 1999. Disponível em: <http://https://www.scielo.br/j/rbh/a/jKD6TyyYNJXW7JMPnyxgBps/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03/11/2021.

⁷⁸ NADAI, Elza. Ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1993.

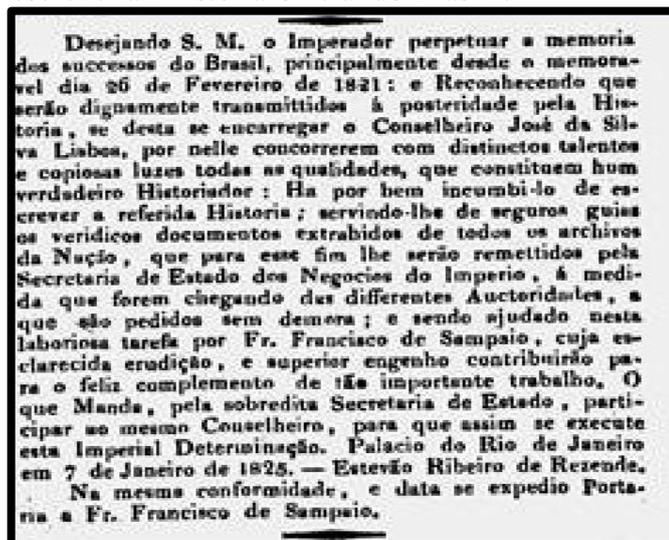
⁷⁹ Sobre a questão entre as relações de Estado e Igreja católica no período trabalho ver: LIMEIRA, Aline de Moraes; SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente; GONDRA, José Gonçalves (org.). *Independência e Instrução no Brasil: História, memória e formação (1822-1972)*. Rio de Janeiro: EDUERJ (no prelo).

Diante de uma sociedade em processo de mudanças, o ensino de História do Brasil passou a ter como objetivo principal formar alunos sob os princípios limitados de cidadania e continuou a selecionar os “grandes homens” provenientes de uma elite predestinada da nação. A História escolar, encarregada de ‘inventar tradições’, de maneira semelhante ao que acontecia em outros países europeus e americanos, aliou-se a outras disciplinas, Língua Portuguesa, Geografia, Música, especialmente, para sedimentar não apenas nas salas de aula, mas também nas ruas e espaços públicos, por intermédio das ‘festas cívicas’, dos desfiles em que se cultuavam heróis da “pátria” e heróis locais, os oligarcas “fundadores das cidades”, os bandeirantes “construtores do imenso território brasileiro”. Muitos homens e algumas poucas mulheres. (Bittencourt, 2004, p.61).

Tais marcas podem ser encontradas nas narrativas de Cairu, pois seus livros procuram efetivamente construir representações de determinados personagens, aos quais atribui protagonismo importante, convertendo-os em figuras heroicas.

No que se refere à obra HPSP, este projeto teve início como uma iniciativa pessoal do mesmo, cuja elaboração começara em 1821⁸⁰. Em 1825, Dom Pedro I, através de um pedido oficial, fez deste projeto a “História Oficial do Brasil”.

Figura 14 - Pedido oficial de D. Pedro I para Cairu escrever a “História Oficial do Brasil”.



Fonte: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706744 & pagfis=29](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706744&pagfis=29). Consultado em 30/08/2021.

O trecho em destaque diz:

Desejando S. M. o Imperador perpetuar a memória dos sucessos do Brasil, principalmente desde o memorável dia 26 de fevereiro de 1821; e Reconhecendo que serão dignamente transmitidos à posteridade pela História, se desta se encarregar o Conselheiro José da Silva Lisboa, por nele concorrem distintos talentos e copiosas luzes todas as qualidades, que constituem um verdadeiro Historiador. Ha por bem

⁸⁰ Na introdução do livro, Silva Lisboa esclarece que o projeto de escrita teve início em 26 de fevereiro de 1821 ao determinar que se remetesse documentos autênticos dos Governos das Províncias, para servirem como “seguros guias” para o trabalho que pretendia realizar. Este pedido está inserido no contexto da disputa do reconhecimento do Império do Brasil entre os compatriotas e o que o autor denomina como “demagogos” de Portugal. Esta disputa pode ser verificada na introdução do mesmo livro.

incumbi-lo de escrever a referida História; servindo-lhe de seguro guia os verídicos documentos extraídos de todos os arquivos da Nação, que para esse fim lhe serão remetidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, à medida que forem chegando das diferentes autoridades, a que são pedido sem demora, e sendo ajudado nessa laboriosa tarefa por Fr. Francisco de Sampaio, cuja esclarecida erudição, e superior engenho contribuirão para o feliz complemento de tão importante trabalho. O que manda, pela sobredita Secretaria de Estado, participar no mesmo Conselho, para que assim se execute essa Imperial Determinação. Palácio do Rio de Janeiro em 7 de janeiro de 1825 – Estevão Ribeiro de Rezende. Na mesma conformidade, e data se expediu a Portaria a Fr. Francisco de Sampaio. (transcrição realizada pelo autor)

Este pedido para criação de uma “História Oficial do Brasil” ocorreu em um contexto político turbulento interna e externamente, principalmente no que tangia ao reconhecimento da independência do Brasil. Dispensado de suas funções administrativas, Cairu contaria ainda com o auxílio do Frei Francisco de Sampaio⁸¹ e do brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto⁸², ajuda que parece ter ficado apenas nas intenções (Kirschner, 2009, p. 267)⁸³. Esta “*História Oficial do Brasil*” serviria para o Imperador como um instrumento de legitimação do poder e peça estratégica no processo de construção do que deveria ser reconhecido como história pátria.

A partir dessas considerações, tratamos de analisar como este homem ilustrado desempenhou a tarefa que lhe fora atribuída, isto é, escrever uma história nacional, regida pelos protocolos e debates que conformam o conhecimento histórico à época.

3.2 Debates em torno da escrita do livro HPSP

No que se refere ao grande empreendimento relativo à história nacional, a ordem determinava que se remetesse ao autor convidado os documentos autênticos dos Governos das

⁸¹ Frei Francisco de Sampaio foi professor de Teologia no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, jornalista e político constitucionalista participante ativo da vida pública. Desde a chegada da família imperial ao Brasil, atuou como pregador oficial da Capela Imperial; exerceu funções administrativas na Corte e foi responsável por redigir o Manifesto do Fico, documento o qual D. Pedro I divulgou a sua permanência no Brasil contrariando as ordens vindas das cortes portuguesas que exigiam seu retorno. Para mais informações sobre Frei Francisco de Sampaio consultar: (Carvalho, 2015). (<https://www.itf.edu.br/institucional/noticiasexibe/122033542/um+franciscano+na+luta+pela+independencia+do+brasil.htm>). Consultado em 22 de junho de 2020.

⁸² Domingos Alves Branco Moniz Barreto, foi militar que exerceu esta função por muitos anos e viajou por todo território nacional. Durante estas longas viagens era responsável por escrever documentos sobre várias temáticas que interessavam à Corte, entre elas: botânica, agricultura, mineração, assuntos militares, jurídicos e culturais, sendo seus principais trabalhos: *Notícia da Viagem e Memória*, ambos tratando sobre a questão da necessidade de “civilização” de povos indígenas na Capitania da Bahia e na Comarca de Ilhéus. Para mais informações sobre o Brigadeiro Domingos Alves Branco Moniz Barreto consultar: (http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Poliana%20Cordeiro%20de%20Farias.pdf). Consultado em 22 de junho de 2020.

⁸³ Cairu depois que obteve o cargo de Diretor e passou a ser um dos principais autores do seu tempo seja por relevância dos seus escritos ou pela quantidade, sempre obteve ajuda de auxiliares e copistas nos seus escritos. Isso nos permite problematizar um pouco sobre a autoria de Cairu dos volumosos escritos ou se apenas assinava como autor destes para garantir certa legitimidade tanto no conteúdo quanto para o mercado editorial da época. Enfim, este é um assunto para trabalhos futuros e não serão apreciados neste momento.

Províncias que pudessem servir de “*seguros guias*” ao relato a ser elaborado e lhe conferir racionalidade/cientificidade. Na introdução do primeiro volume que intitularia “História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil”, o autor manifestava sua intenção de escrever uma História Geral da nova nação independente. A Introdução explicava as origens e as intenções do projeto, comunicando e solicitando ao público letrado subsídios para a empresa, expondo as linhas gerais que seguiria para o cumprimento da tarefa. (ARAÚJO, 2010, p. 24).

Diferentemente da ordem do Imperador, Cairu planejou escrever uma História Geral completa do Brasil, com um plano de 10 volumes. No projeto, assumia a visão de uma lenta evolução histórica em direção à Independência, já visível na obra de Robert Southey, escolhida como espécie de “farol” para seu ambicioso empreendimento. (DINIZ, 2009, p. 79-80).

O primeiro volume da obra, publicado em 1826, trata das Grandes Navegações e do “Achamento” do Brasil, conectando a história nacional com as grandes narrativas ilustradas. O que chama atenção neste e nos outros três volumes publicados consiste no esforço contínuo de debate e avaliação das narrativas até então disponíveis sobre a história do Brasil como visto anteriormente, evidenciando a dificuldade crescente na produção de um relato consensual e estável da história do Brasil. O esforço de Cairu em conhecer e julgar o que fora escrito ou estava sendo escrito sobre a história do Brasil vai fazer com que, ao longo da obra, cujo último volume é publicado em 1830, ele continue a inserir resenhas críticas. Em cada novo volume lançado, as introduções se avolumavam na medida em que novas obras chegavam ao seu conhecimento.

Portanto, sua relação com a história escrita não a confundia com os fatos ou o passado em si mesmo, mas já pressupunha a tarefa de uma constante reavaliação das interpretações disponíveis e, como consequência lógica, sua contínua reescrita. A partir desse ponto, o trabalho crítico confunde-se com a luta política contemporânea.

Nos quatro volumes publicados, Cairu acrescentará anexos, novos prefácios e notas explicativas sobre os novos relatos publicados. A partir do volume três, que já narra os acontecimentos de 1822 em diante, a obra vai assumindo o caráter de uma quase crônica, acompanhada de um repositório de documentos autênticos.

O mesmo reclama da dificuldade em se estabelecer as causas reais para os acontecimentos; seja pela divergência de opinião, seja pelos “segredos de Estado”. O otimismo no lançamento do projeto em 1825, sob o efeito do reconhecimento da Independência, é substituído pela apreensão com a crescente deterioração da situação política. O último volume, de 1830, promete uma continuação que não chegou a ser publicada, certamente atropelada pelos eventos de 1831, que culminaram na abdicação do trono por D. Pedro I e seu retorno a Portugal.

Como um dos principais exemplos da deterioração das condições de escrita da história que o autor possuía naquele momento, podemos citar um debate político na Assembleia em 1830 entre Cairu e o senador Nicolau de Campos Vergueiro⁸⁴, um dos seus principais adversários políticos da época, que se utilizou da crise política e financeira do Império como pretexto para inviabilizar a continuidade de seu projeto como, por exemplo, o corte dos recursos utilizados para o pagamento de um copista que auxiliava Cairu na produção de sua história do Brasil.

O visconde de Alcântara⁸⁵ João Inácio da Cunha abria o debate na sessão de 10 de setembro de 1830, defendendo que fosse restituída a verba orçamentária destinada ao pagamento do escriturário. Dizia:

seria injusto que depois da nação ter escolhido Cairu para escrever sua história, história de que precisava, que seu auxílio fosse cortado, em especial a um homem na idade e forças de Cairu. (Anais do Senado Federal, vol. III, 10 set. 1830, p. 9-16).

O escriturário Estanislau de Souza Caldas⁸⁶ recebia anualmente 365 mil réis, valor considerado muito baixo para um empregado público à época⁸⁷. Do lado contrário à manutenção do escriturário erguia-se o senador Nicolau Vergueiro, que além de insistir sobre os aspectos de economia decorrente do corte, não deixou de apontar dúvidas sobre a relevância e legitimidade da iniciativa:

A Nação se negará a escrever a História do Brasil? Pois as histórias de todas as nações estão escritas sem as nações mandarem escrever, e não se pode mesmo esperar uma história imparcial, escrita debaixo da proteção do Governo: a posteridade é que corrige; comparando os diversos escritores, que se inscreveram (sic), para formar o seu juízo: não o do escritor no tempo em que a história foi escrita; nem é de supor que seja escrita com toda a verdade, e imparcialmente; porque os homens sempre são arrastados pelas paixões, que os rodeiam sem eles mesmos sentirem: portanto isto é especulação do homem de letras, não do governo, e por isso deve suprimir-se. (Anais do Senado Federal, 1830, p. 11)

⁸⁴ Sobre o Senador Nicolau de Campos Vergueiro ver a obra: Hoffmann, Daniela (1 de novembro de 2019). «Nicolau Pereira de Campos Vergueiro». Memória da Administração Pública Brasileira. Consultado em 8 de julho de 2021.

⁸⁵ Sobre o Visconde de Alcântara ver a obra: Gonçalves, Aureliano Restier (2004). Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa. 391.

⁸⁶ Estanislau de Souza Caldas era um natural do Rio de Janeiro, que se achando em Lisboa na época da Independência do Brasil, havendo aí casado e tendo filhos, veio logo para o Império, em obediência à proclamação do Imperador a todos os brasileiros existentes fora do Império. Foi apresentado ao Visconde de Cairu para ser seu escriturário devido a idade avançada de Cairu.

⁸⁷ Para se ter uma ideia aproximada do poder de compra à época, o primeiro número do Jornal do Commercio, de 2 de janeiro de 1830 anunciava o aluguel de uma loja de vidraçaria e funilaria a 80\$000 réis mensais. Já a assinatura anual do jornal saíria por 12\$000. Com o salário do escriturário, seria possível fazer 30 assinaturas deste impresso, mas era insuficiente para fazer a locação da loja anunciada, que correspondia a 960\$000 réis por ano.

Como se vê, motivos conceituais sobre a relação do escrito com os governos, e mesmo as condições que, hoje, chamamos epistemológicas, são levantadas no debate.

Em sua defesa, afirmava que não poderia concordar com a alegação de que a história contemporânea não podia ser verdadeira. Dizia que seguiu o exemplo de outros grandes escritores contemporâneos, conforme visto anteriormente, que escreveram sobre os sucessos da Europa e América, com base em documentos notórios e autênticos, já tendo publicado duas partes de sua obra, e que nenhuma reprimenda havia sido divulgada pela imprensa. O próprio senado não havia apontado erro ou parcialidade: “A fé histórica tem critério de verdade fundada em razão diversa da do contraditor” (Anais do Senado Federal, vol. III, 1830, p.12).

Lembrava-se ainda que Tácito desacreditou as histórias contemporâneas do Império porque estavam contaminadas pelo medo, mas que os tempos atuais seriam outros:

A comunicação das nações, o sem número de tipografias em ambos os hemisférios, impossibilitam calúnias, adulteração ou omissão dos sucessos os mais decisivos e interessantes, com a especialidade em país de liberal constituição. Atualmente nenhuma impostura se pode sustentar por considerável tempo, sem ser logo desmentida, por êmulos, competidores, e jornalistas. (Anais do Senado Federal, vol. III, 1830, p. 12)

No intuito de se auto legitimar, procura valorizar a veracidade dos fatos narrados e a inquietude quanto à elaboração de uma narrativa de eventos (a ele) contemporâneos. De acordo com Araújo (2010), Cairu, como historiador, se filiava à concepção de que o narrador deveria se passar por uma figura quase “*sacerdotal*” que, mesmo a serviço de um ente específico, conseguiria se manter independente na busca do bem comum, já que, naquele momento, o relato historiográfico de eventos recentes era considerado parcial e possuía o caráter de expor (ou mascarar) rivalidades ainda vigentes, como pode ser verificado no trecho abaixo:

A Verdade é a Estrela Polar da História, e a circunstância que a distingue da ficção. Integridade, candura, e moderação, são as partes do historiador. Informação e fidelidade são indispensáveis para o complemento do seu dever. Mas, se ele não foi ator nas cenas que relata, o seu conhecimento, em muitos casos, é circunscrito, e raras vezes podem ser perfeitas. Razões de Estado, ou interesses da Nação, fazem inacessível autêntica inteligência de Arquivo de Gabinete; a dignidade e delicadeza de melindrosas transações reclamam resguardo, e silêncio do historiador, que não esteja no predicamento de César, Carlos V, Frederico II, que escreveram Comentários dos Próprios feitos. Espero que isto me seja boa escusa na Economia da Verdade sobre Sucessos, de cujas circunstâncias não há uniformidade no Juízo do Público. (Lisboa, 1825, p. 30).

Nesta passagem, nota-se que o autor antecipa críticas ao trabalho que realizava, pelo fato de ser um participante dos acontecimentos narrados, bem como omitir fontes que considerava como segredos de Estado, que não caberiam ser revelados. Contudo, argumenta que isto não interferiria na escrita da História, nem na compreensão do texto pelo público. Ao

se referir à questão da verdade como sendo a “Estrela Polar” da história, busca diferenciar seu trabalho da ficção. Por fim, ressalta que o historiador que não viveu o acontecimento não poderia fazer uma história perfeita.

Embora o documento que o nomeou para redigir a história fosse explícito na concentração nos eventos recentes, no debate do Senado, Cairu tentou esvaziar esta compreensão, assinalando: “o meu cargo foi escrever a História Geral do Brasil, e não só a história particular de sua revolução” (Anais do Senado Federal, vol. III, 1830, p. 12). Em seguida, ainda procurava esclarecer o escopo dessa primeira redação:

A narrativa dos fatos políticos mais interessantes foi o objeto de meu trabalho. Coligi o disperso. Não aspirei ao ambicioso projeto da intitulada História Filosófica do país; mas também não emiti o exemplo dos arengueiros de contos malignos, escuras anedotas, e matérias duvidosas. (Anais do Senado Federal, vol. III, 1830, p.12).

Aqui é importante indicar como Cairu caracterizou o seu empreendimento, visto que através da sua negativa, ou o que não fez ou pretendeu fazer, ele delineia os contornos do investimento intelectual que empregou no intuito de destinar e forjar uma história nacional.

Logo após publicar a primeira parte do primeiro volume, Cairu foi pressionado pelo governo a abandonar seu plano original de escrever uma história cronológica e abordar imediatamente os eventos recentes. A reação verificada no Senado refletia essa mudança de rumo, principalmente na intenção de relativizar o argumento decisivo de Vergueiro de que escrever a história deveria ser tarefa particular.

Em sua réplica, Vergueiro voltava ao ponto: “Cairu é homem e, como tal, falho e sujeito às influências de seu tempo”. Ao sair em defesa do governo, Felisberto Caldeira Brant Pontes⁸⁸, o Marquês de Barbacena, reforçava o papel da liberdade de imprensa como antídoto e fiadora da verdade:

Concedo que o escritor contemporâneo pode ser influenciado por um partido, mas quando há liberdade os diferentes partidos se atacam, e é só por este choque, que a posteridade pode descobrir a verdade. Convém, portanto, que se escreva a história, e que haja copista. (Anais do Senado Federal, vol. III, 1830, p. 13).

Vergueiro estava mais próximo da situação francesa onde a escrita da história era um problema da relação entre o autor e seu público, enquanto que a posição de Cairu dependia da imagem do autor como figura quase sacerdotal, que mesmo a serviço do Estado argumentava ser capaz de se manter independente na busca do bem comum.

⁸⁸ Um dos negociadores do reconhecimento da Independência, Brant Pontes teria sido um dos encarregados pelo recrutamento de letrados referido anteriormente.

Analisando este debate é possível supor as pressões que o mesmo estava enfrentando, oriundos de diversos setores sociais que reagiram à tentativa governamental de criar uma versão, dita oficial dos eventos e personagens fundadores da Nação. Este debate também evidenciava a importância crescente em se fazer história da vida social e política do período no Brasil, apontando para as dificuldades institucionais e epistemológicas que as novas exigências em se fazer história colocavam à época, como pode ver visto no trecho:

A polêmica em torno do escriturário e do papel do governo na escrita da história já apontava como era frágil a situação de um homem de letras, historiador, que dependia da conjuntura política muito dinâmica das sociedades modernas em formação. O modelo do mecenato, mesmo emoldurado pela Razão de Estado, mostrava-se incapaz de garantir as condições necessárias para a escrita da história com as exigências do tempo, faltavam instituições mediadoras capazes de garantir legitimidade discursiva e condições materiais para o empreendimento. A abdicação de Pedro I e a grande expansão dos debates na conjuntura das Regências tornaram esses impasses ainda mais claros. (Araújo, 2010, p. 85)

Este exemplo de debate serve para evidenciar os questionamentos à época em torno da forma, método e meios de viabilizar e validar a veracidade das narrativas históricas. Esta situação só pôde ser amenizada a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, que tinha como uma de suas principais funções conceder valor a uma obra seja pela sua erudição ou levando em consideração o gosto do público e dos editores, porém este não foi um tema debatido centralmente neste trabalho, podendo ser estudado em outra ocasião⁸⁹.

3.3 O livro HPSP: materialidade e conteúdos

Cairu tinha a função de criar uma História Brasileira, ou seja, criar algo novo para as futuras gerações. Segundo Chartier, esta intenção resulta em: “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Posto isto, buscamos analisar o livro HPSP na perspectiva de que seguindo a sua trajetória fosse possível identificar como a sociedade brasileira recepcionou e absorveu o conteúdo do livro, sempre considerando que o mesmo é uma obra representativa do seu próprio tempo e lugar. Concordamos com Chartier (2002):

⁸⁹ Para ver mais sobre a questão do mercado editorial do século XIX ver: (ARAÚJO, 2012).

a obra em si não vale pela eternidade, mas os efeitos provocados por ela são modificadores dos grupos sociais, consolidando pensamentos e reinventando novos cultos, forjando novas culturas, consolidando tradições e reinventando possibilidades. (CHARTIER, 2002, p. 37)

Vale aqui ressaltarmos que Cairu era diretor da Imprensa Régia à época, e esta instituição era a única com permissão de publicação de livros no Brasil conforme podemos ver com mais detalhes no capítulo I desta pesquisa. Por ser uma figura notória na Corte e por fazer parte do poder político local, gozava de prestígio em suas publicações, e também o mercado editorial da Corte na época tinha seus textos como uma certeza de vendas.

Podemos afirmar que a HPSP é um livro que demonstra muitas das intencionalidades de que Cairu tinha para o período. Esta obra era parte do planejamento que tinha como objetivo consolidar a forma(t)ação da população polida e comercial. Também em outras de suas obras é possível verificar outros de seus objetivos específicos, mas em geral, podemos sugerir que o conjunto destas obras, demonstram uma intenção de forma(t)ar e produzir um futuro orientado pelos seus pensamentos de fé, liberdade (principalmente econômica) e ordem imperial.

Podemos afirmar que todo livro possui uma função doutrinária, e por este motivo é necessário analisarmos a destinação de cada livro construído, pensando principalmente nos leitores que irão usufruir desta obra. Os livros devem circular e serem lidos para que atinjam os objetivos inicialmente imaginados, e dessa forma, ganham nome e capa para serem atraentes e não somente para identificá-los.

Os títulos, por sua vez, explicitam fundamentalmente a intenção direta que o autor tem para aquele livro, embora estas intenções apareçam também em várias outras partes do texto. Segundo Bittencourt 2004:

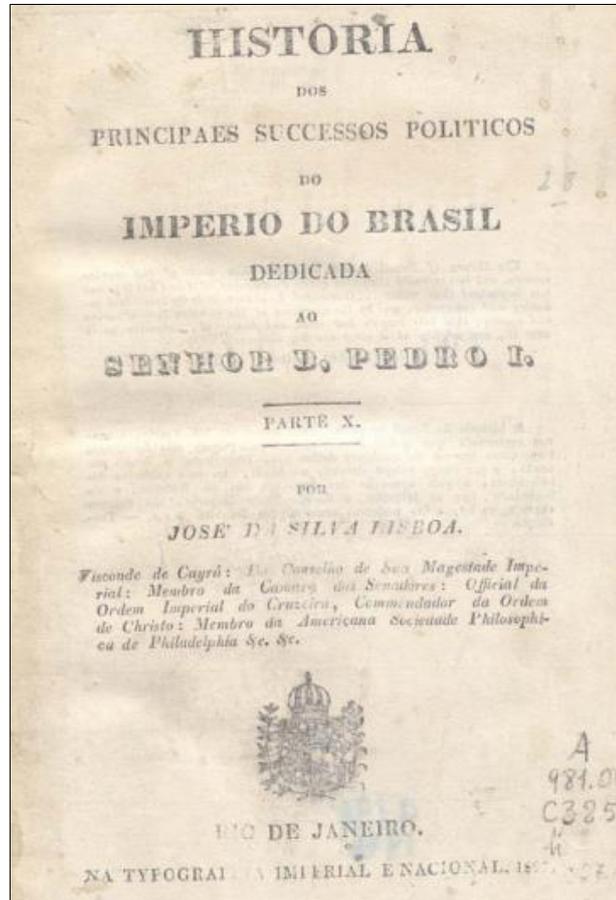
existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências e introduções. Ali (no título), o autor é direto, apesar de, aparentemente, não querer sê-lo. [...] é no percorrer do texto que se torna possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias (BITTENCOURT, 2004, p. 479).

Em se tratando do HSPB buscamos trazer, como exemplo, o primeiro volume da Parte X, com a imagem⁹⁰ da contracapa; isto porque foi o volume no qual Cairu foi “obrigado” a antecipar seus escritos que previam uma ordem cronológica devido às pressões políticas internas que o Imperador vinha sofrendo como descrito anteriormente. Analisando este

⁹⁰ Sobre a capa do livro a mesma não possui ilustrações e no site que utilizamos como fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>. Consultado em 30/08/2021. Temos somente a imagem de uma capa em couro escuro e como referência de materialidade as dimensões: data da publicação: 1827; Descrição Física: 3 v. ; 20cm; Publicador: Rio de Janeiro : Typ. Imperial e Nacional, 1827-1830.

exemplo é possível compreender o entendimento que BITTENCOURT (2004), possui sobre a pretensão dos autores com suas obras.

Figura 15 - Contracapa do livro HPSP



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182900>

Analisando a contracapa é possível identificar diversos apontamentos referentes aos contornos e inscrições de sua escrita. Primeiramente o título: *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. Esta opção já contém uma adjetivação, pressupondo sucesso, a partir do que já é possível considerar uma intenção que tinha com a sua escrita, isto é, vangloriar os feitos políticos do Imperador. Outro fato consiste em que, no mesmo título, aparece um complemento ao “Senhor D. Pedro I”, o que também aponta para outra condicionalidade, ao submeter e destinar o texto ao Imperador. Do mesmo modo, também é possível identificarmos um breve “currículo” no qual o autor descreve os cargos que ocupa, o que nos permite entender que o mesmo busca conferir grau de “legitimidade” ao que escreve. Por fim, na contracapa podemos identificar o local onde o livro foi impresso: Rio de Janeiro : Typ. Imperial e Nacional, 1827. Vale aqui lembrarmos que Cairu foi o primeiro diretor da Imprensa Régia da Typografia Nacional e por este motivo possuía prestígio e influência sobre os livros que deveriam ser publicados.

Cabe, na sequência, analisar a ordem do discurso, isto é, como estruturou o projeto de uma escrita da história nacional, em 10 volumes, e os eventuais sentidos da ordenação proposta.

3.4 Sobre o planejamento do livro

Sobre o planejamento da escrita de uma História Geral completa do Brasil, Cairu elaborou um plano para dez volumes, sendo eles:

- I. Achada do Brasil
- II. Divisão do Brasil
- III. Conquista do Brasil
- IV. Restauração do Brasil
- V. Invasões do Brasil
- VI. Minas do Brasil
- VII. Vice-Reinado do Brasil
- VIII. Corte do Brasil
- IX. Estados do Brasil
- X. Constituição do Brasil

Nesse projeto, o autor assumiu uma visão de evolução histórica partindo do passado colonial em direção à Independência, marca constitutiva igualmente presente na obra de Robert Southey⁹¹, que como dito anteriormente foi escolhida pelo autor como uma referência importante para a narrativa que elabora.

Das dez partes projetadas, duas foram publicadas. A primeira delas em 1826, dedicada ao que o autor chama de “Achada” do Brasil conforme sumário e, a décima parte, publicada em três volumes, entre os anos de 1827 a 1830, que avançaria da Independência em diante, somando um total de quatro volumes. No último volume estava anunciada a publicação de mais um, em 1831, que não ocorreu, assim como os demais.

A introdução do primeiro volume é bastante esclarecedora, na medida em que coloca as suas opiniões, assim como suas justificativas para a construção da obra. Esta introdução publicada anteriormente em forma de folheto, em 1825, apareceu no ano seguinte em 1826 anexada ao primeiro volume, deixando clara a intenção deste projeto: Uma ordem do Imperador Dom Pedro I⁹², datada de janeiro do mesmo ano, que designava o autor para a tarefa de redigir a *História dos Sucessos do Brasil dignos de memória*”.

⁹¹ (Southey, 1810).

⁹² O documento pode ser consultado em: <http://memoria.bn.br/docreader/706744/29>). Consultado em 20 de junho de 2020.

Com isso, manifestava sua intenção de escrever uma História Geral da nova nação independente, realizando, igualmente, uma leitura da historiografia sobre o Brasil, até então disponível, solicitando ao público leitor subsídios para a realização da mesma, de modo que futuras publicações tivessem o acréscimo de novos anexos, novos prefácios e notas explicativas, dispondo-se a manter o material atualizado com base em novos relatos que poderiam vir a ser publicados. Portanto, sua relação com a história escrita pressupunha a tarefa de uma constante reavaliação dos enunciados disponíveis e, como consequência, antecipa a necessidade de uma contínua reescrita.

É neste contexto de construir uma história da civilização que Cairu procura se inserir; mais do que a história sobre guerras e conflitos ou da tradicional história política.

Podemos afirmar que na escolha das epígrafes, já nos deixa claro algumas de suas filiações. Os livros são sempre abertos por uma longa citação do prefácio da História do Brasil de Southey:

A história do Brasil é menos bela que a da mãe pátria, e menos esplêndida que a dos portugueses na Ásia; mas não é menos importante que a de qualquer delas... Descoberto no Brasil por acaso, e por longo tempo deixado ao acaso, foi pela indústria dos indivíduos, e pela operação das comuns leis da Natureza e da Sociedade que se levantou e floresceu esse império, tão extenso como é, e tão poderoso como algum dia virá a ser. (Cairu, 1826, p. 1)

O trecho destaca a importância da história do Brasil, onde relata os três séculos de descaso da colonização portuguesa, e as forças civilizacionais em curso: a empresa individual, as leis da natureza e da sociedade.⁹³

A possibilidade de conciliar um governo forte, como o monárquico, com a liberdade, ou melhor, combinar autoridade com liberdades, já que o cidadão de uma sociedade comercial e polida não poderia dispor do mesmo tipo de virtude que o de uma república antiga; Cairu então toma partido dos modernos, defendendo uma via própria para sua organização política, poderíamos dizer, nesse momento, uma monarquia constitucional aos moldes do Império britânico do qual muito se inspirou.

O autor evita ao máximo o conflito entre o passado e o presente. Logo após lembrar as dificuldades dos primeiros anos da Independência e de como o tratado de reconhecimento assinado entre Brasil e Portugal terminava harmonicamente essa fase crítica de nossa história. Cairu busca sublinhar a importância e o desafio da escrita de uma História Geral em qualquer

⁹³ Trata-se de uma aplicação do topos, muito repetido ao longo do processo de emancipação, dos trezentos anos de opressão. Sobre a questão, ver: SANTOS, Cristiane A. C. dos. *A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)*. Almanack Braziliense, no. 8, novembro de 2008, pp. 109-116.

nação, mais especialmente no Brasil, e para tal era de suma importância a liberdade e estabilidade política para cumprimento de tal feito. Segundo Araújo:

A seleção da epígrafe de Tácito prefigurava para o leitor da época o tipo de história na qual Cairu pretendia narrar os eventos da Independência. Mais ainda, permitia a ela responder positivamente à pergunta sobre as condições para essa escrita. Ao escolher o historiador considerado à época mais filosófico e crítico da Antiguidade, Cairu buscava reforçar o novo tipo de história que estava projetando. Essa história só era possível em momentos de excepcional liberdade e estabilidade política, por isso era natural que ela não pudesse ter sido escrita ainda. É esse quadro geral, que podemos caracterizar como metanarrativo, que lhe serve de orientação para avaliar o que havia até então disponível, traçando uma espécie de periodização da história e da historiografia do e sobre o Brasil - mesmo que, algumas vezes, seus contornos fiquem obscurecidos pelas idas e vindas da Introdução. (Araújo, 2010. p.74)

Aspectos da metanarrativa aludida por Araújo é um aspecto que merece ser destacado, na medida em que se constitui em uma condição que tornara possível a escrita, isto é, a conjuntura pós-independência se vê descrita pelas marcas da liberdade e estabilidade.

3.5 A narração do legado colonial

No primeiro volume da HPSP, publicado em 1826, o autor apresenta um levantamento, por ele realizado, do que já havia sido escrito sobre o Brasil e publicado pelo mundo, por diversos autores, no intuito de associar-se a tal modo de narrar e se manter inscrito nesta cadeia discursiva.

De início, busca os textos de João de Barros⁹⁴ considerado por muitos, à época, como o pai da História portuguesa, apesar de ter escrito pouco sobre o Brasil. Segundo Cairu, "quase nada se escreveu sobre a colônia". (LISBOA volume I. 1826). Esta ausência evidencia duas características de textos acerca da história do Brasil colonial que devem ser levadas em consideração: o desinteresse inicial português sobre os atos praticados na Colônia e a política de segredo de Estado que Portugal impunha sobre as descobertas das suas colônias ultramarinas⁹⁵.

Exemplo dessa política de segredo de Estado que Portugal impunha foi o livro de André João Antonil⁹⁶: *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, publicado em Lisboa

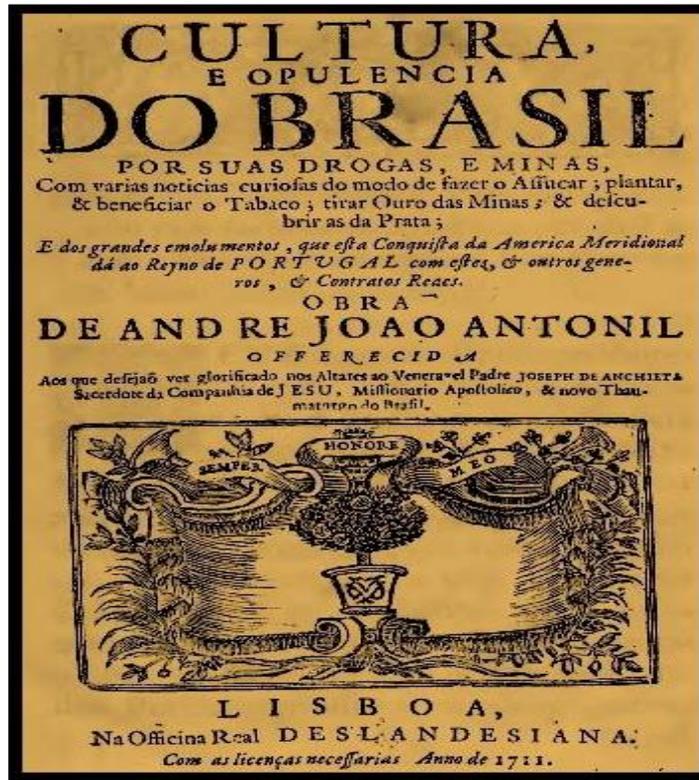
⁹⁴ Sobre João de Barros consultar o texto de Elisabeta Mariotto no endereço eletrônico: <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xvi/joao-de-barros.html#.XuOLJFVKjIU>. Consultado em 12/06/2020.

⁹⁵ Estas características exercidas pelo Império português poderão ser trabalhadas com mais rigor em outra oportunidade.

⁹⁶ André João Antônio Andreoni, mais conhecido como Antonil, foi um jesuíta italiano nascido na região de Lucca, Toscana. Formou-se em Direito pela Universidade de Perúgia e aos dezoito anos ingressou na Companhia de Jesus, em Roma. Chegou a Salvador, Brasil, no ano de 1681, onde faleceu no ano de 1716. Em 1711, publicou em Lisboa a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, onde

em 1711, citado por Cairu como marco inaugural da escrita da História do Brasil, porque trazia em seu conteúdo maiores informações sobre o território brasileiro e suas condições sociais e econômicas.

Figura 16 - Capa do livro *Cultura e Opulência do Brasil*



Fonte: <https://www.fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/12/07/cultura-e-opulencia-do-brasil-por-suas-drogas-e-minas/>
Consultado em 20/08/2021.

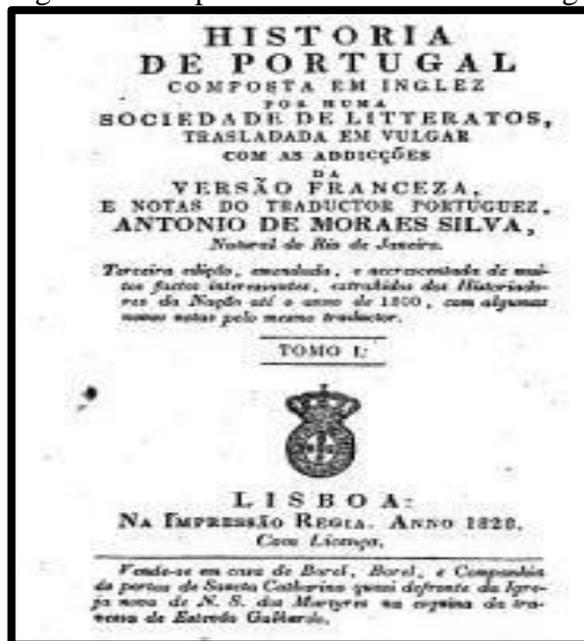
Trata-se de um livro censurado, que teve todos os exemplares confiscados pela Coroa Portuguesa por considerá-lo um risco perante as outras potências colonizadoras da época, isto porque informava, de forma detalhada, o tipo e localização das drogas e minas da sua principal colônia. Essa política de segredo ainda foi ratificada com a assinatura do tratado de Utrecht⁹⁷ em 1713, celebrado entre as potências coloniais da época, que reconheceu a soberania de Portugal na América portuguesa. Este acordo impedia qualquer contato estrangeiro de outras nações como a colônia portuguesa na América, o que fez com que Cairu caracterizasse o sistema colonial português como o responsável pelo “entrate” da escrita da História do Brasil.

apresentou descrições detalhadas da economia colonial, como a produção de açúcar, a criação de gado e a escravidão na colônia. A Coroa portuguesa rapidamente confiscou a edição do livro, em parte devido aos relatos referentes à mineração. Sua obra só voltou a ser publicada em 1837, quando foi editada no Rio de Janeiro. Para ver mais sobre Antonil ver o trabalho: Mottin, Antonio J.S. Casolino, Enzo. *Italianos no Brasil: contribuições na literatura e nas ciências: séculos XIX e XX*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

⁹⁷ Serviço das Publicações da União Europeia. «Anexo A10: Lista das regiões». Código de Redacção Interinstitucional. Consultado em 23 de maio de 2020.

Em meados do século XVIII, com o francês De la Clede⁹⁸, é formado o primeiro corpo de historiadores/pesquisadores de sua história em Portugal. O grupo por ele formado cita, de forma breve, o Brasil e não traz muitas informações. No livro *História de Portugal*⁹⁹, escrito por uma sociedade de literatos ingleses, traduzido pelo brasileiro Antônio de Moraes Silva¹⁰⁰, contém pouco material sobre a colônia, tendo somente um suplemento sobre os Tratados de Limites do Brasil.

Figura 17 - Capa do livro História de Portugal



Fonte: <https://play.google.com/store/books/details?id=d0FAAAAQAAJ&rdid=bookad0FAAAAQAAJ&rdot=1>. Consultado em 20/08/2021.

⁹⁸ Histoire Générale de Portugal, Théodore Le Gras, Paris, 1735.

⁹⁹ História de Portugal. Composta em Inglês por uma Sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as addicções da versão franceza, e notas do traductor português, Antonio de Moraes e Silva, natural do Rio de Janeiro. Versão consultada através do endereço eletrônico: https://www.https://books.google.com.br/books?id=ad0FAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Consultado em 28 de maio de 2020.

¹⁰⁰ Antônio de Moraes Silva foi um lexicólogo brasileiro e foi o primeiro a elaborar um dicionário da língua portuguesa em 1789, contendo a definição de cerca de 180.000 palavras e expressões, o maior de sua época e que o trouxe enorme notoriedade e sucesso financeiro. A obra foi intitulada de: Dicionário da Língua Portuguesa (vulgarmente referido como "Dicionário Moraes"), que na sua edição original se intitulava Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Além deste trabalho Antônio de Moraes e Silva também foi responsável por traduzir a História de Portugal, publicada em três volumes (1788) para o idioma em inglês. No final da sua vida se mudou para o Brasil e dedicou-se à agricultura. Para mais informações sobre Antônio de Moraes e Silva consultar: José Hermano Saraiva (coord.), História de Portugal, Dicionário de Personalidades, vol. XIX, Quidnovi, 2004 e <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AntoMSil.html>. Consultado em 20 de junho de 2020.

Por fim, faz menção aos escritos de Vieira¹⁰¹ e Berredo¹⁰² e ao trabalho de Frei Gaspar de Madre de Deus¹⁰³, encerrando essa fase com o livro de Raynal¹⁰⁴, que considera cheio de imprecisões. Ao concluir, afirma que o Brasil permaneceu recluso por mais de três séculos aos olhos da ciência, sem uma história verdadeira, conforme o trecho:

O período colonial de nossa historiografia seria então determinado por dois fenômenos limitadores interligados, a política de segredos de Estado (*arcana imperii*) e o Sistema Colonial. Será apenas com a destruição desses dois traços que se poderia pensar na escrita de uma história verdadeira; mas para isso foi necessária a fundação de um império verdadeiramente polido e comercial”. (Lisboa, 1826. p. 28).

Visto dessa forma, podemos considerar que, para Cairu, a historiografia sobre o Brasil colonial era determinada por dois fatores limitadores: o sistema colonial português e a política de segredos de Estado por ele estabelecida. Estes aspectos eram apenas uma parte da caracterização de uma sociedade descrita como pouco polida e comercial, dominada pela força dos “poderosos” e considerada pelo autor como um legado do período colonial que deveria ser superado.

3.6 A forma(t)ação de um povo polido e comercial

Ao dar continuidade à descrição dos volumes seguintes, publicados a partir de 1827 até 1830, Cairu se dedica a discorrer sobre o fim do sistema colonial, decorrente da vinda da família

¹⁰¹ António Vieira nasceu em Lisboa, em 1608 e faleceu em Salvador em 18 de julho de 1697. Conhecido como Padre António Vieira, foi filósofo, escritor e orador português da Companhia de Jesus. É considerado pela historiografia como uma das mais influentes personagens do século XVII em termos de política e oratória, destacando-se como missionário em terras brasileiras. Nesta qualidade, defendeu incansavelmente os direitos dos povos indígenas combatendo a sua exploração e escravização e fazendo a sua evangelização. António Vieira defendeu os judeus, a abolição da distinção entre cristãos-novos (judeus convertidos, perseguidos à época pela Inquisição) e cristãos-velhos (aqueles cujas famílias eram católicas há gerações), e a abolição da escravatura. Criticou ainda severamente os sacerdotes da sua época e a própria Inquisição. Na literatura, seus sermões possuem considerável importância no barroco brasileiro e português. Para uma melhor leitura sobre o Padre António Vieira ver o trabalho de Marcus De Martini disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19774>. Consultado em 21/09/2021.

¹⁰² Bernardo Pereira de Berredo e Castro foi historiador e administrador colonial português. Pertenceu ao Conselho de Sua Majestade e foi governador do Estado do Maranhão de 1718 a 172. Sua obra pode ser consultada em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/23343>. Consultado em 21/09/2021.

¹⁰³ Gaspar Teixeira de Azevedo, melhor conhecido como Frei Gaspar da Madre de Deus, nasceu em São Vicente em 9 de fevereiro de 1715 e faleceu em Santos em 28 de janeiro de 1800, foi um religioso da Ordem de São Bento e historiador brasileiro. Em 1762 tornou-se abade do Rio de Janeiro. Já eram notáveis, nesse tempo, as suas qualidades de orador sacro, pois são citados os sermões que pregou por ocasião do casamento de Maria I de Portugal e do nascimento do príncipe da Beira. Até 1766, durante a sua permanência na Abadia do Rio de Janeiro, fez grandes melhoramentos materiais no edifício do Mosteiro, introduziu modificações no ritual e reorganizou a biblioteca e o arquivo do convento, enriquecendo-os com a magnífica livraria do abade Pena e com preciosos códices e manuscritos. Para melhor leitura sobre Gaspar Teixeira de Azevedo ver: TAUNAY, A. d'E.. *Memórias para História da Capitania de São Vicente*. São Paulo: 1920. 3ª edição.

¹⁰⁴ Uma história filosófica dos assentamentos e do comércio dos europeus nas Índias Orientais e Ocidentais. Word Digital Library. 1798. Versão consultada no endereço eletrônico: <https://www.https://www.wdl.org/pt/item/4398/>. Consultado em 28 de maio de 2020.

real portuguesa para o Brasil em 1808 e a sua posterior elevação ao estatuto de Reino Unido em 1815. Com isso, o autor pretende marcar o início de uma nova fase para a historiografia do país.

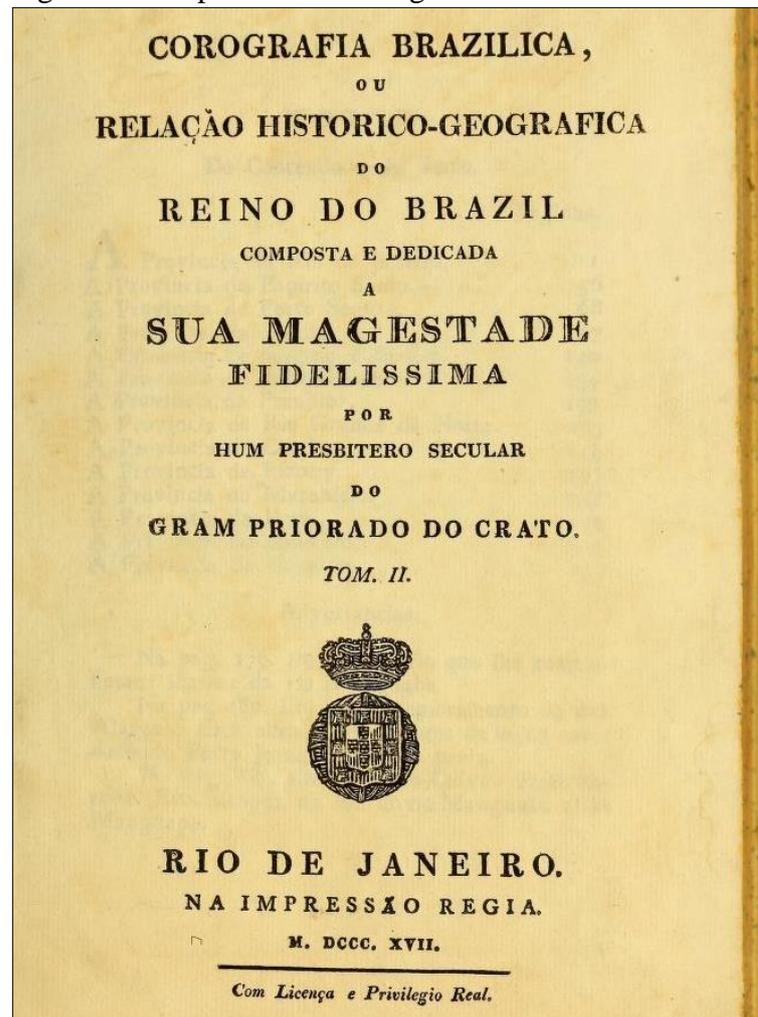
Na introdução do segundo volume, publicado em 1827, o autor faz questão de destacar a impressão de livros na Tipografia Nacional e a produção de obras sobre memórias das províncias do Brasil, destacando trabalhos de Antônio Rodrigues Velloso¹⁰⁵, José Feliciano Fernandes Pinheiro¹⁰⁶ e a *Corografia Brasílica* de Manuel Aires de Casal¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira nasceu em São Paulo, em 1750 e faleceu em 11 de março de 1824 no Rio de Janeiro. Foi um estadista, jurista e político brasileiro. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra, indo exercer a magistratura na Ilha da Madeira. No Brasil foi Chanceler da Relação do Maranhão em sua instituição; Desembargador do Paço; Deputado da Mesa de Consciência e Ordens; Juiz Conservador da Nação Britânica em todo o distrito da Casa de Suplicação do Brasil; Primeiro Deputado da Junta da Administração da Fazenda, na Capitania do Maranhão; Deputado à Assembleia Constituinte; Comendador da Ordem de Cristo. Autor da Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às outras Províncias do Brasil. Essa obra foi apresentada a D. João VI, quando ainda Regente, em 1810, e publicada pelo autor em 1822. Para melhor leitura sobre Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira ver o trabalho: Amaral, A. Barreto do. Dicionário de História de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

¹⁰⁶ José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo nasceu em Santos em 1774 e faleceu em Porto Alegre em 1847, foi escritor, magistrado e político brasileiro. Formado em Leis e em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1798. Regressou ao Brasil em 1801, onde ocupou o cargo de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entre 1811 e 1812 foi auditor-geral das tropas do exército pacificador. Foi eleito, em 1821, deputado às Cortes da nação portuguesa, pelo Rio Grande do Sul. Foi deputado geral da Assembleia Constituinte, de 1823, e discursou a favor da criação de uma Universidade no Brasil. Logo em seguida, em novembro, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, permanecendo até 1826, onde fundou a primeira tipografia da região. Em 1825 entrou para o Conselho do Império, sendo condecorado no ano seguinte com o título de visconde e escolhido conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil, cargo em que permaneceu de 1826 a 1847. Foi ministro do Império e como ministro da Justiça, em 1827, finalmente conseguiu criar as Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, por decreto de 11 de agosto. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo eleito primeiro presidente perpétuo. Para uma melhor leitura sobre José Feliciano Fernandes Pinheiro ver o trabalho: AMARAL, Tancredo do. A História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis, Alves & Cia. Editores, 1895.

¹⁰⁷ Manuel Aires de Casal mais conhecido como Padre Aires de Casal nasceu em Portugal em 1754 e faleceu no mesmo país em 1821. Foi um sacerdote, geógrafo e historiador Português, que viveu durante muitos anos no Brasil, escrevendo o primeiro livro de edição brasileira em 1817. Após concluir os estudos primários em sua terra natal, cursou Teologia e Filosofia, tomando as ordens. Passou para o Brasil, vindo a exercer o cargo de Capelão da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em 1796. Exerceu a função de presbítero secular do Crato, na então Província do Ceará, em 1815. Aires de Casal retornou a Portugal com a Família Real Portuguesa em 1821 vindo a falecer no mesmo ano. Tendo se dedicado ao estudo da corografia (geografia e história) do Brasil, a sua obra destaca-se, entre outros, por ser a primeira a transcrever, impressa, a Carta de Pero Vaz de Caminha. Aires de Casal redigiu a sua obra nos moldes de uma geografia clássica, fundamentada, basicamente, em descrições e inventários. Foi publicada pela Imprensa Régia em 1817. Como autor aproxima-se mais da posição de compilador e relator de acontecimentos, sem crítica, pois se utilizava de textos pré-existentes para descrever determinadas situações. Para uma melhor leitura sobre Manuel Aires de Casal ver o trabalho: PRADO JÚNIOR, Caio. A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, 1955. A obra de Manuel Aires de Casal esta disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003003.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2020.

Figura 18 - Capa do livro Corografia Brazilica.



Fonte: [https://archive.org/details/corografiabrazil01casa/ page/n3/mode/2up](https://archive.org/details/corografiabrazil01casa/page/n3/mode/2up) . Consultado em 08/09/2021.

Ao se referir a este último, ressalta a divergência entre os dois na utilização do método corográfico, tendo em vista o fato de Casal se concentrar nas províncias e, Cairu, na história do Brasil.

Ao dar continuidade, ainda no mesmo volume, acentuou a divergência entre o seu trabalho e o do Monsenhor Pizarro¹⁰⁸, do qual se diferencia pelo objeto central. Para o autor, Pizarro estava muito mais inclinado a realizar uma história eclesiástica brasileira. Afirma que não entraria em especulações remotas, das quais não possui fontes escritas, fazendo referência a qualquer coisa produzida por índios nativos ou escravos, procurando deixar clara a delimitação da documentação com a que trabalhara. Ressalta, ainda, que os autores citados não tinham a intenção de escrever uma História Geral do Brasil e, por este motivo, sua obra não deveria ser comparada com a destes autores.

¹⁰⁸ Monsenhor Pizarro (1753-1830) historiador, eclesiástico e político brasileiro. . Como deputado, escreveu duas obras importantes sobre história: Memórias do Bispado do Rio de Janeiro e Memórias históricas do Rio de Janeiro. Defendeu a folga em dias santos de guarda e criou festas de padroeiros.

Em seguida, abre uma sessão para relatos de estrangeiros sobre o Brasil. O mesmo não busca fazer referência cronológica dos textos por ele analisados, buscando realizar uma análise da qualidade e relevância destes autores estrangeiros na historiografia brasileira.

De todos os textos citados pelo autor, aquele a que atribui maior ênfase é o *Historia do Brazil*, de Southey explicitado anteriormente neste trabalho. Destaca, contudo, que o empreendimento deste autor só recobre a história do Brasil até o ano de 1810, ano da sua publicação e que, em seu projeto, pretende abordar a história do Brasil até o momento da sua escrita, em 1826, preenchendo a lacuna de dezesseis anos. Alega, ainda, que seu trabalho possuía maior legitimidade por ter sido escrito por um brasileiro contemporâneo e participante dos fatos por ele narrados.

Para Cairu, Southey procurava defender os brasileiros, afirmando que a política colonial portuguesa foi a mais “daninha” de todas, marcada pelo fanatismo nacional, ciúmes e orgulho. Procura justificar tal afirmativa, assinalando a política restritiva de Portugal à imprensa no Brasil. Assim, ressalta que seria errado afirmar que os brasileiros não eram favoráveis às letras. Este traço era atribuído à política portuguesa que proibia a impressão de documentos no Brasil, como abordado anteriormente, ainda que, apesar dessa medida restritiva, muita coisa foi escrita na Colônia, em formato manuscrito, material que Southey havia utilizado bastante para suas pesquisas.

Na opinião de Cairu, Southey faz do caminho das letras e da boa ordem, o único capaz de livrar o Brasil dos fantasmas da revolução e da anarquia. Ainda segundo o autor, a época dos “Poderosos” estava no Brasil sendo substituída por uma idade de comércio e civilização, embora nem todos se aperceberam disso.

Ainda no mesmo volume, o mesmo se remete a outros autores estrangeiros, buscando demonstrar o investimento prévio que fizeram. Neste esforço, localiza e promove uma análise

de obras como as de Mawe¹⁰⁹, Koster¹¹⁰, o príncipe Wied-Neuwied¹¹¹, Maria Ghaham¹¹² e Manuel Ferreira de Araújo¹¹³, este último, editor do Jornal *O Patriota*, primeiro a incentivar o

- ¹⁰⁹ John Mawe nasceu na Inglaterra em 1764 e faleceu no mesmo país em 1829. Foi um mineralogista britânico. Escreveu mais de dez trabalhos sobre mineralogia e geologia. Sua principal obra é *On a Gold Mine in South America*, que se encontra na biblioteca da *London Geological Society*. A primeira edição data de 1812 possui 368 páginas com nove estampas, uma delas colorida. A obra despertou grande interesse e em nove anos foi lançada a segunda edição inglesa. Nos Estados Unidos foram feitas duas tiragens e também foi traduzida para o francês, italiano, holandês, sueco, alemão, russo e português (tradução de Solena Benevides Viana, edição de Zelio Valverde, Rio de Janeiro, 1944. Durante 15 anos empreendeu viagens marítimas. Ao final do século XVIII explorou muitas das minas da Inglaterra e da Escócia, colecionando amostras de minérios para o rei da Espanha. Em 1804 partiu para o Rio da Prata. Nesta viagem chegou a Cádiz quando interrompeu a guerra entre Inglaterra e Espanha. Em março de 1805 foi para Montevidéu, onde foi preso acusado de espionagem a favor da Inglaterra. Passou por Buenos Aires e retornou a Montevidéu onde fretou um barco com o qual em direção ao norte escalou por vários portos do Brasil, entre os quais o da ilha de Santa Catarina. Foi recebido no Rio de Janeiro por Dom João VI, com quem obteve autorização para visitar as jazidas de diamantes de Minas Gerais e do interior entre 1809 e 1810. Sua obra pode ser consultada em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518722>. Consultado em 21/09/2021.
- ¹¹⁰ Henry Koster nasceu em Lisboa em 1784 e faleceu no Recife em 1820, também conhecido como Henrique da Costa, foi um senhor de engenho e cronista luso-brasileiro. Era filho de pais ingleses, e por motivos de saúde veio ao Brasil em 1809, onde se tornou senhor de engenho. Quanto a suas obras artísticas, tinham como tema a retratação dos engenhos no Brasil Colonial e também explorou vários locais do país, através de viagens que deram origem ao livro *Travels in Brazil*. Koster viajou de Recife a Fortaleza por terra, em 1810, cuja viagem relata em seu livro que foi dedicado a Robert Southey. Sua obra pode ser consultada em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/17982>. Consultado em 21/09/2021.
- ¹¹¹ Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied nasceu na Alemanha em 1782 e faleceu no mesmo país em 1867. Foi um príncipe renano que esteve no Brasil no início do século XIX, onde estudou a flora, a fauna e as tribos indígenas. Foi um naturalista, etnólogo e explorador. Foi o autor de *Viagem ao Brasil*, publicado por volta de 1820 com detalhadas descrições sobre tudo o que pôde observar. Contou com o apoio de dois auxiliares alemães, Georg Wilhelm Freyreiss e Friedrich Sellow, com experiência em coleta e preparação de animais. Chegou ao Brasil em 1815 com o pseudônimo de Max von Braunsberg. Por dois anos pesquisou o litoral e regiões do interior do Rio de Janeiro, Espírito Santo e do sul da Bahia, chegando a Salvador em suas viagens de pesquisa. Em 1817 passou no Arraial da Conquista, atualmente a cidade de Vitória da Conquista, Bahia, fazendo então no seu livro "Viagem ao Brasil". Para uma melhor leitura sobre Neuwied ver o trabalho: Costa, Christina Rostworowski da. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua viagem ao Brasil (1815-1817). Universidade de São Paulo. 2008.
- ¹¹² Maria Dundas Graham Callcott nasceu na Inglaterra em 1785 e faleceu no mesmo país em 1842. Conhecida no Brasil como Maria Graham, foi uma pintora, desenhista, escritora e historiadora britânica. Esteve no Brasil em três ocasiões, sendo uma delas como acompanhante da Família Real. Em 1808, com 23 anos, foi para Índia junto com a família visto que seu pai era oficial da marinha britânica. Durante a viagem, Maria casou-se com Thomas Graham, terceiro filho de Robert Graham, o último senhor de Fintry na Escócia. Em 1811, retornou para a Inglaterra, onde publicou seu primeiro livro, *Journal of a Residence in India* (Diário de uma Residência na Índia), seguido por *Letters on India* (Cartas sobre a Índia). Maria trabalhou como tradutora e editora de livros. Em 1819 residiu na Itália, o que resultou no livro *Three Months Passed in the Mountains East of Rome, during the Year 1819* (Três meses passados nas montanhas a leste de Roma, durante o ano de 1819). Muito interessada pelas artes, escreveu um livro sobre o pintor francês barroco Nicolas Poussin, *Memoirs of the Life of Nicholas Poussin* (Memórias da Vida de Nicholas Poussin), em 1820. Em 1821, o destino era o Chile. Seu marido tinha a missão de proteger os interesses mercantis britânicos. Em 1822, o marido morreu de febre e Maria continuou no país por mais um ano. Em janeiro de 1823, Maria deixou o Chile para sua segunda visita ao Brasil. No ano anterior, os brasileiros tinham declarado sua independência de Portugal e proclamado imperador o príncipe herdeiro português, residente no país. Em sua segunda estadia no Rio foi apresentada ao Imperador D. Pedro I. Ficou acertado na ocasião que Maria seria a preceptora da jovem princesa D. Maria da Glória. Ainda no mesmo ano de 1823 embarcou de volta à Inglaterra. Tão logo chegou a Londres, entregou para publicação os manuscritos de seus dois novos livros, *Journal of a Residence in Chile during the Year 1822. And a Voyage from Chile to Brazil in 1823* (Diário de uma residência no Chile durante o ano de 1822. E uma viagem do Chile para o Brasil em 1823) e *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence There, During Part of the Years 1821, 1822, 1823* (Diário de uma viagem ao Brasil, e residência lá, durante os anos 1821, 1822 e 1823), ilustrados por ela, juntou material didático suficiente e retornou ao Brasil em 1824. Maria Graham aborda em detalhes os

cultivo das letras após a chegada da família real ao Brasil, no qual foram publicadas diversas histórias sobre as províncias.

Figura 19 - Periódico O Patriota



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Consultado em 20/08/2021.

acontecimentos políticos da nação recém-independente. Na Introdução do diário apresenta um esboço da história do Brasil desde seu descobrimento até os dias dos quais a mesma presenciou. Em março de 1826, o rei João VI de Portugal faleceu. Como primogênito, D. Pedro I herdou o trono, mas preferiu permanecer imperador do Brasil, abdicando do trono português em favor de sua filha, de seis anos, D. Maria da Glória. Maria retornou à Inglaterra pois sua pequena aluna era agora Rainha de Portugal, para onde partiu. Maria Graham permaneceu no Brasil até 1826, ensinando a jovem princesa (futura rainha de Portugal) e tornando-se amiga íntima da imperatriz, Arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria, que apaixonadamente compartilhava seus interesses pelas ciências naturais. Intrigas palacianas fizeram com que tivesse de deixar o Palácio em outubro, mas permaneceu na cidade, só voltando à terra natal em 1825. Em 1842, veio a falecer, aos 57 anos. Tendo continuado a escrever até aos seus últimos dias, o seu último livro foi *A Scripture Herbal*, uma coleção ilustrada de boatos e histórias sobre plantas e árvores mencionadas na Bíblia, e que foi publicado no ano de sua morte. Para uma melhor leitura sobre Maria Gharam ver os trabalhos: CERDAN, Marcelo Alves. Maria Graham e a escravidão no Brasil: Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX. *Cadernos de História Social* (Campinas), v. 10, p. 121-147, 2003; BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *The Voyager's Brazil*. São Paulo, Metalivros; Salvador, Fundação Emílio Odebrecht: 1995. Sua obra pode ser consultada em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/444/1/GF%2008%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Consultado em 21/09/2021.

¹¹³ Manuel Ferreira de Araújo Guimarães nasceu na Bahia em 1777 e faleceu no Rio de Janeiro em 1838. Foi um professor, jornalista, militar e político brasileiro. Militar da marinha brasileira fez a sua formação em Portugal, estudando na Academia Real da Marinha e formando-se em matemática. Trabalhou no Observatório Real da Marinha e foi nomeado, em 1801, como professor substituto da Academia dos Guardas-Marinhas e ensinando astronomia teórica e prática na nau. Em 1805 regressou ao Brasil e quando a corte portuguesa chegou à cidade do Rio de Janeiro, Manuel Ferreira retomou o seu lugar de professor na academia criado por D. João, ensinando astronomia na Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Como jornalista, foi o fundador do jornal literário e político *O Patriota*, em 1813, que teve como colaborador o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, além de ter sido o redator da “Gazeta do Rio de Janeiro e fundador de “Espelho”. Na década de 1810, foi promovido a Coronel graduado e elegeu-se deputado provincial constituinte em 1823, mesmo ano em que foi efetivado ao posto de Coronel. Em 1828 chegou ao posto de Brigadeiro. Para uma melhor leitura sobre Manuel Ferreira de Araújo ver o trabalho: Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX - Rev. Bras. Hist. vol.32 no.64 São Paulo Dec. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/c3nrRQpngMncVTBRqV8W57B/?lang=pt>. Consultado em 21/09/2021.

No último volume publicado, o autor procura dedicar uma seção aos autores estrangeiros preocupados em interpretar a Independência do Brasil como visto no capítulo anterior. Utilizando a matriz iniciada por Southey, defende a atuação de Dom Pedro I como decisiva para o processo de independência do Brasil, sem que houvesse uma revolução, garantindo, com isso, a continuidade do processo civilizacional que, em sua ótica, teria tido início em 1808 com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e com a abertura dos portos às nações amigas.

Por fim, abre uma sessão para indicar as fontes utilizadas para a escrita da História Geral. Além da biblioteca, índice de erudição e ilustração, afirma ter se valido de documentos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, dos diários das Cortes de Lisboa e da Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro. Afirma que a análise dos livros funcionou como um “guia” para o que considerou como “útil”, diferenciando daquilo que considerou como inadequado, seja por erro, falta, concisão ou mesmo divergência na interpretação.

3.7 Adoçar os costumes e preparar a nação

Embora registre a disposição em aceitar críticas, Cairu demonstra ser inflexível em relação às posições políticas que defende. Para ele, o Brasil surgia como um exemplo de equilíbrio, capaz de manter em aberto o caminho do comércio e da civilização, em face às “novas repúblicas conturbadas” que já haviam surgido ou estavam em processo de independência através de conflitos armados na América após o declínio do Império espanhol. No quadro a seguir temos apenas alguns exemplos dessas novas repúblicas no intuito de ilustrar alguns desses movimentos¹¹⁴:

Quadro 3 - Novas Repúblicas da América

País:	Data da Independência:
Haiti	1804
Argentina	1818
Paraguai	1811
Chile	1818
México	1821
Panamá	1821
Guatemala	1821
Venezuela	1821
Bolívia	1822
Peru	1824
Equador	1824

Fonte: Quadro organizado pelo autor.

¹¹⁴ Este quadro busca identificar as datas e não cabe aqui neste trabalho discorrermos sobre os processos de independências da América espanhola que perdurou durante o século XIX tendo diversas particularidades sobre cada região. Ver mais em: PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

Cairu defende, constantemente, o primado de uma história contemporânea e testemunhal, desde que fosse escrita com todo o rigor que a história exigia e que possuísse condições políticas favoráveis para ser realizada.

Como abordado anteriormente, cabe ressaltar que o autor está escrevendo em um período um posterior ao contexto de fechamento da primeira Assembleia Nacional Constituinte, ação protagonizada por Dom Pedro I, em 1823, com a posterior outorga da carta da Constituição de 1824. Período de intensa disputa política e revoltas espalhadas pelo território¹¹⁵ no qual a figura do Imperador estava abalada e precisava ser afirmada como um monarca polido e atento às questões comerciais perante as nações estrangeiras e aos membros da referida Assembleia, bem como atender aos interesses internos e externos na condução dos rumos da ex-colônia portuguesa.

Neste contexto, a obra tende a se confundir com estes embates políticos contemporâneos, o que faz com que o autor comece a reclamar das dificuldades em se estabelecer as causas reais para os acontecimentos; seja pela divergência de opinião, ou pelos segredos de Estado. O otimismo verificado no lançamento do primeiro volume, em 1826, sob o efeito do reconhecimento da Independência, é substituído pela apreensão com a crescente deterioração da situação política.

No centro da história de Cairu estava a ideia de que as sociedades modernas fundavam-se no comércio e sociabilidade. Assim, a civilização do Brasil, mesmo que sufocada em seu período colonial, herdou da história portuguesa o seu projeto civilizatório e comercial, cujo emblema eram as Grandes Navegações. Para o autor, o Brasil, desde 1808, seguia seu destino enquanto baluarte da liberdade bem entendida, temperada pelo governo forte, tão fundamental às sociedades modernas. Assim, a história pátria estaria condicionada por essa evolução civilizacional.

Portanto, a tarefa de uma História Geral do Brasil consistia em demonstrar e defender o modelo civilizacional representado pelo Império em sua forma monárquico-constitucional. Para o letrado baiano, a tarefa da história se destinava a educar o público em suas verdades, adoçar os costumes e, assim, preparar as condições para o seu próprio desenvolvimento; pois sem liberdade e bom governo não haveria condições para o progresso das letras. A tarefa do historiador deveria contribuir para temperar a civilização com a firmeza dos valores morais, aí

¹¹⁵ Para uma melhor leitura sobre esse período de disputas políticas e revoltas ver o trabalho: ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. A independência perdida: reflexões sobre educação e movimento cabano no grão-pará da América portuguesa (1755-1840). *Revista história da educação* (online), 2021, v. 25: e106200 doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/106200>.

incluído a religião. Por isso, não se pode separar o Cairu historiador, do moralista e panfletista ou do pensador da economia, todas essas facetas eram competências necessárias ao homem de estado ilustrado em uma sociedade que se pretendia e se projetava como polida e comercial. (ARAÚJO, 2010, p.84).

Imbuído nesta tarefa de construir uma história que fosse possível para adoçar os costumes da nação, Cairu se mostrava afiliado aos recém postulados positivistas propostos para o entendimento científico da época, principalmente os formulados por Augusto Comte¹¹⁶, autor do qual nos parece que utilizou como base para o projeto de história científica que pretendia escrever. Tal alinhamento é possível de ser identificado por meio dos eixos centrais de sua narrativa contidos no sumário da obra HPSB.

Através da leitura da obra de Augusto Comte: *As origens do positivismo*¹¹⁷ é possível o entendimento da compreensão do debate doutrinário a respeito do fazer história e das funções deste tipo de saber. De acordo com Comte, o método histórico estava destinado a dominar o uso sistemático de todos os outros métodos científicos, isto porque a sua progressão estava ordenada e orientada para a busca dos detalhes. Ainda segundo o autor, para que a história pudesse verdadeiramente ser útil era mister que se submetesse às condições filosóficas que o verdadeiro espírito científico impõe.

Comte em 1822 afirmava: “todas as obras históricas escritas até hoje, até as mais recomendáveis, tiveram e não poderiam deixar de ter necessariamente apenas o caráter de anais, isto é, de descrição e de disposição cronológica de uma série de fatos particulares, mais ou menos importantes ou mais ou menos exatos, mas sempre isolados” (CONTE, 1822). Não existia ainda, em sua época, segundo Comte, uma história verdadeira. É certo que não é possível escrever história sem consultar os anais e a cronologia das nações e dos povos, mas, os anais não constituem a história. Uma história científica teria por objeto a "pesquisa das leis que presidem ao desenvolvimento social da espécie humana"; deveria ter por finalidade determinar, comparativamente, os movimentos das diferentes classes de fenômenos sociais no decorrer da história da civilização.

¹¹⁶ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte nasceu na França em 1798 e faleceu no mesmo país em 1857. Foi um filósofo francês que formulou a doutrina do Positivismo. Comte também é visto como o fundador da disciplina acadêmica de Sociologia. Trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva como tentativa de remediar o mal-estar social da Revolução Francesa, criando uma doutrina social baseada nas ciências. Seu conceito de sociologia e evolucionismo social deu o tom para os primeiros teóricos sociais e antropólogos, evoluindo para a moderna sociologia acadêmica apresentada por Émile Durkheim como pesquisa social prática e objetiva.

¹¹⁷ Sobre o Positivismo e a obra de Augusto Comte ver mais em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/369/1/322%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Consultado em 24/08/2021; e <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34860/37598>. Consultado em 24/08/2021.

O método histórico de Augusto Comte repousa sobre o postulado que Comte apresentou como base de sua sociologia. Este postulado, que é paradoxal, assim se enuncia: “a natureza do homem evolui sem se transformar”. As diversas faculdades físicas, morais e intelectuais devem ser sempre as mesmas em todos os degraus da evolução histórica, e sempre ordenadas entre si. O desenvolvimento que elas recebem no estado social nunca pode alterar a sua natureza, nem destruir ou criar nenhuma, nem mesmo inverter a sua ordem de importância, e nos parece que foi nesse sentido que Cairu buscou ordenar sua escrita.

3.8 Os objetivos de Cairu

Em 1830, Cairu já encontrava dificuldades em dar continuidade ao projeto de escrita da *História Oficial do Brasil*, visto que se deparava com resistência das províncias para a obtenção de documentos oficiais, com a recusa do envio deste tipo de material para a Capital; com a discordância na criação de um arquivo nacional e o por fim, pelo fato das províncias passarem por um momento político conturbado e de conflitos internos.

Um fato importante que chama a atenção é que, a partir do volume terceiro, publicado em 1830, Cairu procura estabelecer um intenso debate na procura de “fortalecer” a figura do Imperador como o personagem que poderia conduzir de forma harmoniosa, bem como equacionar os embates entre liberdades e autoridade que o Brasil estava passando à época. O autor se afasta da cientificidade da história, ao imprimir um caráter de defesa do Imperador, assinalando, com isso, dificuldades para obtenção de um entendimento minimamente consensual sobre a História do Brasil que narra. Para Araújo (2010), a conjuntura do primeiro reinado favoreceu o aparecimento de narrativas concorrentes, dissonantes, uma vez que a figura do Imperador moderado se tornava cada vez menos sustentável.

O último volume, de 1830, promete uma continuação que não chegou a ser publicada, certamente atropelada pelos eventos de 1831 que tornavam menos verossímil ou popular o seu retrato de Pedro I como o harmonizador da equação tacitista do equilíbrio entre liberdade e autoridade. (Araújo, 2010).

Segundo Kirschner (2009, p. 268), a partir de 1830, o projeto de Cairu começou a sofrer duros golpes. A crise política e financeira do Império foi usada pelos seus adversários, em especial os senadores Nicolau de Campos Vergueiro¹¹⁸ e José Ignácio Borges e João Inácio da

¹¹⁸ Nicolau de Campos Vergueiro era um luso-brasileiro político e proprietário de fazenda de café em São Paulo. Pioneiro da mão-de-obra livre na agricultura, porém os contratos firmados tinham características exploratórias e com isso houve revolta em sua propriedade. Para mais informações sobre Nicolau de Campos Vergueiro, consultar: (BUENO, 2003).

Cunha¹¹⁹ (Visconde de Alcântara), como pretexto para inviabilizar a continuidade de seu projeto, como pudemos verificar anteriormente. Estes dois senadores propuseram o corte dos recursos utilizados para o pagamento de um copista que auxiliava o autor na produção da escrita da história do Brasil. Os mesmos também questionavam, além do aspecto econômico da empreitada, a sua legitimidade perante a nação, isto devido ao projeto ter sido encomendado pelo próprio Imperador. Por fim, os senadores questionaram a capacidade técnica e física que Cairu tinha àquele momento para dar andamento ao projeto devido a sua idade avançada, pois já era um septuagenário (1756-1835).

Ao recorrerem aos argumentos econômicos e ao da legitimidade de uma história sob encomenda, assim como do questionamento quanto à capacidade e condição física de Cairu, vale ressaltar que nenhum desses adversários era contra a escrita da história da nação. Os questionamentos tinham fundamentos na comparação com a escrita sobre a história de outras nações, na medida em que consideravam terem sido feitas sem o patrocínio e amparo do governo.

Para os adversários de Cairu, a história nacional deveria ser escrita de forma independente e a posteridade é que deveria corrigi-la, comparando os escritores que as escreveram. Assim, diante de escritas distintas, as futuras gerações poderiam formar seu próprio juízo a respeito da história de sua pátria.

Com isso, podemos concluir com relação à atuação de Cairu nas Assembleias e nas suas publicações que o mesmo era um expoente do conservadorismo político apoiado nos ideais da Igreja Católica. Como pudemos observar, exaltava a manutenção do Império português antes da Independência e comparece como um combatente da investida recolonizadora, defendendo a permanência de D. Pedro I, no pós-independência. Por fim, combatia igualmente as ideias oriundas e/ou associadas ao movimento revolucionário da Revolução Francesa de 1789. No entanto, advogou em conta o elemento servil, alinhado à retórica da compaixão, partilhando da posição de parte do catolicismo e do liberalismo inglês; o que borra um pouco a rígida classificação de “conservador”. Apoiado nas postulações de Edmund Burke e Adam Smith, o letrado luso-brasileiro procurou fazer o possível para demonstrar sua fidelidade ao projeto de uma monarquia constitucional na velha América portuguesa e seu empenho na construção do Império polido e comercial que tanto almejava, inclusive por meio da escrita da história nacional.

¹¹⁹ José Inácio da Cunha, o Visconde de Alcântara, formado em Direito, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro de Estado e senador pela província do Maranhão (1826-1834).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito da pesquisa foi inicialmente verificar aspectos da biografia de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, no sentido de trazer seus traços pessoais e buscar identificar as possíveis influências que o fizeram como um dos principais escritores e personagem político de sua época. Também buscamos trazer o contexto social, político e cultural em que o mesmo se encontrava inserido. Para isso procuramos descrever a participação de Cairu no Brasil Colônia, depois como sede do Reino Unido e, por fim, com um país independente, demonstrando a sua participação nestas diferentes conjunturas.

Procuramos levar em consideração o pensamento político com relação aos cargos que ocupou dentro da administração pública do Brasil. Vale aqui ressaltar que Cairu possuía um livre trânsito na Corte e foi representante do governo em assuntos “chaves” que levavam em consideração o projeto de formação de uma nação polida e comercial que sempre almejou.

O mesmo procurou dar maior relevância a assuntos voltados para a economia e o comércio. Procurou seguir os passos de Adam Smith, proporcionando uma vasta bibliografia sobre o assunto que, até os dias atuais, é muito considerada por estudiosos do campo da economia.

Também se dedicou à escrita de outras importantes obras sobre Religião, Moral, Educação, História, entre outras. Este empreendimento procurou dar visibilidade a determinados princípios doutrinários, dentre os quais cabe sublinhar o apego ao liberalismo econômico, a uma forma de governo centralizada no monarca e a defesa regular da ordem estabelecida e da fé católica.

Ao atuar como parlamentar e Inspetor dos Estabelecimentos Literários e Diretor dos Estudos, procurou defender a educação como uma das bases fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento da nação. Exemplos destes esforços foram o seu empenho nos debates em torno da criação da primeira Universidade do Brasil e a defesa na existência de um curso de Belas Artes.

Ao elegermos para análise os textos de cunho historiográfico de Cairu, podemos verificar o comprometimento que tinha na forma(t)ação desta nova nação que surgia. Neste sentido esta pesquisa buscou contribuir com reflexões a respeito da historiografia brasileira, do modo de se fazer história e o seu uso como ferramenta de legitimação do primeiro reinado do Império Brasileiro (1822-1831). Também foi possível apontar a produção historiográfica brasileira dos oitocentos como um dos caminhos para a análise do processo de formação da nação brasileira e para tal elegemos a produção de caráter historiográfico de José da Silva

Lisboa, o Visconde de Cairu e, de modo mais particular, a obra HPSP, com um exemplo fundamental desta construção.

Para Cairu, no período colonial, o Brasil foi impedido de usufruir do “império das letras” devido à política daninha da Corte Portuguesa que provocou um atraso da civilização. Com a abertura dos portos às nações amigas e a vinda da família real portuguesa para o Brasil, elevando-o à condição de sede do Reino Unido, a modernidade pôde começar a ser experimentada e o país deveria caminhar para a construção de um Império polido e comercial.

A escolha do letrado baiano, homem polígrafo, com produção importante em diversos campos do saber, possibilita enfatizar a ideia de que as sociedades modernas estavam baseadas nas ações da economia, sociabilidade, costumes e fé.

A tarefa de escrever uma História Geral do Brasil fez parte dos compromissos do letrado baiano em demonstrar e defender um modelo civilizacional monárquico-constitucional, representado pela figura do Imperador. Portanto, segundo o próprio Cairu: “a tarefa da história é educar o público em suas verdades, adoçar os costumes e assim preparar as condições para o seu próprio desenvolvimento; pois sem liberdade e bom governo não há condições para o progresso das letras” (CAIRU, 1826).

Podemos argumentar que a produção de uma literatura nacional, de caráter histórico, vem revestida de uma dimensão formativa. Formação na qual a oferta pública de uma história-verdade seria condição para adoçar os costumes e educar os súditos. Ao fundir certa representação do Estado, com religião e com a narrativa histórica sustentada em documentação e na historiografia disponível, o sujeito da narrativa da história geral do Brasil faz ressaltar as dimensões moral e política desse que, segundo o narrador, deveria ser visto como um saber imparcial, posto que regido e submetido à economia da verdade.

Ao focalizar os traços de uma vida dedicada ao serviço público, foi necessário fazer seleções. Para efeito deste trabalho, o foco incidiu em parte da produção historiográfica de José da Silva Lisboa, um homem de Estado. Ao centralizar o estudo na análise da HPSP, foi possível notar as articulações entre uma história-verdade, as contingências sociais que regulará o próprio gesto de escrita deste gênero, que buscava, cada vez mais, ancorar-se em princípios racionalizantes, de modo a assegurar sua imparcialidade.

No entanto, o que pudemos verificar problematiza e ajuda a desfazer a mitologia da ciência neutra, universal e pura. Ao lado disto, há que se considerar que investimentos mais detidos nos outros materiais produzidos por Cairu ao longo da vida, em publicações seriadas e não seriadas, bem como acompanhar mais de perto os debates travados nos espaços públicos

que frequentou pode nos fornecer mais elementos para compreender o exercício historiográfico por ele realizado.

Este trabalho, apresentado em 3 capítulos, buscou entrecruzar aspectos da trajetória de formação, profissional e intelectual de um sujeito nascido na Bahia, com larga experiência em Portugal e, posteriormente, na ocupação de cargos estratégicos na gestão do aparato oficial. As posições ocupadas simultânea e sucessivamente permitem dimensionar o ambiente de formulação da vasta produção intelectual do letrado baiano; dentre elas as voltadas para os domínios da história.

Neste caso, ao se envolver no ambicioso projeto de escrita da história nacional, foi possível observar os diálogos que estabelece com teorias da história em curso no período, bem como com a historiografia do Brasil existente até então. Com isto, reveste sua narrativa de marcadores de cientificidade, condição para enquadrar as narrativas concorrentes e instalar a história nacional que escreve em um patamar diferenciado, na medida que revestida dos marcos de uma escrita fartamente documentada, condição para ser reconhecida e postular a condição de história verdade.

Este trabalho descortina possibilidades inexploradas, em virtude das condições de produção desta dissertação. Não bastasse o prazo máximo de 30 meses, esta pesquisa também precisou ser redimensionada em virtude da epidemia do Coronavírus 19. Assim, pontos como a repercussão e recepção do material escrito por Cairu, que abrangeram questões sobre o levantamento do espaço onde circulou, a situação econômica, cultural e social de quem os recepcionou e seus desdobramentos não puderam ser suficientemente analisados, indicando uma agenda de trabalho a ser continuada, como forma de aprofundar a compreensão dos modos de se escrever a história do Brasil e de suas populações.

Por fim, a vida de Cairu foi pautada por atitudes que mantiveram profunda coerência com seu modo de pensar e agir e influenciar na form(t)ação dessa nova nação que surgia e que, no gosto de Silva Lisboa, deveria ser polida e comercial pautada nos princípios do livre comércio e imbuída de tolerância e prudência traços característicos das doutrinas com as quais dialoga e que procurou divulgar em diversos domínios.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- AMARAL, Tancredo do. **A História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis**. Alves & Cia. Editores, 1895.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2012.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica**. Almanack Braziliense (Online), v. 7, p. 47-55, 2008.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. & PIMENTA, João Paulo G. **História (conceito de)**. In: João Feres Júnior. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, v. 1, p. 119-140.
- ARAUJO, Sonia Maria da Silva. **A independência perdida: reflexões sobre educação e movimento cabano no grão-pará da américa portuguesa (1755-1840)**. Revista história da educação (online), 2021, v. 25: e106200 doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/106200>.
- ARMITAGE, John. **História do Brasil**. 3ª ed. Org. de Eugênio Egas e Garcia Jr. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965 {1836}.
- BARATA, Cipriano. **Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)**, org. de Marco Morel, São Paulo: EDUSP, 2008.
- BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **Ilustração e Memória: a Impressão Régia do Rio de Janeiro e o projeto do novo Império português**. 2012. 236f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ. Departamento de História, 2012.
- BEAUMELLE, Victor-Laurent-Suzanne-Moïse Angliviel de la. **L'Empire du Brésil**. Paris: Bossange Frères, 1823.
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Visconde de Cairu: vida e obra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2000.
- BELLO, Oliveira. **Imprensa Nacional 1808 – 1908 Apontamentos Históricos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **The Voyager's Brazil**. São Paulo, Metalivros; Salvador, Fundação Emílio Odebrecht: 1995.
- BEZERRA, José Augusto. **José da Silva Lisboa - estadista e intelectual**. Revista do Instituto do Ceará, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de livros de compêndios e de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set/dez. 2004.

- BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. São Paulo: Editora Zahar, 2002.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- BURKE, Edmund. **Investigação filosófica sobre a origem das nossas ideias do sublime e do belo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor. 2005.
- CABRAL, Alfredo do Valle. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9.a edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CERDAN, Marcelo Alves. **Maria Graham e a escravidão no Brasil: Entre o olhar e o bico de pena de uma viajante inglesa do século XIX**. Cadernos de História Social (Campinas), v. 10, p. 121-147, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª. Edição. Lisboa, POR: Difel, 2002.
- COSTA, Christina Rostworowski da. **O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua viagem ao Brasil (1815-1817)**. Universidade de São Paulo. 2008.
- COSTA, Emillia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Hipólito da. **Correio Braziliense ou Armazém Litterario, Londres: L. Thompson, 1808 - 1822**, edição fac-similar em 31 volumes, org. Alberto Dines, Brasília /São Paulo: Correio Braziliense / Imprensa Oficial, 2002.
- COSTA, Patrícia Claudia da. **Ilusão biográfica: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 51 – 71, set./dez. 2015.
- DE MARTINI, Marcus. **O historiador do futuro e o profeta disfarçado: profecia, história e retórica na 'história do futuro', do padre Antônio Vieira**. Matruga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, [S.l.], v. 20, n. 33, dez. 2013. ISSN 2446-6905.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **O Fardo do homem branco: Southey historiador do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção Brasiliana, v. 344).

DINIZ, Bruno. **Cairu e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente**. História da Historiografia, no. 2, março 2009, pp. 260-266.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Retórica e eloquência no Rio de Janeiro: 1759-1834**. Franca: UNESP, 2009.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. 2008. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV. Editora FGV. 2006. p. 183-191.

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor. 2001.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. **Instrução, intelectualidade, Império: apontamentos a partir do caso brasileiro**. In: VAGO, Tarcísio Mauro et. al (Org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil Séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 47-78

GONDRA, José Gonçalves. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. **Em nome da “recta conduta”, ajuda recíproca, honesta indústria e convívio pacífico: reflexões sobre instrução e educação moral (1824-1827)**. Revista História da Educação (Online), 2021, v. 25: e106107.

GONÇALVES, Aureliano Restier. **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa. p. 391, 2004.

GRAHAM, Maria Dundas. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)**. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Editora Revan - UERJ, 2011.

HOFFMANN, Daniela. **Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/> . Consultado em 8 de julho de 2021.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUME, David. **Ensaio morais, políticos e literários**. Rio de Janeiro: Liberty Fund, 2004a.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. Belo Horizonte, MG: PUC – Minas, 2009.

LAVILLE, C.. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história**. Revista Brasileira de História. 1999. Disponível em: [http://https://www.scielo.br/j/rbh/a/jKD6TyyYNJXW7JMPnyxgBps/?lang=pt & format=pdf](http://https://www.scielo.br/j/rbh/a/jKD6TyyYNJXW7JMPnyxgBps/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 03/11/2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários. Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Lílian Martins de. **Os ingleses e a história do Brasil (1809-1821)**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SILVA, Edgleide de Oliveira Clemente; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Independência e Instrução no Brasil: História, memória e formação (1822-1972)**. Rio de Janeiro: EDUERJ (no prelo).

LISBOA, Bento da Silva. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 3ª edição, Tomo I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1839.

LISBOA, José da Silva. **Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha**. Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1798, v. 1.

LISBOA, José da Silva. **Princípios de Economia Política**. Lisboa: Imprensa Régia. 1804.

LISBOA, José da Silva. **Memória da vida pública de Lord Wellington**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815b. 1 v.

LISBOA, José da Silva. **Memória dos Benefícios do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1818.

LISBOA, José da Silva. **Estudos do Bem-Comum e Economia Política ou Ciência das Leis Naturais e Civas de Animar e Dirigir a Geral Indústria e Promover a Riqueza Nacional e Prosperidade do Estado**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1819.

LISBOA, José da Silva. **Causa do Brasil no Juízo dos Governos e Estadistas da Europa**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1822.

LISBOA, José da Silva. **Extratos das obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke**. 2. ed. Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos, 1822a.

LISBOA, José da Silva. **Constituição Moral e Deveres do Cidadão. Com exposição da Moral Pública conforme o espírito da Constituição do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1824.

LISBOA, José da Silva. **Contestação da história e censura de Mr. de Pradt sobre sucessos do Brasil**. Rio de Janeiro: Na Typ. Nacional, 1825.

LISBOA, José da Silva. **Escola Brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída da Sagrada Escripura para uso da mocidade**. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de Pedro Plancher-Seignot, 1827. 2 volumes, Volumes I e II. Disponível em: <
<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03925210>>.

LISBOA, José da Silva. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional. 1829.

LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, censura e propaganda no contexto da Independência do Brasil**. Estudos 18:36, Julio-diciembre, 2010: p. 370-393.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. **Flores Celestes: O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu?** São Paulo, v.31, n.1, p. 65-100, jan/jun 2012 ISSN 1980- 4369

MEDEIROS, Bruno Franco. **Das causas da emancipação. Alphonse de Beauchamp e a Independência do Brasil**. In: Sérgio da Mata; Helena Mollo & Flávia Varella (Org.) Anais do 2o. Seminário Nacional de História da Historiografia. Mariana: UFOP, 2008. 16.

MELTON, James van Horn. **The Rise of the Public in Enlightenment Europe**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

MIRANDA, Nair. **Grandes Figuras: Visconde de Cairu, economista e patrono do comércio**. nº12. Editora Brasil América. Rio de Janeiro, 1959.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O discurso autoritário de Cairu**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MOREL, Marco. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MOREL, Marco. **Independência no papel: a imprensa periódica**. In: István JANCSÓ. (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005, p. 617-626.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

MOTTIN, Antonio J.S. Casolino, Enzo. **Italianos no Brasil: contribuições na literatura e nas ciências : séculos XIX e XX** . Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

NADAI, Elza. **Ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821 – 1838)**. In: _____. **Revolução: em busca do conceito no império Luso-brasileiro (1789-1822)**. In João Feres Jr. & Marcelo Jasmin. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Edições Loyola, Iuperj, 2007, pp. 129-140.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas, 1820-1823**. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Editora Revan - UERJ, 2011, p. 73 – 101.

PAULA, Davit Greiner de. **Escola Brasileira: O projeto de educação moral para a mocidade brasileira em José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835)**. 2016. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PAULA, Davit Greiner de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. **Escola Brasileira: O projeto de educação moral para a mocidade brasileira em José da Silva Lisboa, visconde de Cairu (1756-1835)**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017. Disponível em: http://eduemg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2017/2017_Escola_brasileira.pdf.

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822 – 1831)**. São Paulo: Alameda, 2010.

PERES, Tirza Regazzini. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3ª ed.** São Paulo: PROGRAD/ UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil**. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, 2010.

PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

PIMENTA, Pedro Paulo (Org.). **O Iluminismo escocês: James Beattie, Hugh Blair, George Campbell, Adam Ferguson, Alexander Gerard, David Hume, Francis Hutcheson, Lorde Kames, James Millar, Lorde Monboddó, Thomas Reid, William Robertson, Adam Smith**. São Paulo, SP: Alameda, 2011.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP 2003

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, 1955.

PRADO, Maria Emília (Org.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Editora Revan - UERJ, 2011, p. 163 – 189.

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. **Les Trois Ages des Colonies ou de leur état passé, présent et à venir**, 2 t., Paris: Giguet, 1801-1802 ; t. 3, 1802.

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. **Des Colonies ou de la révolution actuelle en Amérique**, 2 t., Paris: Bechet \ Egron, 1817.

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. **Les six derniers mois de l'Amérique et du Brésil faisant suite aux ouvrages du même auteur sur les colonies**, Paris: F. Béchét, 1818.

PRADT, Georges-François-Dominique Dufour de. **L'Europe et l'Amérique en 1822 et 1823**, 2 t., Paris: Béchet, 1824.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. São Paulo: Editora Autêntica, 2009.

RAMOS, André da Silva. **Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. **História do Porto**. 3a. ed. Porto: Porto Editora, 2000. 720p. ISBN 978-972-0-06276-5.

REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Antônio Penalves. **Introdução. In: CAIRU, Visconde de. José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. São Paulo: Editora 34, 2001. Coleção Pensadores do Brasil.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução e metodologia**. São Paulo: CEN, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1833 - 1ª edição) **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Cristiane A. C. dos. **A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)**. Almanack Braziliense, no. 8, novembro de 2008, pp. 109-116.

SANTOS, Felipe Lameu dos. **A “natural e a primeira educação”? Educação física e formação do Brasil**. Rio de Janeiro. UERJ. 2021.

SARAIVA, José Hermano. (coord.), **História de Portugal, Dicionário de Personalidades**. vol. XIX, Quidnovi, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de.; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol I. Londres: Longman, 1810.

SILVA, Alberto da Costa (org.). **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. (8ª reimpressão). Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil: Narrativa histórica**. Rio de Janeiro: Garnier, 1871.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A imprensa periódica na época joanina**. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Livros e impressos: retratos dos setecentos e dos oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 15 – 30.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O nascimento político do Brasil: as origens do Estado e da nação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SMITH, Adam. **Economistas políticos**. Curitiba: Segesta Editora, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Letícia Favoretto de. **Blog: <https://blog.bbm.usp.br/2019/robert-southey-o-olhar-ingles-na-historia-do-brasil/>**. Consultado em 03/11/2021.

TAUNAY, A. d'E.. **Memórias para História da Capitania de São Vicente**. 3ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1920.

TRINDADE, H. **O Positivismo. Teoria e prática**. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS. 2007.

VARELLA, Flávia Florentino. **O comércio civiliza, Portugal oprime: a História do Brasil de John Armitage e a linguagem do humanismo comercial**. *Varia Historia* [online]. 2013, v. 29, n. 50 [Acessado 5 Fevereiro 2022] , pp. 477-490. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000200006>>. Epub 04 Out 2013. ISSN 1982-4343. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000200006>.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil até ao reconhecimento pela antiga metrópole: compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 664p.

VIANNA, Hélio. **A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu**. *Revista de História*, janeiro-março, vol. XXVI, no. 53, ano XIV, 1963.

VOLNEY, Constantin-François Chassebeuf de. **Les Ruines ou Méditation sur les Révolutions des Empires / La Loi Naturelle**. Paris: Desenne, 1791.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.